

Programa do Partido Comunista Brasileiro do Paraná

Um programa anticapitalista e antiimperialista para o Paraná

Pelo Poder Popular

Apresentação	2
Conjuntura nacional e estadual	3
1. Construir o Poder Popular	6
2. Economia, trabalho e classe trabalhadora	8
3. Saúde Pública	15
4. Saúde mental e luta antimanicomial	22
5. Educação Básica Pública	26
6. Educação Superior, Ciência e Tecnologia	37
7. Assistência e Seguridade Social	43
8. Moradia	45
9. Transporte público	49
10. Segurança Pública e população carcerária	51
11. Combate à violência policial	55
12. Cultura	57
13. Acesso à informação	62
14. Luta ambiental e reforma agrária	65
15. Povos indígenas	72
16. Combate ao machismo e violência de gênero	77
17. Mulheres Trabalhadoras	83
18. Combate ao racismo e violência contra a população negra	86
19. Violência contra a população LGBT	88
20. População LGBT e trabalho	92
21. Combate ao capacitismo e inclusão de pessoas com deficiência	96

Apresentação

Este documento representa uma síntese das bandeiras de luta da classe trabalhadora, com pautas que historicamente foram defendidas por inúmeras/os lutadoras/es. Apresentamos um programa de governo elaborado a partir da luta concreta de nossa classe, da leitura e do estudo da realidade paranaense e brasileira, construído pela militância do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - Paraná - e de seus coletivos partidários (União da Juventude Comunista - UJC -, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro - CFCAM -, Coletivo Negro Minervino de Oliveira - CNMO -, Unidade Classista - UC - e LGBT Comunista).

Nosso Programa de Governo traz três perspectivas centrais que perpassam todos os eixos programáticos e propostas aqui apresentadas:

1) Nosso compromisso inegociável é com as/os trabalhadoras/es, com a juventude e a população explorada e oprimida. Pela vida acima dos lucros, por pão, trabalho, moradia, dignidade humana e com a plena participação organizada e coletiva das/os trabalhadoras/es na política e em tudo que nos é de interesse.

2) Apresentamos um programa assumidamente anticapitalista e anti-imperialista, que, articulado com um conjunto de propostas realizáveis imediatamente, combaterão o desmonte e precarização dos serviços públicos e as mazelas do capitalismo que as políticas neoliberais impõem à nossa classe.

3) Compreendemos que só a luta muda a vida e, por isso, além das medidas imediatas e de médio prazo, esse programa apresenta a organização, participação e luta coletiva dos/as trabalhadores/as como central para a defesa e garantia de seus direitos, sem conciliação ou concessões aos interesses do capital; um programa que direciona o Governo do Estado do Paraná para os interesses da Classe Trabalhadora. Não nos propomos um “governo de todos”, mas sim um governo dos/as trabalhadores/as para os/as trabalhadores/as.

Para que essa proposta seja realizável é imprescindível a ampla mobilização, organização e participação política da classe trabalhadora paranaense em cada local de trabalho, moradia, estudo, nas lutas sociais e sindicais, nos movimentos populares do campo e da cidade, pois aqui apresentamos uma proposta de programa que aponta para mecanismos de construção do PODER POPULAR.

Assim, conclamamos toda a população trabalhadora, a juventude, lutadores/as sociais e organizações revolucionárias para debater nosso programa, construir os Comitês do Poder Popular e construir essa proposta revolucionária de um Governo Comunista feito por e para a classe trabalhadora paranaense.

OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER!

LUTAR, CRIAR, PODER POPULAR!

Vivi Motta Candidata à Governadora do Paraná

Diego Valdez Candidato a Vice-Governador do Paraná

Conjuntura nacional e estadual

O Paraná, assim como todo o Brasil, vive a maior crise econômica, social e política dos últimos tempos, agravada pela crise sanitária que explicitou todas as faces do capitalismo, cujos desdobramentos seguirão tendo profundos impactos no nosso país. Aliado a isso, a política das classes dominantes e a entrega do patrimônio público para o capital nacional e internacional dilapidaram o fundo público em favor das grandes empresas, reduziram direitos e salários das/os trabalhadoras/es, juventude e pensionistas, precarizaram as condições de trabalho, concentraram escandalosamente os rendimentos e ampliaram a miséria entre vastos setores da população.

Em plena ampliação da miséria vemos a redução das políticas sociais e o avanço das oligarquias bancário-financeiras, do agronegócio capitalista, dos capitais industriais monopolistas, da burguesia comercial e da área de serviços. O resultado econômico desse modelo foi o desmonte do parque industrial brasileiro e o aumento da subordinação da economia brasileira na divisão internacional do trabalho.

O governo do estado do Paraná tem sido marcado pelo revezamento de representantes dos setores burgueses, o que pavimentou o caminho para o fortalecimento dos setores empresariais e do agronegócio. É evidente o alinhamento do atual governador Ratinho Jr ao bolsonarismo e ao seu precursor, o lavajatismo, que tem marcado um período nefasto para a classe trabalhadora brasileira.

Nessa ofensiva contra a classe trabalhadora foram realizadas as reformas trabalhistas e da previdência, além de dezenas de medidas que levaram à devastação das condições de trabalho, à entrega do patrimônio público ao capital nacional e internacional e ao aumento da miséria entre amplas camadas da população. O Paraná seguiu a cartilha do governo Bolsonaro e adotou medidas como a reforma da previdência aos servidores estaduais, aumento de tarifas de água e luz e privatizações de setores estratégicos.

O aumento da inflação, do desemprego e da informalidade obriga os setores mais pobres da população a disputar no lixo os ossos de boi e pelancas de carne. Dados apontam que a insegurança alimentar da população paranaense chegou a patamares de quase dez anos atrás. A criminalização das lutas dificultou a organização dos trabalhadores, e após décadas de governos de conciliação de classe, os movimentos sociais, sindicais e populares se viram confrontados com a base social formada pelo bolsonarismo e pelo protofascismo.

Entendemos que essa crise não pode ser derrotada apenas nas urnas: a luta institucional deve estar atrelada e subordinada à organização da força independente da classe trabalhadora, por meio da combinação dessa luta institucional às lutas de massa nas ruas e nos locais de trabalho, rumo à paralisação da produção e circulação. Nosso entendimento é que só a combinação dessas lutas poderá derrotar o pacto das

frações da classe dominante e abrir perspectiva para a construção de um novo rumo para o país, a partir do Poder Popular e do socialismo.

Não podemos nos contentar com as alternativas políticas reformistas, que propõem a derrota do governo Bolsonaro e Ratinho Junior por meio de um grande pacto de conciliação nacional entre os movimentos populares e os golpistas, entre a classe trabalhadora e seus exploradores. Essa conciliação já se mostrou equivocada historicamente, pois favorece o acúmulo de forças da burguesia, enquanto desorganiza e desorienta a classe trabalhadora em sua luta política, preparando derrotas cada vez mais catastróficas. Mesmo se conseguir derrotar o bolsonarismo nas urnas, tal política jamais poderá deter os ataques da burguesia à classe trabalhadora, ou desarticular efetivamente as forças reacionárias, e nem mesmo enfrentar a deterioração das condições de vida do povo pobre.

Nesse caminho é que, nas eleições de 2022, o Partido Comunista Brasileiro no Paraná apresenta de maneira independente seu programa e suas bandeiras revolucionárias, por meio das candidaturas da camarada educadora popular Vivi Motta a governadora e do trabalhador da educação Diego Valdez a vice-governador. A centralidade no programa como uma ferramenta ideológica de luta nos arma com uma política capaz de expressar com nitidez os interesses da classe trabalhadora e do povo pobre, exprimindo a luta independente da classe trabalhadora por seus objetivos imediatos e últimos, na luta rumo à conquista do poder político pela organização autônoma dos/as trabalhadores/as. Um programa capaz de disputar corações e mentes e inspirar as lutas não apenas promessas vazias que barganham com o desespero da massa oprimida e explorada.

Sustentamos nosso programa estadual com ousadia e radicalidade também nacionalmente, por meio do lançamento das candidaturas da camarada economista Sofia Manzano a Presidenta e do sindicalista Antônio Alves a vice. Camaradas que se colocam com firmeza pela revogação de todas as contrarreformas e toda a legislação neoliberal contrária aos interesses dos trabalhadores, da juventude e da população pobre; pelo emprego e moradia para todos; pela estatização dos transportes público; pela reestruturação da dívida interna; pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e do teto dos gastos e a criação de uma Lei de Responsabilidade Social, que garanta recursos para investimento público nas áreas sociais; pela transformação do Banco Central num instrumento financiador das políticas governamentais, tanto econômicas quanto sociais; por uma política que logre acabar definitivamente com a fome e distribuir a renda; por uma reforma tributária progressiva que taxe os lucros e dividendos, grandes fortunas e herança, transações financeiras, isentando da cobrança do imposto de renda quem ganha até cinco salários mínimos; e por de uma política de recomposição das perdas salariais e valorização do salário mínimo, aliada a uma reforma agrária sob o controle popular e ao combate permanente a todas formas de opressão.

Com esse programa nacional estratégico vinculado ao programa do estado do Paraná aproveitamos o momento das eleições para a elevação do patamar de organização e consciência revolucionária da classe trabalhadora, mostrando a

todos/as trabalhadores, à juventude e ao povo pobre das periferias que só a luta organizada é capaz de mudar os rumos da história.

1. Construir o Poder Popular

As saídas para enfrentar os problemas que afetam a classe trabalhadora devem ser pavimentadas na reorganização de nossa classe, na reconstrução de organismos autônomos, que se pautem na luta pelos interesses da própria classe trabalhadora. Ou seja, avançar na organização e na construção do Poder Popular é a alternativa que vai não apenas derrotar o bolsonarismo e sua agenda reacionária e ultraliberal, mas também apontar os caminhos para enfrentar a raiz dos problemas da exploração de nosso trabalho, da opressão/dominação patriarcal e do racismo que estruturam a sociedade brasileira.

Defendemos que é necessário que as decisões políticas, econômicas e sociais sejam formuladas, deliberadas e implementadas por quem produz toda a riqueza: as trabalhadoras e os trabalhadores. Isso pressupõe uma organização societária radicalmente diferente da atual forma da desgastada democracia representativa. O Poder Popular se constitui em germe nos momentos em que os trabalhadores e as trabalhadoras se articulam de forma autônoma, ou seja, segundo seus próprios interesses de classe e quando na luta por direitos agem como um corpo social e enfrentam os patrões, os governantes, os representantes e membros da burguesia.

Expressões do Poder Popular são perceptíveis em espaços de luta, como fóruns, associações de moradores, sindicatos classistas, assembleias populares, em manifestações, greves e movimentos. Em 2015, tivemos um episódio que não pode ser esquecido na história da luta de classes no Paraná. Em fevereiro deste mesmo ano, milhares de trabalhadoras e trabalhadores ocuparam a assembleia legislativa e impediram o saque da previdência e o fim do plano de carreira dos servidores públicos. Foi tão forte esse movimento, que para barrá-lo foi promovido o massacre do dia 29 de abril, resultando em mais de 200 pessoas feridas e nenhum membro do Estado responsabilizado até hoje. Apesar da derrota ao final desta batalha, ela nos demonstrou a força que a classe trabalhadora tem quando está unida em prol de uma luta comum.

Por isso, nosso programa nas eleições apresenta a defesa de que apenas a luta organizada é capaz de produzir as reais mudanças que o Paraná e o Brasil precisam. E nesse sentido, propomos os Comitês pelo Poder Popular - mobilizações e organização da classe trabalhadora com aqueles/as que pensam uma sociedade sem exploração, dominação e opressão - e, assim, também pretendemos avançar na consolidação de um programa anticapitalista e anti-imperialista para o Paraná e para o Brasil.

Apresentamos uma alternativa necessariamente coletiva, que representa um projeto de poder para o povo, que se contrapõe às propostas enganosas da direita, da extrema-direita e da conciliação de classe, mostrando que é viável o enfrentamento ao capitalismo e a estruturação de novas bases para a nossa sociabilidade: o socialismo. Não podemos deixar que o medo e a frustração diante de tanta barbaridade que acontece todos os dias em nosso país nos retire a capacidade de sonhar. Precisamos retomar a nossa organização nos locais de trabalho, estudo e moradia e apostar na coletividade, pois é a partir dela que nós, os 99% da sociedade, temos a nossa força.

Propostas

1. O Poder Popular será exercido diretamente pelas instâncias de organização e luta da classe trabalhadora - os Conselhos Populares, que serão eleitos, fiscalizados e, eventualmente, revogados, por meio de assembleias em todos os locais de trabalho, moradia e estudo. Esses Conselhos serão a espinha dorsal do novo poder, tanto para a implantação de uma cultura verdadeiramente democrática no país, mas especialmente como instrumento fundamental da democracia das/os trabalhadoras/es e de defesa da nova ordem institucional, estruturada no poder popular.

2. Economia, trabalho e classe trabalhadora

O governo de Ratinho Júnior tem sido marcado pelo grande esforço em acabar com o serviço público de qualidade, colocando em pauta as privatizações totais de empresas estatais de setores estratégicos e também privatizando “partes” de determinadas empresas, como a privatização realizada em 2020 da Copel Telecom.

A Copel Telecom, referência em telecomunicações e em rede de fibra óptica do Brasil, foi vendida e entregue a empresas privadas, sendo que logo após a privatização o governo contratou a empresa que ele mesmo privatizou para prestação de serviços. Uma empresa que poderia estar voltada aos interesses da classe trabalhadora, levando internet para as regiões mais vulneráveis do Estado, agora vende seu serviço para o governo e atende aos interesses do capital.

Além disso, a Copel Telecom é usada como “exemplo” pelo governo na busca do avanço de novas privatizações, como a venda da Compagas (Companhia Paranaense de Gás), que segundo os planos do governo deve ocorrer no início de 2023. A propaganda de que a venda da Copel Telecom serviria para aumentar o caixa da companhia na verdade é só um meio para aumentar a remuneração dos acionistas, que é cerca de 50% maior do que a remuneração dos próprios trabalhadores da Copel.

Ainda no escopo de privatizações de Ratinho Júnior, a proposta da “nova Ferroeste”, como é chamado o projeto da ampliação da ferrovia e a privatização da mesma, é responsável por trazer inúmeros prejuízos para a classe trabalhadora, considerando apenas os interesses dos grandes empresários do agronegócio. O projeto previsto da nova ferroeste desconsidera os impactos ambientais na região da Serra do Mar, que ameaça as comunidades, fauna e flora da região de Morretes e ignora uma alternativa, que aumentaria um pequeno trecho da ferrovia, apresentada pela comunidade que minimizaria os impactos na região.

Analisando agora o caso da REPAR, a refinaria localizada no município de Araucária desempenhou um papel importantíssimo no crescimento do município, que hoje é o segundo pólo industrial do estado. Além de ser a indústria de maior porte de todo o sul do Brasil, sendo responsável por cerca de 12% da produção nacional de derivados do petróleo (diesel, gasolina, gás natural, asfalto, óleo e entre outros). Somente a REPAR é responsável por cerca de 11,38% do total arrecadado em impostos no Paraná e cerca de 13,67% do total de ICMS. Desde 2017, cresce uma nova ofensiva pela privatização da REPAR, sendo que em 2019 foi criado um plano de venda de 60% da refinaria junto com outras três refinarias, porém suspenso. Em 2022, a privatização da refinaria voltou à pauta.

As refinarias brasileiras operam desde 2016 em capacidade ociosa, ou seja, da capacidade total de refino de 33 mil metros cúbicos por dia, deixamos de refinar 12 mil metros cúbicos apenas na REPAR.

O Brasil tem o 5º maior parque de refino de petróleo do mundo e é o 8º maior consumidor. Dessa forma, o plano de desinvestimento em refino da Petrobras

representa, aproximadamente, 50% da capacidade dessa atividade em nível nacional, totalizando 1,1 milhão de barris por dia de petróleo processado.

A privatização da refinaria interessa principalmente os grupos Raízen (da Cosan/Shell) e Ultra (Ipiranga), visto que uma das últimas obras de ampliação da REPAR custou R\$5 bilhões de dólares, enquanto a proposta de venda da refinaria paranaense junto a outras 3 refinarias a serem privatizadas pelo Brasil sairia a R\$10 bilhões de dólares.

Já a FAFEN (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados), também localizada no município de Araucária, é a maior fábrica de fertilizantes nitrogenados do Brasil e está fechada desde março de 2020. A FAFEN era responsável pela produção de 30% do mercado brasileiro de ureia e amônia, e 65% do agente redutor líquido automotivo (ARLA 32), aditivo muito utilizado em caminhões, como forma de reduzir a poluição atmosférica. O governo do Paraná não defendeu a manutenção da FAFEN, que empregava cerca de 1000 trabalhadoras/es diretamente e 3000 indiretamente, e agora investe milhões em uma unidade misturadora para fertilizantes importados. Isso só escancara a dependência com relação ao mercado internacional que o fechamento da fábrica provoca, fazendo com que o Brasil seja o único país, dentre os quatro países que mais consomem fertilizantes hidrogenados, que não é autossuficiente.

Vale lembrar também que a FAFEN poderia ter sido uma forte aliada no salvamento de vidas durante o período mais crítico da pandemia de COVID-19. Uma simples alteração da planta da indústria poderia viabilizar a produção de 350 a 750 mil metros cúbicos de oxigênio hospitalar por dia e isso não foi realizado mesmo após diversas cobranças do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho devido a falta de oxigênio em diversos locais do país.

O argumento da FAFEN ser inviável economicamente só faz sentido em comparação com o gás natural produzido pela própria Petrobrás, o que não faz sentido, é concorrer consigo mesma. Há ainda, uma isenção fiscal (alíquota zerada de PIS/PASEP e Cofins) para adubos e fertilizantes importados, regido pela Lei nº 10.925, de 2004, estas isenções beneficiam principalmente quatro empresas estrangeiras: Yara, Mosaic, Fertipar e Heringer, que juntas detêm, aproximadamente, 73% do mercado de fertilizantes no Brasil.

Analisando agora a SIX, Unidade de Industrialização do Xisto, localizada no município de São Mateus do Sul, responsável por explorar o segundo maior depósito de xisto (folheto) pirotetuminoso do mundo, produzindo principalmente gás natural a partir dele, mas que já teve o contrato de privatização assinado.

O Parque tecnológico da SIX é o maior da América Latina, fazendo com que o município de São Mateus do Sul tenha grande dependência em relação ao sistema de extração utilizado, além dos impactos ambientais decorrentes do processo de extração que impacta famílias da região com remoções e a poluição das águas. O contrato de privatização da SIX foi assinado em novembro de 2021, gerando um total de R\$361,2 milhões de prejuízo para o Brasil, porém apesar da assinatura do contrato,

a venda da SIX não foi concretizada e a luta contra a entrega do patrimônio nacional não pode parar.

Pensando ainda nas concessões e privatizações do governo, temos o caso dos pedágios do Paraná, que ficaram cerca de 1 ano com as cancelas abertas após a finalização de um contrato de concessão que durou 24 anos. O Paraná possuía os pedágios mais caros do Brasil e o fim do contrato foi apontado pelo governo como o “fim do preço injusto nos pedágios” com a propaganda de tarifas mais baixas na nova concessão. Ocorre que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), entregou ao TCU uma nota técnica que prevê o aumento da tarifa de pedágio no Paraná em 23,3% entre o trecho de Curitiba e o Litoral Paranaense, mesmo sem o início da nova concessão, o que faz com que as tarifas após a nova concessão sejam ainda mais altas que as anteriores.

Ainda no âmbito do desmonte planejado pelo governo de Ratinho Júnior, temos a junção de alguns órgãos ambientais estatais, como por exemplo o IAT. A Lei 20.070/2019 que oficializou a junção do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geologia) e o Águas Paraná (Instituto das Águas do Paraná), criando o IAT (Instituto Água e Terra), além de extinguir os órgãos que eram especializados em cada área, alterou a forma de repasse do ICMS Ecológico, definindo que os percentuais relativos a cada município serão anualmente calculados pelo órgão responsável pelo gerenciamento de recursos hídrico e meio ambiente, divulgados em Resolução publicada no Diário Oficial e informados à Secretaria de Estado da Fazenda para sua implantação no segundo ano civil posterior ao da apuração. Tal medida foi questionada pelo Ministério Público do Paraná que pediu a inconstitucionalidade da medida, pois dessa forma as cidades do estado vão receber os valores de imposto desatualizados.

Além disso, investigações que partiram de dentro do IAP mostravam que o repasse do ICMS Ecológico já não estava ocorrendo conforme a legislação e que municípios que não cumpriam os critérios mínimos da distribuição do imposto tinham notas elevadas, que não correspondiam com a realidade. Como essas avaliações dos municípios deveriam ocorrer anualmente, a forma de repasse que considera para base dos cálculos os dois anos anteriores não corresponde ao valor correto de repasse.

Outro ponto relacionado ao IAT, é relativo ao sucateamento do órgão tanto em infraestrutura quanto em quadro de funcionários, fato que é responsável também pela grande parte de multas que são aplicadas pelos danos ambientais e que não são pagas no Paraná. Somente cerca de 10% das multas aplicadas nos últimos 16 anos foram pagas, e em sua grande maioria pagas por pequenos produtores, visto que os grandes empresários e latifundiários, causadores de danos ambientais de grandes proporções, geralmente conseguem a prescrição das multas.

Ainda na área ambiental, a falta de transparência e a pressa do governo Ratinho Júnior nas decisões faz com que o dinheiro público sirva somente aos interesses da burguesia. A exemplo disso, temos o valor que foi recebido como indenização da Petrobras de quase R\$1 bilhão de reais e que estava sendo destinado

com desvio de funcionalidade e não sendo aplicado para a área ambiental. Um questionamento apontado pelo Ministério Público do Paraná foi o fato de que o Conselho de Recuperação de Bens Ambientais Lesados (CRBAL), responsável pela aprovação dos projetos, teria aprovado apenas projetos do governo de Ratinho Júnior com mais da metade dos valores do recurso e reservado apenas uma pequena parcela para projetos de universidades, sociedade civil e organizações do Estado.

Outra forma que o governo do estado tem entregado patrimônio público para interesses privados é através das isenções fiscais. Em 2022, o governo do estado do Paraná entregou 17,5 bilhões de reais em renúncias fiscais. São recursos que o estado deixa de arrecadar e que vão para as mãos de quem já tem muito dinheiro: empresários e latifundiários. E o pior é que não há transparência nesta movimentação, pois o governo não divulga quais empresas serão beneficiadas.

Além de ser um valor extremamente alto, sobretudo diante de um cenário de crescente desigualdade, chama a atenção o fato de que essa quantia aumentou em 6 bilhões de 2021 para 2022, ultrapassando em muito a previsão estimada para este ano. Em 2019 o valor total das renúncias fiscais foi de 10,4 bilhões; em 2020 foram 11,5 bilhões deixados de arrecadar; e em 2021 manteve-se na mesma casa de 11,8 bilhões. O salto para 17 bilhões ainda precisa ser explicado para a população.

É uma verba que deixa de ser arrecadada e, portanto, que deixa de ser investida na educação, na saúde, no saneamento básico, na segurança. Os ricos saem ganhando e quem sofre as consequências é quem mais precisa: a população trabalhadora.

O argumento utilizado para defender essa política é o de manter alguns setores competitivos, sobretudo o de alimentos. Mas o que de fato ocorre é que as empresas - leia-se: os capitalistas - aproveitam para embolsar os valores e manter suas taxas de lucro, sem necessariamente investir mais e gerar mais empregos, sendo que não há um mecanismo de controle e acompanhamento dos reais efeitos das renúncias fiscais. É uma política que afeta diretamente a classe trabalhadora em todo o estado, com impactos ainda maiores por habitante nas cidades do interior.

Apesar do Paraná ser um estado com um índice considerado baixo para o total de pessoas desempregadas, de acordo com o IBGE, 470 mil paranaenses estão desempregados atualmente, além disso é importante salientar que a renda média do trabalhador encolheu 10,7% em 1 ano.

Fala-se muito em criação de empregos, mas é preciso considerar quais empregos são esses e como é a média salarial da população. Aumentar empregos precarizados e com salários mais baixos produz índices que fazem parecer que as coisas vão bem no estado, mas a realidade é sentida pela classe trabalhadora ao ver seu poder de compra diminuindo dia após dia. A inflação está batendo recordes de

altas, sobretudo nos preços dos alimentos e dos combustíveis. Enquanto isso, há diminuição da renda dos trabalhadores que estão empregados.

Ao considerarmos o salário mínimo previsto pelo Dieese como necessário para sustentar uma família de quatro pessoas (considerando os gastos com moradia, transporte, alimentação, saúde, educação, vestuário, higiene, lazer e previdência), que deveria ser hoje de R\$ 6.527,67 e confrontarmos com o rendimento dos trabalhadores que possuem um salário mínimo nominal regional de R\$ 1.212,00, vemos que a situação do trabalhador paranaense está muito abaixo das condições mínimas de sobrevivência.

Os dados das classificações do IBGE referentes à remuneração da força de trabalho evidenciam que em todas as 20 classificações temos uma piora do rendimento se considerarmos o primeiro trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2022. Como exemplo, o rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho foi de R\$3.148,00 em 2019 e de apenas R\$2.775,00 em 2022.

Considerando os dados da PNAD Contínua (3º semestre de 2020) em relação à participação no mercado de trabalho, considerando a população em idade de trabalhar (14 anos ou mais), a taxa de ocupação no Brasil foi estimada em 47,1%. Desta população ocupada, 57% eram homens e 43% mulheres, apesar de as mulheres comporem a maioria da população. Já o percentual de desocupação das mulheres em 2020 foi de 19,8% para as mulheres negras e 13,5% entre as mulheres não negras.

No Paraná, o total de empregos formais (declarados na RAIS) em 2020 foi de 3.086.129, dos quais 45% eram ocupados por mulheres e 55% por homens. Os dados mostram, além disso, que o rendimento médio das mulheres foi de R\$2.714,48 e dos homens de R\$3.058,03. Portanto, as mulheres receberam, em média, R\$343,55 a menos que os homens. Esses dados, obtidos através do IPARDES, não revelam, porém, a distinção de remuneração da população negra.

Um boletim do DIEESE, no entanto, permite ter uma ideia sobre este último ponto, ao revelar, com base na PNAD Contínua (3º semestre de 2020), que as mulheres negras apresentaram um rendimento médio por hora de R\$11,08, enquanto o das mulheres brancas foi de R\$16,39 naquele ano.

Um aspecto importante na participação das mulheres no mercado de trabalho é ter filhos. De acordo com dados do IBGE de 2019, considerando as mulheres com idade entre 25 e 49 anos, 67,2% delas se encontravam no mercado de trabalho. Porém, esse percentual cai para 54,6% quando se considera as mulheres com filhos de até 3 anos vivendo no mesmo domicílio. Por outro lado, o nível de ocupação dos

homens com crianças de até 3 anos em casa, foi maior que o das mulheres em ambas as situações.

Propostas

1. A redução da jornada de trabalho semanal para 30 horas sem redução dos salários, com reajuste automático e indexação aos níveis da inflação, promovendo a criação de postos de trabalho e melhorando a qualidade de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores.
2. Realização de programas de emprego emergenciais, com a criação de frentes de trabalho urbanas associadas a obras de saneamento, habitação, de reforma de escolas e hospitais, bem como de expansão da malha ferroviária estadual.
3. Abertura de concursos públicos para expansão dos serviços essenciais, ajustando o piso salarial no serviço público estadual, vinculado ao salário-mínimo do Dieese.
4. Estabelecer o reajuste do salário mínimo regional, com base nas propostas mínimas de salário estabelecidas pelo Dieese.
5. Estabelecer uma política de isenção de impostos e taxas para trabalhadores/as desempregados/as e de baixa renda (até 5 salários mínimos).
6. Cobrança progressiva de impostos, de acordo com o rendimento de cada contribuinte, além da criação de um imposto especial sobre lucros e dividendos, grandes fortunas, transações financeiras e herança.
7. Ampliação da licença maternidade, com garantia de estabilidade no retorno ao trabalho, além da regulamentação da licença paternidade.
8. Estabelecer a igualdade salarial entre homens e mulheres sem rebaixamento dos salários.
9. Recuperar a “Nova Ferroeste”, impedindo sua privatização e promovendo a revisão do projeto de traçado proposto com o objetivo de transportar pessoas e

cargas, atendendo aos interesses da classe trabalhadora e protegendo as comunidades da região da Serra do Mar.

10. Reestatização da SIX - Unidade de Industrialização do Xisto.
11. Reabertura da FAFEN - Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - e a readmissão dos ex-trabalhadores da fábrica.
12. Reestatização da Copel Telecom.
13. SANEPAR e COPEL 100% estatal e sob controle popular.
14. Fim dos pedágios! Estatização das rodovias estaduais com o fim das concessões.
15. Criação de uma Companhia Estadual de Construção Civil estimulando a geração de empregos e permitindo o avanço em obras públicas de pequeno e grande porte, com a adoção de um programa de obras públicas de saneamento, habitação, de reforma de escolas e hospitais.
16. Estabelecer políticas tributárias que considerem a redução e isenção de impostos como o ICMS sobre produtos de itens básicos de consumo, como por exemplo itens de cesta básica.
17. Estabelecer cobrança de IPVA sobre meios de transporte particulares de luxo e sobretaxa de bens de consumo de luxo.

3. Saúde Pública

A importância de ter um sistema de saúde universal e gratuito nunca esteve tão em evidência quanto no período pandêmico. É importante salientar que o Sistema Único de Saúde foi uma conquista de movimentos populares, sindicais e estudantis que, principalmente nos anos 1980, compuseram o que ficou conhecido como Reforma Sanitária brasileira. Graças a essa mobilização, a Constituição Federal de 1988 reconheceu a saúde como direito universal, a ser garantido pelo Estado. Em 1990, a Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde) estabeleceu os princípios do SUS (universalidade, equidade e integralidade) e estabeleceu a descentralização político-administrativa e a regionalização e hierarquização dos serviços de saúde.

Nessa lei, ficaram definidas as responsabilidades para cada ente federativo, cabendo ao governo do estado prestar apoio aos municípios, gerir as redes de saúde, coordenar serviços estaduais de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, nutrição e saúde do trabalhador, gerir sistemas de alta complexidade e referência (como hospitais e clínicas de especialidades), acompanhar o fornecimento de medicamentos e insumos e divulgar os indicadores de saúde.

É importante salientar que a saúde é determinada por inúmeros fatores, como saneamento básico, alimentação, educação, lazer, condições de vida, moradia e trabalho, que logicamente passam pelos aspectos de classe, raça, gênero, sexualidade e afetividade. Assim, a defesa da saúde como direito universal deve ir muito além do que concerne a assistência e os equipamentos de saúde. A promoção da saúde como um todo envolve o desenvolvimento de políticas, planos e programas de saúde pública com ações coletivas voltadas a evitar que as pessoas sejam expostas a fatores causadores de doenças. Destaca-se que a abordagem de saúde a orientar as políticas públicas deveria ser voltada para evitar o fator causador da doença na coletividade, ao invés de tratar sob uma perspectiva individual as doenças já estabelecidas.

Infelizmente, o modelo de saúde que está em voga é quase totalmente centralizado no biomédico, ou seja, no atendimento médico, exames, hospitais, medicamentos etc. Este modelo não promove a saúde, apenas trata a doença já estabelecida e ainda assim de forma limitada, pois se preocupa pouco com as condições reais que os pacientes possuem de seguir o tratamento. Além disso, é um modelo que tende a individualizar problemas que são coletivos, dificultando ainda mais as ações que podem ser feitas para melhorar a saúde da população.

Desde sua estruturação em 1990 o SUS sofre ataques neoliberais. Na última década, vimos uma série de serviços públicos sendo terceirizados e privatizados por meio de parcerias público-privadas, OS's, OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado e Empresas Públicas de Direito Privado. Na prática, boa parte da verba que deveria ser destinada ao fortalecimento e ampliação do sistema público é desviada

ao setor privado, ao mesmo tempo em que vemos o serviço público agonizar por falta de estrutura e profissionais.

No Paraná, as OS's deram lugar à Funeas (Fundação Estatal de Atenção em Saúde). Instituída em 2014 no governo de Beto Richa, a fundação é uma personalidade jurídica do direito privado, financiada pelo governo estadual, que tem a atribuição de gerir hospitais públicos e outras unidades de saúde. Apesar de ser "estatal", a organização tem autonomia para administrar recursos humanos, orçamento, contratos, compras etc. e não tem a obrigação de seguir as regras do serviço público. A diretoria é composta por indicações políticas e os trabalhadores não são contratados como servidores públicos estatutários.

Atualmente, a FUNEAS é responsável por gerir 12 hospitais no estado, além da Escola de Saúde Pública e o Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos. No segundo quadrimestre de 2021, a FUNEAS recebeu quase 150 milhões em verba diretamente do governo do Paraná, além de mais de 15 milhões destinados ao combate da COVID-19.

A maioria das/os trabalhadoras/es da FUNEAS devem passar por teste seletivo, mas não tem a estabilidade e nem outros direitos reservados ao servidor público. É um vínculo de trabalho no regime CLT e muitas vezes realizado por meio de contratos temporários, que vão se estendendo indefinidamente. A precarização dos trabalhadores da saúde é um dos pilares do desmonte do SUS. A terceirização e a contratação por meio de vínculos diversos leva a uma fragmentação que torna muito mais difícil a organização da base, além de diminuir a qualidade do trabalho em si pela alta rotatividade e desvalorização dos profissionais.

O concurso público para preenchimento de cargos estatutários deve ser a única forma de contrato dos trabalhadores do SUS. A estabilidade é importante para que os servidores não cedam às pressões dos políticos que tentam usar os equipamentos de saúde como plataforma eleitoral, concedendo privilégios aos seus comparsas, e para que sejam capazes de se organizar e denunciar irregularidades, além do descaso da gestão com o sistema. O vínculo de trabalho mais estável favorece a organização das/os trabalhadoras/es para reivindicarem direitos e construir, junto à população, um SUS maior e melhor. Progressões salariais e planos de carreira são importantes para a sustentação das/os trabalhadoras/es na permanência no emprego e no aprimoramento de seus afazeres. Redução da jornada de trabalho é essencial para manter a saúde física e mental, além de possibilitar a educação continuada dos servidores, gerando melhorias no atendimento da população. Só é possível fornecer atendimento de qualidade a população combatendo a precarização do serviço público!

No meio da pandemia, foram extintos mais de 50 cargos públicos na saúde e na educação. Esses cargos serão substituídos por trabalho terceirizado na medida em que ficarem vagos, angariando mais um avanço no projeto de privatização da educação e do SUS. Os gastos em saúde no Paraná sempre se limitaram ao teto constitucional, que corresponde a 12% da receita líquida corrente. Em 2019 foi

investido 12,24%. Em 2020, 12,96% e em 2021, 12,34%. Vale lembrar que vivemos nesses dois últimos anos a maior crise sanitária da história. Apenas no ano eleitoral é que houve aumento efetivo dos investimentos em saúde.

Durante o enfrentamento da pandemia, houve atraso na compra das vacinas, pressão para retorno às aulas presenciais e abertura precoce do comércio, o que significa uma preocupação com os lucros empresariais em detrimento da saúde e da vida da população.

O Paraná conta com uma rede de 339 hospitais que atendem o SUS e apenas 4% (15) são da rede própria estadual com 2082 leitos. Desta rede própria, cinco estão sob gestão da Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Paraná (FUNEAS) e três sob a direção do Complexo Hospital do Trabalhador/FUNPAR que terceirizam e quarteirizam a mão de obra - tanto assistencial como nos serviços de apoio - precarizando e piorando o atendimento aos usuários do SUS. Outra parcela, 57% dos leitos que atendem o SUS, estão localizados em hospitais privados e filantrópicos. O governo do Paraná é omissos no controle do repasse de verbas que faz através de programas de acompanhamento como o HOSPSUS, dotações orçamentárias em hospitais privados, sendo que várias denúncias de não cumprimento de contratos de gestão foram levantadas no Conselho Estadual de Saúde.

Problemas de infraestrutura e abastecimento atingem todos os hospitais da rede estadual - goteiras, rachaduras, ambientes insalubres de trabalho, falta de insumos médico-hospitalares e as terceirizações ampliadas pelo atual governo não resolveram os problemas. A gestão e operacionalização do atendimento à população são executadas por contratos de trabalho precarizados e de baixos salários.

Em cidades menores, vários hospitais privados, filantrópicos ou particulares são conveniados ao SUS e recebem repasse de verbas estaduais e federais além de recursos via HOSPSUS, porém esse investimento não atende o perfil das reais necessidades de saúde das/dos paranaenses.

Outro aspecto, refere-se a saúde da classe trabalhadora. Sendo o trabalho um importante determinante do processo saúde-doença, tanto dos indivíduos quanto da coletividade, e a atual degradação do mercado de trabalho empurra parcelas significativas das/os trabalhadoras/es para a informalidade, vínculos precários e instáveis somando-se a baixa remuneração e péssima proteção social fazem com que seja urgente que o Estado intervenha nesse cenário a partir dos interesses da classe trabalhadora. Os nexos de acidentes de trabalho devem ser amplamente investigados e o perfil de saúde, adoecimento e, também, do sofrimento das/os trabalhadoras/es devem ser levados em conta para qualquer implementação de atividade econômica no Estado do Paraná.

Em relação à saúde materna, a falta de maternidades, casas de parto, atendimento domiciliar e a decisão de encaminhar os partos aos hospitais gerais é uma escolha que evidencia o descuido e aponta para direção de uma medicalização

da gestação. Com o viés ideológico patriarcal de higienização dos aspectos fisiológicos da vida, existe hoje uma ideia de escolha individual sobre via de parto, desconsiderando a importância do parto vaginal em favor de realização de cesárea, como supostamente, mais fácil e simples. Contudo, sabemos que a cesárea é uma cirurgia de médio porte com risco de infecções, perda sanguínea, pós-operatório mais lento e pode ter consequências para o recém nascido e a pessoa gestante. No Paraná, anualmente são realizados 64,9% dos nascimentos via cirurgia cesariana – o terceiro índice mais alto do país, atrás de Goiás (68,5%) e Rondônia (68%).

Em Curitiba, ao contrário do que se propõe enquanto política de cuidado no Plano Estadual de Saúde em 2020, duas maternidades foram fechadas como parte das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19, são elas: a maternidade referência nacional em parto humanizado, a Maternidade Bairro Novo e também a Maternidade Victor do Amaral. Esses fechamentos podem ter tido um impacto no aumento do número de cesáreas na cidade. Dados relativos a nascimentos de 2017 a 2021 apontam que a rede SUS teve um aumento de 5 pontos percentuais no índice de cesáreas da capital, depois do fechamento das unidades.

Em 2020, houve o debate e a aprovação da lei nº 19.701/2018 sobre a escolha individual das pessoas que gestam sobre a via de nascimento, ao não afirmar a priorização do parto vaginal, essa lei escamoteia uma questão ideológica e se relaciona com a violência obstétrica, na medida em que implica na ampliação do número de cesáreas. A preocupação com o aumento de cesarianas no sistema público ou privado se deve à possibilidade do aumento da mortalidade materna e infantil, haja vista que o risco é maior. Esta lei contraria e afronta as políticas públicas já consolidadas no país, dentre elas o Pacto Nacional para a Redução da Mortalidade Materna, que prevê a redução das taxas de cesariana. As dificuldades colocadas ao parto vaginal, está diretamente atrelado ao interesse da burguesia em transformar saúde em mercadoria, e com o parto/nascimento não seria diferente.

Espaços destinados aos cuidados da maternidade (pré e pós-parto) são importantes de não estarem atrelados a hospitais gerais justamente porque o processo de gestação e parto não se correlacionam com nenhum tipo de enfermidade. Uma pessoa que gesta e pare pode viver todo esse processo sem precisar de nenhuma intervenção médica. Porém, ao contrário, ainda encontramos muitas práticas invasivas de cuidado da gestação, incluindo as violências obstétricas.

É fundamental propiciar ambientes acolhedores para o momento da gestação, desde os atendimentos de pré-natal com ofertas de cursos e grupos de apoio, até o parto e os primeiros dias de vida do bebê, levando em conta um espaço para mães e bebês que ficam mais tempo em acompanhamento devido a alguma dificuldade que ocorreu no parto, necessitando em alguns casos de acompanhamentos em UTI.

Além disso, estudos apontam que a presença de doulas pode diminuir em 50% os índices de cesáreas e nesse caminho é preciso disponibilizar através do SUS, equipes para atendimento ao parto domiciliar com enfermeiras obstétricas para pessoas gestantes de baixo risco que tem vontade de parir em casa; criação de casas

de parto para gestantes também de baixo risco sem a necessidade da hospitalização; regulamentar a profissão de doulas e permitir a entrada em todas as maternidades, hospitais e casas de parto, para que a pessoa parturiente possa ter garantido o acompanhamento em todos os processos do trabalho de parto, diminuindo assim a violência obstétrica e a cesariana.

O controle sobre a vida e corpos das pessoas que podem gestar, em especial e na maioria das vezes corpos das mulheres, é parte da existência do sistema capitalista, que mantém uma maior dominação e exploração entre as trabalhadoras das economias dependentes, submetidas a longas e múltiplas jornadas de trabalho. A ilegalidade do aborto não tem relação com a proteção da vida, como afirmam alguns setores conservadores, senão os mesmos se importariam com a morte das mulheres que realizam a prática, independente da criminalização. Está diretamente ligada à manutenção do trabalho reprodutivo no ambiente do lar, à custa das esposas ou de empregadas domésticas, que possibilita que o trabalho que deveria ser exercido em creches, restaurantes e lavanderias públicas, pelo Estado ou pelas empresas, seja realizado sem comprometer recursos públicos e lucros capitalistas. O reforço da mulher enquanto mãe faz parte da ideologia que nos mantém presas aos trabalhos mais precários, relacionados ao trabalho doméstico e de cuidados, mantendo a reprodução da força de trabalho no ambiente familiar. A luta pela descriminalização e legalização do aborto é sobretudo anticapitalista e anti-imperialista.

O Brasil vai na contramão dos demais países latino-americanos que legalizaram o aborto. Com a chegada ao governo de Bolsonaro, a escalada de perseguição aos direitos reprodutivos das mulheres. Somos totalmente contrários ao movimento “Pró-vida” que se comporta de forma totalmente persecutória, que criminaliza e violenta as mulheres e crianças que recorrem ao direito já previsto em lei, nos casos de estupro. Essa é uma questão que envolve saúde pública e direitos sexuais e reprodutivos. Uma em cada 5 mulheres brasileiras com mais de 40 anos já realizou um aborto.

As mulheres ricas abortam em clínicas luxuosas de maneira segura. As mulheres pobres recorrem a procedimentos inseguros e precários, com riscos de infecções, hemorragias e até a morte. O aborto inseguro é a quinta causa de morte materna no Brasil e vítima principalmente pretas, pobres e periféricas. Defender a descriminalização do aborto é lutar pelo direito das mulheres decidirem sobre seus próprios corpos e pela defesa intransigente das suas vidas. O aborto deve ser legal, seguro e 100% gratuito, realizado pelo SUS. A legalização do aborto é uma pauta fundamental, mas não é a única medida necessária para garantir os direitos sexuais e reprodutivos: educação sexual para conscientizar, distribuição ampla de contraceptivos para prevenir e atendimento humanizado para a pessoa que decidir levar uma gestação adiante.

A ampliação de direitos reprodutivos é uma necessidade urgente das mulheres do Brasil e da América Latina, que também batalham por condições de vida mais dignas e justas, com salários iguais para trabalhos iguais, emprego a todas, direito à

moradia, saúde pública, educação, acesso à contracepção e uma rede de cuidados para as crianças, que seja amparada pelo Estado e por toda sociedade.

Propostas

1. Expansão e reversão das privatizações na saúde pública, bem como a estatização de todo o setor privado de saúde, incluindo a rede de assistência, setores de pesquisa, fármacos, imunobiológicos, hemoderivados e insumos, indústria de material médico-hospitalar e de equipamentos.
2. Fornecimento de medicamentos de alto custo e cobertura vacinal gratuita.
3. A gestão e operacionalização do Sistema Único de Saúde no Paraná deverá ser executada diretamente pelo governo, sob controle popular e deve assumir a administração direta de todos os equipamentos hospitalares.
4. Contratação de servidores através de concursos públicos para todas as áreas de saúde.
5. Ampliar a rede de hospitais regionais de média complexidade para evitar os longos deslocamentos à capital.
6. Os níveis de atenção secundário e terciário devem ser amplamente articulados com a Atenção Primária em Saúde e Vigilância em Saúde, com um prontuário único, com ampliação de equipes matriciais e centros ambulatoriais de referência regionais que possibilitem acesso resolutivo às especialidades e exames laboratoriais e de imagem.
7. Ampliação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) nas macrorregionais articulando o trabalho com as organizações de trabalhadores para que possa intervir de forma propositiva, educativa e, quando necessária, impositiva, nos riscos ocupacionais individuais e coletivos levantados por metodologias de análises de situação de saúde dos trabalhadores para, assim, oferecer medidas preventivas, curativas e reabilitadoras.
8. Estimular a formação de entidades populares de Vigilância em Saúde do Trabalhador em todos os municípios, dando-lhe suporte para intervir quando alguma atividade econômica se apresentar como ameaça grave à saúde do trabalhador ou da comunidade.
9. Cursos e formações em Saúde do Trabalhador devem ser oferecidos para organizações sindicais, conselhos populares e profissionais que atuam na área, visando formar uma rede de Vigilância em Saúde do Trabalhador, que consiga identificar, acolher e intervir de maneira mais efetiva às condições que levam ao adoecimento dos trabalhadores paranaenses.
10. Garantir equipes para atendimento ao parto domiciliar com enfermeiras obstétricas, além da criação de casas de parto para gestantes também de baixo risco.

11. Regular a profissão de doulas e permitir a entrada em todas as maternidades, hospitais e casas de parto, para que a pessoa parturiente possa ter garantido o acompanhamento em todos os processos do trabalho de parto.
12. Promover um adequado modelo de assistência obstétrica para que a gestação, o parto e o puerpério sejam respeitosos e humanizados, prezando pela saúde materno-infantil.
13. Garantir a realização do aborto legal nos hospitais públicos, sem constrangimento ou qualquer criminalização da interrupção da gestação.
14. Educação abrangente sobre sexualidade para prevenção de gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis.
15. Distribuição de métodos contraceptivos diversificados, incluindo a contracepção de emergência.

4. Saúde mental e luta antimanicomial

Atualmente, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no estado do Paraná engloba os seguintes serviços: 151 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) habilitados; 304 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); 6 Unidades do Sistema Integrado de Saúde Mental (SIM-PR), sendo 5 para adultos e 1 infanto-juvenil; 1903 leitos em Hospital Psiquiátrico Especializado; 17 Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT); 45 ambulatórios de média complexidade, sendo 17 de abrangência regional.

Comparando os poucos dados fornecidos pelo Plano Estadual de Saúde acerca da situação da RAPS no Paraná, percebe-se que neste período houve um aumento tímido no número de CAPS (143 para 151) e de SRT (11 para 17). Também houve uma diminuição dos SIM-PR (de 7 unidades para 6). Ainda, o número de leitos de Hospitais Psiquiátricos em âmbito estadual passou de 1892 para 1903, ou seja, houve um aumento de leitos, indo na contramão da reforma psiquiátrica.

Na última década, temos presenciado em âmbito federal e estadual um desmonte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e dos elementos que a compõem. É, em síntese, uma política que entra em confronto direto com os princípios norteadores da lei 10.216/2001, popularmente conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica ou Lei Paulo Delgado.

O Decreto 9761/2019 e a Nota Técnica 11/2019 do Ministério da Saúde são exemplares neste sentido, de um retorno à lógica manicomial e a uma política de exclusão. Nelas, se encontram explícitas ideias em oposição à construção de uma Rede Substitutiva ao Hospital Psiquiátrico. Pelo contrário, buscam recolocar o hospital psiquiátrico e os demais serviços de internação, como as Comunidades Terapêuticas, no centro da assistência em saúde mental. Além disso, há um redirecionamento massivo dos recursos financeiros. A Portaria Interministerial nº 2/2017 destinou R\$120 milhões para o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), destinado a criar 12 mil vagas em Comunidades Terapêuticas. Da mesma forma, em fevereiro de 2018, um novo repasse retirou cerca de R\$40 milhões dos recursos originalmente destinados à RAPS e foram repassados para a FUNAD.

Também houve uma ampliação dos modelos manicomiais de atuação profissional, com aumento do período de internação psiquiátrica (podendo chegar a 90 dias), compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia, o aumento de leitos psiquiátricos especializados (leitos em Hospitais Psiquiátricos) – em oposição à política de ampliação de leitos em Hospitais Gerais e em CAPS III. A ênfase também em Unidades Ambulatoriais aponta para um modelo de atendimento fragmentado, dissociado do território de atuação e de vida dos sujeitos, perpetuando uma lógica individualizada do sofrimento psíquico e dos fatores de adoecimento e dificultando a formação de redes de apoio e intervenções junto à comunidade.

O reforço da estigmatização dos usuários de substâncias, a criminalização das drogas e, conseqüentemente, a marginalização destes, provoca um maior distanciamento dos serviços de saúde. A ausência do estado nas suas

responsabilidades junto aos usuários de substância promove um *redirecionamento* destes para as instituições do Terceiro Setor, em especial as Comunidades Terapêuticas.

Na última década, o Paraná presenciou um processo semelhante ao que ocorre no restante do país. O aumento do investimento nas Comunidades Terapêuticas, uma priorização da abstinência como modelo de tratamento em detrimento da política de Redução de Danos e um retorno à prática da institucionalização, contra um modelo de tratamento em liberdade.

O mapeamento quantitativo destes serviços são um demonstrativo dessas políticas: em 2019, existiam cinco vezes mais Comunidades Terapêuticas (CTs) (156) do que CAPS Álcool e Drogas (33). Ainda, só existem 11 CAPS AD III no Paraná, isto é, unidades que permitem o acolhimento noturno para estabilização psiquiátrica. Ainda, segundo estudo do IPEA de 2017, o Paraná é o quarto estado com maior número de Comunidades Terapêuticas, com 7,58%, atrás apenas de São Paulo (22,26%), Minas Gerais (13,33%) e Rio Grande do Sul (11,97%). Visto o crescimento das Comunidades Terapêuticas no estado, torna-se importante aprofundar a compreensão da atuação das CTs no Paraná e no Brasil.

As Comunidades Terapêuticas (CTs) são entidades privadas, majoritariamente de cunho religioso, que buscam a abstinência do uso de álcool e outras drogas através da privação de liberdade e isolamento social. Em teoria, a adesão e permanência nas comunidades terapêuticas é de caráter voluntário, sendo seu público aqueles sujeitos de gravidade leve ou moderada, sendo proibidos os usuários com comprometimentos graves.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2017, as CTs que se adequam à legislação vigente estão aptas a pleitear variados recursos públicos. De acordo com a pesquisa, evidenciou-se que cerca de 41% das CTs recebem financiamento de governos municipais, 27,8% de governos estaduais e 24% de governos federais, sendo comum a sobreposição de financiamentos municipais e estaduais 35%.

Além disso, diversas CTs são portadoras de certificações, que constituem-se em formas indiretas de subvenção pública, uma vez que autorizam o não pagamento de diversos tributos. Segundo o IPEA, cerca de 53% possuem a Declaração de Utilidade Pública Estadual e cerca de 73% possuem a Declaração de Utilidade Pública Municipal. De acordo com o IPEA, esses dados “sugerem haver certa capacidade das CTs, para obterem recursos públicos, em todas as instâncias administrativas/governativas, e por vias diversas: desde financiamento direto a vagas para acolhimento; até a isenção de tributos”.

Nos últimos anos, vimos um aumento significativo de repasse federal para as CTs. Entre 2017 e 2020, por exemplo, foram repassados R\$560 milhões para Comunidades Terapêuticas. Ainda, a Lei Complementar 187 de 2021 instituiu que as Comunidades Terapêuticas passaram a ter direito à isenção tributária. Em 2019,

foram R\$81 milhões repassados, e em 2021, R\$134 milhões, constituindo um aumento de 65%. Comparativamente, neste mesmo período, os CAPS Ad receberam um aumento de apenas 11%.

A nota técnica 01/2020 do MPPR, referente à fiscalização do funcionamento das CTs no Estado do Paraná aponta que um dos objetivos específicos do Projeto SEMEAR consistiria em estimular a fiscalização presencial das CTs, fornecendo na nota um roteiro de fiscalização das comunidades terapêuticas.

A fiscalização das CTs que recebem *recursos federais* são realizadas por servidores da SENAPRED (Portaria nº 562/2019), sendo que conforme a Portaria nº 625/2021, essa fiscalização *pode ser realizada de modo remoto* por meio de videoconferência. No entanto, visto a nota técnica 01/2020 do MPPR, ainda não foi regulamentada a atribuição para as fiscalizações *in loco* em âmbito estadual.

No Paraná, 59% das comunidades terapêuticas que recebem verbas federais não tiveram nenhuma inspeção em cinco anos, evidenciando a fragilidade na regulamentação da fiscalização das CTs no Paraná, o que permite uma série de violações de direito típicas destes espaços.

Ainda que não exista uma padronização das Comunidades Terapêuticas, na última década tem havido um aumento destas instituições associadas a organizações religiosas. Segundo estudo do IPEA de 2017, 41% das Comunidades Terapêuticas são mantidas por igrejas evangélicas e 26% por instituições católicas, ou seja, mais de 65% das Comunidades Terapêuticas.

O modelo das CTs se baseia em três pilares: trabalho, disciplina e espiritualidade. Entende-se que o trabalho é uma atividade terapêutica em si (*laborterapia*). No entanto, o que é chamado aqui de *laborterapia* muitas vezes não passa de atividades de manutenção e reforma do próprio espaço físico da comunidade, sem qualquer tipo de remuneração para os internos. As *práticas espirituais* (presentes mesmo em CTs não vinculadas a uma instituição religiosa) são defendidas como um elemento ausente nos usuários de substância, sendo necessário promover e resgatar a fé, em um juízo moral sobre o uso de substâncias.

Estes três pilares acabam por promover, por sua vez, uma série de práticas punitivas e disciplinares sobre os internos das comunidades. Diversas práticas não são permitidas em grande maioria das Comunidades Terapêuticas. Por exemplo, das CTs avaliadas pelo IPEA, mais de 90% não permitiam acesso a celulares, mais de 85% não permitiam manter posse dos próprios documentos, cerca de 75% obrigavam a atividades de laborterapia e mais de 55% não permitiam faltar os cultos e cerimônias religiosas.

Já as medidas punitivas abarcavam a suspensão de atividades de lazer, aumento da laborterapia, suspensão de contato com familiares, isolamento, etc. Para além das sanções oficiais, são inúmeros os relatos de práticas que violam diversos direitos dos usuários, como a superdosagem de remédios, trabalhos forçados, castigos físicos e assédio moral, violências sexuais contra internas, além da

internação ilegal de adolescentes e o uso das CTs para internação de idosos e pessoas com transtornos mentais.

A ausência de estudos recentes, apesar do aumento das CTs no país, é sinal de preocupação visto o aumento dos investimentos e o descaso com a fiscalização das esferas municipais, estaduais e federais. A retirada de recursos dos equipamentos substitutivos como o CAPS e seu redirecionamento para as CTs acaba por se configurar como um retrocesso na política de saúde mental, a uma moralização dos cuidados aos usuários de substâncias, uma marginalização ainda maior destes indivíduos e uma desassistência a estes sujeitos e suas famílias.

Evidente que as políticas de saúde mental sofreram diversos retrocessos no último ano, intensificados pelo descaso dos governos com a população em sofrimento mental e com os usuários de substância. A situação se apresentou ainda mais grave com a conduta do governo estadual em relação à pandemia do COVID-19, sendo ineficiente no manejo da pandemia, colocando o lucro acima da vida e produzindo um aumento do sofrimento psíquico e do uso de substâncias. Este aumento, no entanto, não deve ser visto como resultado da pandemia *em si*, mas das piores condições de vida da classe, o aumento do desemprego, a pouca assistência fornecida pelo governo, o aumento da insegurança alimentar e financeira, etc.

Propostas

1. Contratação de trabalhadores da área da saúde mental para a garantia do atendimento a toda a população;
2. Recomposição da cobertura de Atenção Primária à Saúde que foi reduzida desde a implantação da Política Nacional de Atenção Básica do ano de 2017.
3. Ampliação dos serviços de saúde mental que compõem a RAPS, com foco nos serviços substitutivos como o CAPS, os Centros de Convivência e os NASFs.
4. Extinção das Comunidades Terapêuticas e oferecimento, através do SUS, de acolhimento e tratamento de saúde mental e da dependência química, abolindo métodos manicomiais.

5. Educação Básica Pública

A longa experiência do movimento de trabalhadores da educação demonstra que nunca houve uma política do Estado burguês que garantisse plenamente o acesso e a permanência de crianças, jovens e adultos em todas as etapas da educação formal. Alternam-se os governos e os dados de analfabetismo, evasão escolar e cortes orçamentários continuam revelando o abismo entre o discurso de universalização deste direito e sua realização prática. Na estruturação deste abismo, está a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, entre o potencial que a educação e a ciência poderiam criar e a impossibilidade de serem aplicadas plenamente à produção social no modo de produção capitalista.

A política das classes dominantes tem como objetivo ampliar a destinação do fundo público para a lucratividade do capital em detrimento do investimento nas políticas sociais. Nos últimos anos, tal política levou ao aprofundamento do chamado “ajuste fiscal”, que se intensificou com a Emenda Constitucional 95/2016. Este processo, ao passo que possibilitou a aprovação de diversas contrarreformas que atingiram a previdência social, os direitos trabalhistas, a educação e o sistema único de saúde, também favoreceu a ampliação da dívida pública e o lucro dos rentistas e banqueiros.

A reforma do ensino médio e a EC 95/2016, ambas aprovadas ainda no governo Temer, e implementadas pelos governadores e prefeitos, que cortaram recursos da Educação, avançaram com as terceirizações e deram passos privatizantes por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) impactando diretamente a educação básica pública.

Outras medidas como a Política Nacional de Alfabetização (Decreto no. 9.765/2019), o Projeto de Lei que altera o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) para regulamentar a educação domiciliar (PL no. 2401/2019) e a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Decreto Federal n o 9.665 de 2 de janeiro de 2019) ou o lançamento do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM, Decreto n o 10.004 de 5 de setembro de 2019) expressam como o governo atual não pensa a educação pública como parte de um projeto que favoreça a formação humana e a efetiva democratização da sociedade brasileira.

Os dois anos de pandemia impactaram o funcionamento das escolas e das universidades e revelaram ainda mais o processo de destruição da educação pública. Os seus traços mais marcantes foram ressaltados: a exclusão de uma parcela de estudantes, um ensino decorativo manifesto em "apostilas" e materiais pré-formatados, além do avanço da mercantilização da educação por meio do Ensino a Distância. O percentual de crianças de 6 a 7 anos que não sabiam ler e escrever cresceu 66,3% – em 2019, tínhamos cerca de 1,43 milhão de crianças nesta situação; no final de 2021, 2.399 milhões. Esse comprometimento no processo de alfabetização ocorreu devido à desigualdade de condições do atendimento educacional durante a pandemia, tal como a dificuldade no acesso aos aplicativos, falta ou oscilação no sinal de internet e ausência de ambientes adequados para o estudo. Ou seja, evidenciou-se a incapacidade da burguesia de assegurar a todas/os a aprendizagem e a proteção

dessa massa de crianças da fome e da miséria durante o período de necessário isolamento social.

A pandemia facilitou a ofensiva dos governantes em expandir o Ensino à Distância. A adoção de aulas virtuais em conjunto com a criação de plataformas digitais, em especial na educação básica, aplainaram o caminho para o EaD como forma crescente de mercantilização da educação, apoiando-se no discurso de adequação às “novas tecnologias”. Radicalizou-se a separação entre teoria e prática, calcada na divisão social do trabalho no capitalismo. O resultado é um maior esvaziamento do processo educativo, aumento da exclusão da parcela mais vulnerável da população e piora na qualidade do ensino em geral.

A degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, dentre outras tantas mazelas, têm por objetivo a entrega da educação pública à iniciativa privada, com a finalidade de aumentar suas taxas de lucro. A educação não pode ser entendida como um serviço, suscetível a ser negociado. Assim, os filhos e filhas da classe trabalhadora devem organizar sua revolta e sua indignação contra a aniquilação da educação pública e dos benefícios sociais já conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Não é de agora que organismos do imperialismo, como Banco Mundial e FMI, vêm impondo receitas privatizantes para esse nível educacional. Não por acaso, abundam projetos no Congresso Nacional para extirpar da Constituição a exigência de aplicação mínima de 18% por parte do governo federal, e 25% por parte dos estados e municípios. Durante a pandemia, inúmeras vozes no governo e no Congresso Nacional se colocaram pelo fim dessa obrigatoriedade, bem como pela extinção do Fundeb. Por trás dessa política está o objetivo de usar parte desses recursos orçamentários para o pagamento da gigantesca dívida pública.

O déficit numérico de trabalhadores/as no estado do Paraná e no Brasil de um modo geral tem se expressado tanto no número de professores quanto de técnicos de administração escolar, que tem gerado um quadro de sobrecarga de trabalho, contribuindo imensamente para o quadro de adoecimento dessas categorias. Isso se torna ainda mais agudo quando se trata de trabalhadores/as contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), que tem se tornado regra no estado.

Alinhado a esse cenário, a política geral dos governos, em todo o país, foi de rebaixamento do salário-base (piso) dos profissionais do Magistério, chegando ao descumprimento por parte de vários governadores e prefeitos do pagamento do Piso Nacional, calculado hoje em R\$ 3.845,63 para a educação básica. O resultado tem sido o acúmulo de perdas salariais. Ao mesmo tempo, ampliam-se os descontos, atingindo também os aposentados, como foi o caso da cobrança das contribuições previdenciárias.

A saída das/os professoras/es foi recorrer ao aumento da carga de trabalho, ou seja, uma jornada no estado, outra no município, ou na rede privada. As consequências vão desde o esgotamento físico ao mental de um número crescente de educadores. Aliado a isto, vale ressaltar que no setor privado os trabalhadores da

educação têm experimentado uma degradação mais acentuada com o avanço da "pejotização" destes profissionais, que estão sendo contratados via MEI - microempreendedor individual.

No estado do Paraná, é gritante o descaso com as/os profissionais da educação pública, com um déficit de aproximadamente 30 mil professores/as e há quase dez anos sem novos concursos públicos, o que se observa é um avanço sistemático de profissionais temporários e terceirizados, que são cada vez mais precarizados e superexplorados, desde o seu processo de seleção, definição de local de trabalho, incerteza da continuidade de suas atividades e vencimentos rebaixados.

Os trabalhadores terceirizados recebem um salário inferior comparado aos demais trabalhadores que passaram por concursos ou demais processos seletivos nas mesmas áreas. Parte da verba destinada a essas contratações vai diretamente para os caixas de pelo menos 15 empresas que fazem as terceirizações no estado do Paraná. Com a intensificação das terceirizações de funcionários, os gastos com contratos aumentaram drasticamente, de 320 milhões de reais; os mesmos contratos passaram a ser de 536 milhões em 2021; o aumento foi 67,38% segundo o Conselho Estadual do Fundeb.

O gasto com funcionários aumentou ao passo que o salário dos trabalhadores diminuiu; provando que o único objetivo da terceirização é precarizar as condições de trabalho e repassar verbas públicas para empresas privadas. Os trabalhadores das empresas terceirizadas também estão sobrecarregados e adoecendo, são frequentes as denúncias por assédio, más condições de trabalho e perdas de direitos, evidenciando o projeto de sucateamento da educação e as mazelas da exploração da força de trabalho.

As empresas, por sua vez, podem remanejar funcionários quando bem entenderem, e essa troca prejudica o vínculo dos mesmos com o contexto e a comunidade local, afetando o processo de ensino/aprendizagem. As condições de trabalho poderão variar de empresa para empresa, e cada empresa pode decidir se contratará como CLT ou por contratos temporários. Além de tudo, essa também é uma medida do Estado para baixar a demanda por concursos públicos.

Em 2021, o governo fechou uma parceria, por R\$38,4 milhões, com a UniCesumar para a terceirização dos componentes específicos dos cursos técnicos integrados de Administração, Agronegócio e Desenvolvimento de Sistemas. A formação geral básica continua sendo ofertada através de professores efetivos e PSS, entretanto, as matérias específicas agora são lecionadas por professores da UniCesumar, através de aulas síncronas transmitidas por computadores para até 20 turmas de uma vez. Em vez de professor em sala, a única ligação entre estudantes e docentes é realizada por monitores terceirizados, sem formação pedagógica e exigindo apenas ensino médio completo, contratados para manipular a entrada do

computador nas transmissões, recebendo um salário de R\$640,00 por 20 horas semanais.

A diminuição do quadro de professores efetivos também é parte do projeto de sucateamento da educação. A falta de concurso faz com que em muitas instituições, trabalhadores estatutários sejam metade ou minoria do quadro de profissionais. Se é necessário maior agilidade nos trâmites de contratação de funcionários, isso pode e deve ser resolvido com a abertura de concursos públicos, adequados à demanda de profissionais.

Em todos os âmbitos, os/as trabalhadores/as do setor público, seja federal, estadual ou municipal têm enfrentado uma intensificação de ações destrutivas por parte da ordem capitalista. Na esfera federal, a Lei Orçamentária Anual para 2022 aprovou 1,7 bilhão para reajuste (entenda-se reposição de perdas inflacionárias) dos salários dos trabalhadores e trabalhadoras do Estado, porém o próprio governo anunciou que esse reajuste seria somente para a polícia federal. Essa situação causou muita indignação, pois todos os trabalhadores e trabalhadoras estão há mais de 5 anos sem qualquer reajuste salarial da inflação.

O Ensino Médio é a última etapa da formação básica e geral que busca garantir a ampliação do acesso educacional a muitos jovens do Brasil. Por ser uma etapa tão importante sofre com disputas políticas constantes. Deste modo, o Ensino Médio, no Brasil, ao longo do tempo, tem sofrido variações relativas aos seus objetivos, ora como uma etapa essencial para a formação geral, ora como garantia de formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, sob uma forte gestão neoliberal, o governo do Paraná apresentou a proposta do Referencial Curricular para o Novo Ensino Médio Paranaense para consulta pública, uma adequação do currículo estadual à BNCC, fruto da Reforma do Ensino Médio. O referencial curricular foi construído sem uma adequada contribuição dos/as pesquisadores/as e trabalhadores/as da área da educação. A comunidade escolar não foi consultada de forma efetiva, nem teve participação ativa nos debates e discussões acerca da nova proposta.

No entanto, lembremos que em 2016, houveram diversas mobilizações e ocupações de escolas, para que se pautasse a participação do movimento estudantil nos debates, na tentativa de mostrar seus anseios e posicionamentos relativos à reforma do Ensino Médio. Tanto os estudantes quanto os trabalhadores e trabalhadoras da educação foram silenciados e ignorados, e a reforma foi aprovada a toque de caixa. Dessa forma, exalta-se a falta de transparência, participação e amplo debate sobre as mudanças estruturais que estão sendo promovidas na educação, além de ser uma afronta aos preceitos de gestão democrática da escola pública ao se enquadrar dessa forma autoritária.

Umas das principais ideias que estão inseridas nessa reformulação da educação pública, é a do jovem empreendedor que trabalha para a sua subsistência. O empreendedorismo surge como única saída para a sobrevivência num contexto de desigualdade e desemprego. Essa concepção ainda é reforçada por outros fatores,

como pelo componente curricular “Projeto de Vida” que pretende conformar e levar a aceitação das condições de subalternidade e precariedade do mercado de trabalho. Ademais, outro ponto principal exercido pela escola nesse contexto, com suas competências socioemocionais, seria a de preparação e adequação dos indivíduos para as condições cada vez mais individualistas e competitivas em detrimento da formação do sujeito crítico, uma clara “desescolarização” em prol do “empreendedor de subsistência”. Uma análise do Novo Ensino feita pela UEL, UNESPAR, a UEM e o Instituto Federal, demonstrou que essa proposta tende ao contrário do que se propõe ser, pois produzirá mais exclusão e evasão, como o exemplo do fechamento de turmas no ensino noturno.

A implementação do Novo Ensino Médio no Paraná tem levado ao fechamento da oferta de Ensino Médio no período noturno. De acordo com os dados do IBGE, em 2019, 36,9% das 423.170 matrículas na rede pública de ensino eram no período noturno, atendendo estudantes que estavam inseridos no mercado de trabalho, formal ou informal. Grande parte dos jovens com 15 anos ou mais já se encontram inseridos no mercado de trabalho auxiliando na renda familiar. Com o fechamento da oferta noturna, esses jovens estão sendo efetivamente excluídos do processo de escolarização.

Além disso, a adequação à BNCC pelo Novo Ensino Médio terá como consequência a redução na carga horária das disciplinas da educação básica de um total de 2400 horas para 1800. Essa redução impactará na menor oferta de disciplinas de Biologia, Química, Física, História, Geografia, Inglês, e mais fortemente, Artes, Filosofia e Sociologia que serão ainda mais drasticamente reduzidas em sua oferta, produzindo o rebaixamento na qualidade da educação e da formação da juventude da classe trabalhadora. Além disso, haverá diminuição no número de docentes dessas áreas, acompanhada da grave abertura ao “notório saber” como requisito de formação para os professores de disciplinas do eixo técnico e profissionalizante.

Destaca-se que no Paraná, a SEED desde 2020 diminuiu para uma aula semanal a oferta das disciplinas de Artes, Filosofia e Sociologia, caminhando já nesse sentido de precarização da formação da juventude e despriorização do pensamento crítico na educação pública que propõe a BNCC e o Novo Ensino Médio. A sobrecarga dos docentes vem sendo um dos principais problemas associados a essas mudanças.

De acordo com a proposta do Novo Ensino Médio, 40% do ensino será voltado para os itinerários formativos, com obrigatoriedade de oferta de apenas dois itinerários por escola. No cenário de formação tecnicista para o mercado de trabalho, presenciamos uma forte tendência à adesão do itinerário técnico e profissionalizante, relegando a segundo plano os demais campos de formação humana, tal como as ciências humanas, representando uma perda na formação integral sujeito para uma formação mais individualista e competitiva, voltada ao mercado de trabalho.

No texto do Referencial Curricular para o Novo Ensino Médio do Paraná fica evidente o objetivo com os itinerários formativos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT): “facilitar a inserção e atuação do estudante no mercado de trabalho”. Com essa concepção, percebe-se o caráter mercantilista da educação,

voltada aos interesses do capital, ao barateamento do conhecimento científico, a negação da ciência e a desqualificação.

Ainda sobre os princípios da EPT, destaca-se a presença de expressões que referenciam à parcerias público-privadas, com o argumento de que as mesmas devem ser “estimuladas com o fim de viabilizar percursos formativos e ambientes de aprendizagens distintos e que insiram os/as cursistas na realidade do setor produtivo”. Porém, o que se oculta é o interesse na privatização da oferta educacional, pois eles favorecem os interesses do mercado e aumentam ainda mais a “desescolarização”.

Outro tema extremamente problemático é a militarização das escolas. Esta temática ganhou grande impulso com o atual governo federal, e vem sendo propagado nos estados brasileiros sob a justificativa de combate a altos índices de criminalidade, violência, tráfico de drogas e baixo desempenho escolar.

Dando um passo na ampliação das escolas militares e cívico-militares pelo país, em 2019, o governo federal assinou o Decreto nº 9.465, que aprova uma nova organização estrutural no Ministério da Educação (MEC) criando a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM), responsável pela criação deste novo formato na gestão educacional e na coordenação de programas pedagógicos que envolvam militares e civis.

No Estado do Paraná, o governo de Ratinho Jr. (PSD), seu secretário de educação Renato Feder, fomentaram a aprovação do Projeto de Lei n.º 543/2020, responsável por instituir programa de implementação do modelo cívico-militar em escolas da rede estadual de ensino. Atualmente, 215 escolas estaduais passaram a participar desse programa num processo impositivo e apressado.

Apesar da narrativa de “isenção ideológica”, o caráter político-ideológico destas instituições públicas militarizadas de ensino, fundamentadas na tríade disciplina, obediência e treinamento, aponta para a instrumentalização da educação como mecanismo de controle, submetendo as/os estudantes, em sua esmagadora maioria filhos e filhas da classe trabalhadora, a um comportamento apassivado, sob valores éticos que favorecem a classe dominante e desestimulam o pensamento crítico.

Com a finalidade de controle e institucionalização da organização das/os estudantes secundaristas, no início de 2022 foi criada uma pasta na Secretaria de Educação (SEED) de Grêmios Estudantis. As ações desenvolvidas até o momento caminham no sentido de mapear os grêmios já existentes e coordenar a organização de novos grêmios segundo princípios da SEED. A medida de padronização dos estatutos dos grêmios segundo critérios dos governantes e alinhada aos princípios das escolas cívico-militares, com mudanças estruturais no funcionamento dos grêmios que retiram a autonomia estudantil e a participação em espaços como a APMF é alarmante. Com esse cerceamento da SEED e a repressão da direção, o processo se torna cada vez mais burocrático, dificultando a organização política dos

estudantes e infringindo a lei Lei Nº 7.398, de 4 de novembro DE 1985, chamada de Lei do Grêmio Livre, que assegura a autonomia e a auto-organização dos estudantes.

Ao longo de 2021, a SEED implantou duas plataformas tecnológicas nos colégios do Paraná. A primeira, Redação Paraná, foi desenvolvida pela própria Secretaria, e a segunda, inglês Paraná, foi contratada por R\$13 milhões de uma empresa suíça, a EF English First. Há denúncias de imposição e assédio aos professores para acesso e uso destas ferramentas. As porcentagens de utilização são rastreadas e contabilizadas periodicamente pelos Núcleos Regionais de Educação. São recompensados os colégios que as utilizem na taxa desejada pela Secretaria de Estado.

Há também denúncias de instabilidade de acesso às plataformas, falta de recursos materiais nos colégios para utilização delas e problemas técnicos nos aplicativos. A vigilância intensa e exigência de uso constante das ferramentas a níveis alarmantes, independente das condições de cada colégio, põe em risco a qualidade do trabalho docente das disciplinas de Língua Portuguesa e Inglês. Mas não só destas, pois a monopolização de laboratórios de informática para que o desejo incessante dos Núcleos Regionais de Ensino por números seja satisfeito, acaba afetando os recursos que podem ser disponibilizados para as outras disciplinas. As denúncias de assédio também mostram a falta de consulta aos servidores quanto à implantação destas plataformas. No governo Ratinho Júnior, os servidores da educação se tornam meros acessórios descartáveis. O importante são os índices produzidos pelo suposto uso de ferramentas digitais, sem preocupação com a qualidade de ensino.

Em relação às modalidades de ensino na Educação Pública é fundamental abordar a Educação para Pessoas com Deficiência (PCD's) destinada a pessoas com: surdez/deficiência auditiva, deficiência vocal/fonatória, deficiência visual, deficiência física e deficiência intelectual. E têm como objetivo garantir condições necessárias para formações educacionais daqueles/as que necessitam de condições específicas para isso. É dever do Estado proporcionar o direito à educação para todos, com qualidade e gratuidade em um ensino laico e democrático, respeitando suas especificidades.

O Paraná não tem atendido as particularidades e necessidades dos/as estudantes, professores/as, funcionários/as e das instituições que atendem essa modalidade. Existe uma falta de comprometimento com a educação inclusiva nas escolas estaduais, nas universidades e nas instituições especializadas no Paraná, e isso se evidencia com a falta de Professores de Apoio Educacional Especializado (PAEE), a falta de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), falta de Profissionais de Apoio Especializado (PAE), falta de recursos e a não adequação dos espaços físicos para pessoas com deficiência nas instituições.

A falta de concursos públicos para profissionais nas áreas que englobam as demandas da Educação para PCD's e Educação Inclusiva também é problemática,

pois alguns estudantes necessitam de uma familiarização e vínculo afetivo com professores e funcionários, o que é dificultado com profissionais PSS.

Faltam professores de Apoio Educacional Especializado, e em alguns casos estes não permanecem durante todo o período de aula dos estudantes nas escolas. É necessário que o/a estudante possua um/a profissional o/a acompanhando quando preciso, e que os professores planejem os conteúdos e metodologias levando em conta a presença e as questões particulares desses estudantes.

É necessário e de extrema importância formar profissionais das áreas da Licenciatura, capacitados para a comunicação em LIBRAS e para atender outras necessidades em sala de aula, seja qual for a instância, além de adequar a estrutura física para atender PCD's, como rampa de acesso, elevadores, portas alargadas e espaço para cadeirantes. A carga horária da grade educacional também deve estar adequada à realidade das PCD's.

Apesar de muitas Universidades Estaduais possuírem núcleos e centros de atendimentos especializados e apoio pedagógico para essas demandas, é necessário enfatizar que ainda existem obstáculos nesses espaços. O modelo educacional neoliberal, mercantilista e conservador imposto no estado do Paraná, faz com que a educação seja excludente para quem possui deficiências, demais particularidades, e para a classe trabalhadora.

Outro ponto importante de análise sobre a questão da educação básica, é a centralidade da educação do campo, no que se refere à escolarização orientada de acordo com a necessidade de uma nova lógica de relação com a terra, que reconheça o campo como espaço de produção da vida e desenvolvimento de relações sociais baseadas na sustentabilidade ambiental de base agroecológica e agroflorestal, reafirmando o campo como lugar de produção de saberes e de cultura com possibilidades de formas coletivas de organização da vida e do trabalho. A educação do campo deve ser voltada para a organização nos próprios territórios, com corpo educacional e currículo pensados a partir da realidade das populações do campo e dos povos originários: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados e pequenos produtores da agricultura familiar.

Algumas escolas do campo se mantêm com recursos das próprias comunidades, especialmente em assentamentos. Logo, as condições de infraestrutura dessas escolas é limitada pelo que a comunidade é capaz de construir. Isso não implica necessariamente em queda na qualidade do processo educacional, mas a ausência de algumas condições básicas especialmente ligadas à infraestrutura de telecomunicações (acesso à internet), energia e saneamento básico.

Uma problemática que se apresenta no contexto do campo brasileiro é a presença do trabalho infantil. Pressionadas pelas pobreza e pela exploração do trabalho, famílias se vêem forçadas ao trabalho de forma precoce. A presença da escola do campo é um meio que contribui para a conservação da infância. Muito mais

que educar, a escola deve prover atividades de lazer e esporte que permitam que a criança e o adolescente se mantenham longe do trabalho infantil.

Não é exclusividade do ensino do campo a falta de professores capacitados, problema que se estende por toda a educação brasileira, porém o campo é um espaço mais sujeito ao déficit de profissionais. É preciso investir na formação e contratação de professores com preferência às pessoas da própria comunidade rural. Essa contratação deve ser por meio de concurso público, com formação continuada e plano de carreira.

Outro eixo fundamental é a educação indígena. No contexto atual, a educação indígena, direito assegurado constitucionalmente, ainda traz desafios gigantescos. A começar pela variedade de povos e etnias. É essencial que a educação indígena seja capaz de levar em conta as particularidades de cada povo e etnia. A educação indígena no Brasil não pode ter o papel de alienar o indígena da sociedade, nem de assimilá-lo à ordem e ao modo de vida que o capital nos impõe. Isso recai em um novo tipo de colonização, que serve aos interesses do agronegócio e das indústrias madeireiras e de mineração, que hoje em dia impõe um verdadeiro extermínio sobre os povos originários.

Ainda que espaços indígenas não necessariamente se alinhem com o que se espera da organização do espaço escolar tradicional, é incontornável a necessidade de um espaço de ensino com condições adequadas de conforto e materiais. É necessário ampliar os orçamentos, construir estruturas e também incluir serviços básicos como saneamento, energia elétrica e telecomunicações sempre que necessário.

O déficit de profissionais deve ser suprido por concurso público, em especial de professores indígenas. No Paraná, segundo dados da SEED, dos 150 professores que atuam em escolas indígenas, apenas 83 são indígenas, pertencentes aos povos Kaingang e Guarani. A formação desses profissionais deve ser resultante de um processo de valorização do estudante indígena e da sua trajetória acadêmica, sendo um dos objetivos a serem atingidos pelos estudantes que assim desejarem.

Um dos traços mais evidentes das comunidades indígenas é a pobreza. O modo de vida indígena não necessariamente se alinha com demandas econômicas e atividades ligadas ao capital e a educação não pode ter um currículo voltado ao ensino tecnicista, alinhado às demandas do capitalismo. Desse modo, reformas como a do “novo ensino médio” são especialmente excludentes para os estudantes indígenas. Outros problemas que afetam estudantes indígenas dizem respeito à carência de escolas, políticas de acesso e permanência que incluem transporte e barreiras sociais e linguísticas.

O Paraná, segundo o IBGE, é onde se concentra a maior parte das pessoas analfabetas da região Sul, com aproximadamente 415 mil. Em contrapartida, a modalidade da Educação de Jovens Adultos (EJA) sofre constantes ataques. Nos últimos anos, a SEED, sob comando de Renato Feder, demonstrou ações de desmonte da EJA, com fechamento de turmas e diminuição de sua oferta,

acompanhado de padronização dos calendários, além da obrigatoriedade dos estudantes terem que cursar a escola todos os dias da semana, com total indiferença às realidades e necessidades dos estudantes.

Em decorrência dessa política de desmonte, o Paraná apresentou uma queda acentuada de matrículas, o dobro da porcentagem relacionada à queda nacional, ocorrendo tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. A SEED, em meio ao contexto de pandemia, promoveu o EaD na EJA, o que resultou em maiores índices de evasão e abandono.

Propostas

1. Apoio à luta pela revogação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC.
2. Reverter a implementação do Novo Ensino Médio Paranaense, assegurando a permanência das áreas de conhecimentos relacionados à humanidades, garantindo a unicidade das dimensões científicas-tecnológicas-culturais nos currículos e propostas pedagógicas.
3. Fim da militarização das escolas públicas.
4. Concurso público para todas as etapas e modalidades de ensino e fim das contratações precárias e temporárias.
5. Diminuição imediata do número de estudantes máximos por sala de aula, para evitar a sobrecarga das/os trabalhadoras/es da educação.
6. Revogação dos contratos com empresas terceirizadas, e garantia de serviços inteiramente públicos nas instituições públicas de ensino.
7. Revogar a lei 199/2020 - e garantir o retorno das funções de agentes educacionais I e II na educação básica.
8. Garantia de aplicação do valor do piso salarial nacional aos professores da educação básica, e valorização do desenvolvimento da carreira baseada na experiência profissional e formação em serviço.
9. Reabertura de escolas fechadas e abertura de novas turmas, onde necessário.
10. Ampliação do investimento público na educação básica.
11. Criação de um programa estadual de alimentação escolar para toda a educação básica.
12. Acabar com o analfabetismo através da ampliação das ações de Alfabetização de Jovens Adultos e Idosos em todos os turnos.
13. Educação gratuita e de qualidade para todas as Pessoas com Deficiências e Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento, nas escolas de ensino regular comum e em Instituições Especializadas, garantindo os recursos

necessários para sua aprendizagem, para a acessibilidade nos espaços físicos, para o transporte, a alimentação, e professores e profissionais de apoio presentes.

14. Garantir a contratação de professores de Apoio Educacional Especializado, de Profissionais de Apoio Especializado e de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, via concurso público, nas instituições Especializadas e nas escolas de ensino regular comum para suprir as demandas da Educação Inclusiva.
15. Garantir e ampliar as escolas do campo, com contratação de profissionais por meio de concurso e investimento em estrutura física que garanta a oferta de educação pública com qualidade aos/às estudantes.
16. Ampliar o número de professores indígenas na educação paranaense, respeitando etnia e distribuição geográfica das populações.
17. Garantir a educação escolar intercultural e bilíngue respeitando as especificidades culturais e sociais de cada povo indígena, com o direito ao uso da língua materna e dos processos próprios de aprendizagem.
18. Ampliação da oferta da educação básica e superior para indígenas e quilombolas, com programas que garantam o acesso e permanência.
19. Manutenção das políticas afirmativas e aumento de cotas nas Universidades Públicas Estaduais.

6. Educação Superior, Ciência e Tecnologia

Em relação à Educação Superior, os problemas também não são poucos. Recentes dados apontam para o fato de que, em 2020, houve queda de cerca de 6,4% no número de matrículas nas universidades federais e, entre 2015 e 2021, uma redução de 60% no número de inscrições nos cursos de graduação no SISU. De modo geral, houve aumento de matrículas no ensino superior, entre 2019 e 2020, da ordem de 0,9%, taxa bem abaixo do 1,8% registrado entre 2018 e 2019. Esse aumento foi puxado pelas instituições de ensino privadas, que registraram elevação de 3,1% nas matrículas, com preponderância nos cursos na modalidade EAD. O Reuni Digital, programa voltado à expansão da EAD nas Universidades Públicas Federais, prevê que seja expandida essa modalidade de ensino para, ao menos, 40% das novas matrículas no segmento público, configurando mais um passo do projeto de ataque à educação brasileira, em especial à Universidade Pública.

Os recursos destinados à Educação e Ciência dos últimos três anos voltaram aos patamares dos anos 2000. Bolsonaro aproveitou a pandemia para encolher os recursos para a educação pública. A política do governo é a de se livrar de parte da educação, por meio da parceria público-privada, abrindo as portas para a educação empresarial e para os cortes de recursos estatais.

Imbricado pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, os/as trabalhadores/as (professor/a ou técnicos/as administrativos em educação) das instituições de ensino superior devem ter seus exercícios profissionais atrelados a este tripé fundante. Em contraste com esse horizonte, foram estratosféricos os cortes orçamentários no CNPq e na CAPES, em direção ao esfacelamento da estrutura de pesquisa no Brasil, que se concentra, majoritariamente, nas universidades públicas.

A CAPES, que passou por cortes reais em sua despesa liquidada de R\$ 9,1 bilhões para R\$ 3,4 bilhões, entre 2015 e 2018, executou até outubro de 2019 apenas R\$ 1,8 bilhão. Da mesma forma, o CNPq reduziu de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 1,2 bilhão no mesmo período, e executou minguados R\$ 751 milhões até outubro de 2019. Esses dados demonstram que o gasto dos dois principais órgãos de desenvolvimento da pesquisa no Brasil é irrisório e deixa explícito que os investimentos em ciência e tecnologia não constituem prioridade para o governo federal.

A suspensão do pagamento de bolsas de pesquisa, também afeta o tripé da educação superior, uma vez que dificulta o acesso e a produção de pesquisa, comprometidos pela redução das bolsas. Outros desdobramentos nefastos são os cortes das bolsas e orçamentos para manutenção de projetos de extensão, principalmente aqueles associados ao estudo e resolução de problemas da classe trabalhadora e que não estão associados a perspectiva de aumento de lucros de empresas da iniciativa privada, além dos cortes nas bolsas de estágio e de permanência estudantil.

Com o corte de recursos para as IFES, CAPES e CNPq, o governo ataca o setor que contribui com a formação de novos profissionais pesquisadores/as. Em oposição ao fortalecimento das IFES/IEES/IMES, o projeto de educação superior que

o governo quer implementar perpassa pela oferta do setor público ao capital financeiro e ao fortalecimento do setor privado. As universidades que apresentam elevada difusão de produção científica são todas instituições públicas. Além disso, 81% dos programas de pós-graduação stricto sensu são desenvolvidos pelas IES públicas. Dessa forma, o ataque do governo ultraliberal de extrema direita às universidades públicas constitui uma explícita defesa em direção a sua destruição e priorização das instituições privadas, que pouco desenvolvem a produção da ciência e tecnologia no país.

Na UTFPR, por exemplo, o próprio reitor admitiu que o impacto mais pesado será nos programas de permanência estudantil que deverão sofrer uma perda de R\$ 1.600.000,00. Não distante deste panorama as universidades estaduais aqui no Paraná também vêm sofrendo severos cortes orçamentários ao longo dos anos que podem ser acompanhados pelo portal da transparência do estado. No período de 2016 a 2021 as perdas orçamentárias totalizam aproximadamente R\$ 977.000.000,00 (valor corrigido pelo IPCA de Maio de 2022).

E os cortes orçamentários não se dão apenas no nível federal. Pelo contrário, no estado esses cortes têm sido brutais. O valor empenhado para as universidades estaduais em 2021 foi R\$ 313 milhões a menos do que em 2016, uma perda de mais de 10% no total. Esses cortes se intensificaram a partir de 2019, antes mesmo da pandemia.

A Lei Geral das Universidades surge nesse contexto de desmontes neoliberais do sistema educacional desde a posse de Bolsonaro e militares a partir de 2019. O projeto ultraliberal de Paulo Guedes e a intervenção de olavistas como Abraham Weintraub se consolidaram no grande projeto Future-se e rapidamente adaptado para o Paraná com o aporte de Ratinho Júnior e Aldo Bona sob a forma da LGU. Junto aos cortes na Educação, esses projetos de desmonte foram alvo de enormes manifestações estudantis organizadas pela UNE nacionalmente nos chamados “Tsunamis da Educação”.

A LGU foi combatida desde a sua proposta em 2019 pelo CSD - Comando Sindical Docente, composto pelos sindicatos de professores das Universidades Estaduais do Paraná. Naquele momento, lutas por recomposição salarial ajudaram no trabalho político de enfrentamento à LGU. Em 2021, ao apagar das luzes do ano letivo, a LGU foi reapresentada para votação e passou na ALEP sem debate e sob protesto das entidades sindicais e estudantis de todo o Paraná. A Lei Geral das Universidades é uma manobra que visa legislar as IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior) sob regras que permitam a burguesia paranaense e seus operadores interferir diretamente na autonomia universitária.

Estrutura-se com base na criação de um CRUEP - Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Paraná, presidido pelo Superintendente de Ciência e Tecnologia, ou seja, o mesmo instrumento terrorista da Ditadura Militar de controle estatal a nível material e ideológico das universidades, responsável por decidir todas

as questões da universidade, desde criação e extinção de cursos, contratações, aprovação de projetos de extensão e pesquisa, etc.

A LGU dispõe sobre esquemas matemáticos para contratação de professores, agentes e também quantidade de vagas para os cursos. Esses esquemas, em alguns cálculos resultam em diminuição de até 50% dos professores em uma universidade e aumento em outras, pois os mesmos parâmetros para universidades diferentes causam essas distorções propositais. Além do avanço no processo de flexibilização dos contratos de trabalho (via PSS), no qual concursos são praticamente encerrados e a precarização das condições do trabalho avança gravemente ano após ano, com o aumento da sobrecarga e responsabilidade sobre professores contratados cujo número reduz com a sucessão de aposentadorias não recompostas.

Além disso, a LGU aponta orientações ideológicas de “empreendedorismo” como uma linha geral a ser seguida pelas universidades, bem como indicações de priorização de conhecimentos visando o atendimento do “mercado” e “economia”, com ampliação da terceirização e captação de recursos privados para o funcionamento da universidade.

Ratinho Júnior busca apresentar a LGU como um carro-chefe de modernização e desenvolvimento das universidades, escondendo e falseando a realidade das universidades que já estavam precarizadas mesmo antes da implementação desse projeto. A universidade deve ser uma instituição estatal, laica e de alto compromisso técnico, científico e social, livre de empresas privadas, tendo seus esforços voltados ao interesse da classe trabalhadora. Deve-se garantir acesso gratuito, bem como a permanência estudantil garantindo transporte, moradia, alimentação, materiais e apoio pedagógico aos estudantes. A universidade deve ser financiada plenamente pelo orçamento estatal, garantidos assim os recursos para sua manutenção e expansão além de possuir papel político na luta pelas transformações sociais.

Programas federais como o “Future-se”, carro-chefe do projeto de contrarreforma universitária do governo Bolsonaro, é um dos mais graves ataques à educação pública superior brasileira. Segundo a proposta do Future-se, a Universidade deve realizar parcerias com OS (Organizações Sociais) e convênios com as fundações de apoio para prover o desenvolvimento de pesquisa. O Future-se pretende adequar a educação às necessidades do mercado e desresponsabilizar o Estado da tarefa de financiar a educação pública. As pautas constantes neste projeto destrutivo são desmembradas em diversos outros projetos de emenda constitucional, medidas provisórias, projetos de lei e decretos.

As iniciativas que visam implementar cobrança de taxas e mensalidades na educação superior, como a PEC 206, significam maior exclusão e desigualdade social, sobretudo após a implementação da política de cotas, que facilitou o ingresso de jovens com perfil socioeconômico mais vulnerável nas universidades públicas, a justificativa desvia o foco do problema e ataca o direito descrito em cláusula pétrea da

Constituição – que garante educação gratuita e de qualidade -, o que tornaria ainda mais restrito e seletivo o acesso ao ensino superior em vez de universalizar-lo.

O vestibular é um dos primeiros obstáculos para o ingresso ao ambiente universitário, daí a importância de pautar o fim dos vestibulares como causa central do movimento estudantil e não dificultar o acesso, como propõe a PEC 206. Embora a política de cotas seja uma ferramenta essencial a qual devemos lutar para garanti-la e ampliá-la, ela não é a solução para o problema primordial do acesso. Por isso, a luta contra o vestibular e pela universalização do ensino universitário público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado tem que ser parte do nosso movimento. Outro aspecto do problema é a manutenção desses estudantes em seu período de formação. É fundamental ter políticas que os apoiem nos custos básicos gerais e moradia, permitindo que possam dedicar-se à vida universitária sem maiores adversidades ou necessidade de evasão.

Ainda no que tange às investidas do mercado sobre a Universidade Pública, as empresas juniores aproveitam da dificuldade de inserção no mercado de trabalho por parte de jovens que buscam seu primeiro emprego, orientando o/a estudante a adotar comportamentos que o/a tornem mais interessantes para o mercado de trabalho. O movimento empresa júnior cresce e através da propaganda de uma qualificação realiza um trabalho ideológico de acordo com os interesses do capital. As grandes empresas são incentivadas a investir nas empresas juniores que recrutam estudantes para trabalhar quase que de graça em troca da possibilidade de no futuro poder vender sua força de trabalho a um preço melhor.

Esse tema tem relação com os estágios remunerados, que também representam formas de exploração da força de trabalho juvenil, mediante pagamento de bolsas, sem obrigatoriedade de garantia de auxílio transporte e alimentação. As empresas utilizam a contratação de estagiários com a finalidade de aumentar os lucros, desonerando-se dos encargos sociais para os empregadores. A lei dos estágios não estabelece uma remuneração mínima para o estagiário, assim o empregador pode oferecer a bolsa que bem entender. O mesmo ocorre com os menores aprendizes. Adolescentes da classe trabalhadora se colocam em uma rotina desgastante de trabalho e estudo, na esperança de que uma inserção precoce no mercado de trabalho irá lhes recompensar no futuro.

Se a universidade pública tal como a conhecemos hoje é fruto das conquistas da classe trabalhadora, então a única forma de resistir aos ataques do capital é a luta e o resgate das melhores tradições de resistência. O sistema público de educação superior no Brasil é um dos mais importantes e estruturados da América Latina. Fruto da luta de diversos setores da classe trabalhadora brasileira. A construção das associações de docentes e de sindicatos de trabalhadoras/es das universidades

públicas, bem como o movimento estudantil, foram e seguem sendo fundamentais para organizar, defender e estruturar o sistema público de ensino superior.

Propostas

1. Garantir que a inserção da juventude no mercado de trabalho, sobretudo no primeiro emprego, sejam adequadas a condições de trabalho e salário dignas, com carga horária adequada à rotina de estudos.
2. Fim das parcerias público privadas nas Universidades Estaduais
3. Revogação da LGU.
4. Aumento da dotação orçamentária para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico realizado a partir das universidades, instituições públicas e empresas estatais.
5. Criação de um Conselho Fiscal Popular a nível estadual para acompanhamento da destinação dos orçamentos para as Universidades, que seja composto por sindicatos, estudantes e movimentos populares.
6. Fortalecimento dos Conselhos Universitários com a participação dos sindicatos, estudantes e movimentos populares.
7. Construção de um sistema educacional politécnico focado no estudo e na solução de problemas que atingem a classe trabalhadora.
8. Fortalecimento dos movimentos em defesa de um projeto de escola e universidade popular, como Movimento por uma Escola Popular e o Movimento por uma Universidade Popular.
9. Definição da data base para os/as trabalhadores/as da educação, com redução da carga horária do trabalho para 30h semanais, sem diminuição dos salários, plano de carreira digno e garantias de condições adequadas de vida e de trabalho a estes profissionais.
10. Contratação efetiva de professore(a)s e profissionais e de apoio educacional (TAEs) via concursos públicos para pelo menos o déficit e realizar estudos para ampliação da rede de educacional pública nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal).
11. Fim do vestibular e estatização das instituições de ensino superior privadas.
12. Construção de creches nas universidades públicas estaduais.
13. Destinação da maioria das vagas das universidades públicas para os alunos de escolas públicas, principalmente os de baixa renda.
14. Expansão dos programas de bolsas de mestrado e doutorado e de apoio à pesquisa, para o atendimento prioritário das demandas da classe trabalhadora,

como meio ambiente, desenvolvimento urbano, tecnologias de saúde e produção de medicamentos, estudos sociais, artes, formação de professores/as e outros.

7. Assistência e Seguridade Social

Conforme dados presentes no Plano Estadual de Assistência Social – PEAS (2020-2023), extraídos da base de dados do Cadastro Único em setembro de 2020, naquele período, no estado do Paraná, existiam 329.860 famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, famílias cuja renda per capita mensal era igual ou menor a R\$ 89,00. Existiam ainda 157.917 famílias em situação de pobreza, com renda per capita mensal entre R\$ 89,00 e 178,00.

Importante destacar que entre as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, em 2020, 134.717 famílias não tinham acesso ao programa de transferência de renda Bolsa Família. O período de referência dos dados mencionados acima corresponde aos primeiros meses da pandemia de COVID-19 e sabemos que as condições de vida da classe trabalhadora foram ainda mais agravadas no decorrer da pandemia.

Outro dado que demonstra o aprofundamento da crise, corresponde ao período entre janeiro e outubro de 2021, e trata da diminuição do valor recebido através do antigo Programa Bolsa Família, substituído em 2022 pelo Programa Auxílio Brasil, instituído através da medida provisória 1.076/2021 pelo governo Bolsonaro, Paulo Guedes e Mourão. A partir dele fica nítido o aumento do empobrecimento da classe trabalhadora do estado do Paraná.

Em 2021, entre os meses de fevereiro e março, o número de beneficiários no estado teve um aumento significativo e depois se manteve em torno de 411 mil pessoas. Contudo, o valor repassado através dos benefícios sofreu uma queda no período que corresponde a março e abril, sendo que em outubro de 2021 atingiu o valor total de R \$34.162.584,00. Para mascarar o empobrecimento cada vez maior da classe trabalhadora, o governo federal, que conta com o apoio do governador do estado do Paraná, Ratinho Jr., aprovou a MP 1.076/2021 que instituiu o Auxílio Brasil e o aumento do valor individual do benefício para R\$ 400,00. Esse aumento de valor não demonstrou, na prática, a melhora das condições de vida dos indivíduos e famílias paranaenses, pois muitos ainda aguardam na fila de espera o acesso ao benefício.

No Paraná, de acordo com levantamento da Confederação Nacional dos Municípios, em fevereiro eram 58.851 famílias que não foram habilitadas para receber o benefício, que somam 119.583 pessoas. O estado tem a maior demanda reprimida do auxílio da Região Sul.

Segundo dados obtidos através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, referentes ao mês de abril de 2022, atualmente existem no Paraná 1.133.746 pessoas em situação de extrema pobreza cadastradas no Cadastro Único. Entre as cidades do estado onde se concentram essas pessoas, destaca-se a capital paranaense em primeiro lugar (110.370 pessoas) e outros grandes pólos econômicos do estado como Londrina (73.580), Foz do Iguaçu (35.867), Ponta Grossa (32.456) e

Maringá (23.770), além de municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba.

O que temos hoje é um cenário estarrecedor, com o aumento do número de famílias em situação de pobreza e de fome, a manutenção das altas taxas de desemprego e do endividamento da classe trabalhadora paranaense, somadas à dificuldade de acesso aos benefícios, situações provocadas pelos governos federal e estadual que estão alinhados à classe burguesa e a um projeto neoliberal.

Propostas

1. Manutenção e ampliação de programas de auxílios emergenciais e outras formas de cobertura para situações de vulnerabilidade.
2. Fornecimento de produtos de primeira necessidade para abastecimento das famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social e econômica.
3. Tabelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade.
4. Expansão da previdência pública para a universalidade, com a garantia da cobertura de aposentadorias, pensões e benefícios para todos.
5. Promoção da ampliação dos serviços de assistência para a infância, com o fortalecimento e a expansão dos conselhos tutelares, creches e orfanatos, o incentivo à adoção e o combate à exploração do trabalho infantil.
6. Ampliação da atenção aos adolescentes e adultos, com o fortalecimento e a expansão dos Caps e dos abrigos para pessoas em condição de rua, para mulheres vítimas de violência, além de abrigos e de serviço de acompanhamento para idosos.

8. Moradia

Somente no ano de 2021, o Brasil registrou déficit habitacional de 5,8 milhões de moradias, o que deixa evidente a demanda habitacional do país. Essa condição precária se multiplica ainda mais, ao caracterizar milhares de moradias entre os domicílios provisórios, de coabitação ou com aluguel elevado. Com quase 8 milhões de pessoas em “inadequação de moradia”, o país tem necessidade imediata de buscar uma solução que permita atender as necessidades das famílias mais pauperizadas da classe trabalhadora. A maior demanda por habitação está concentrada entre as famílias com renda inferior a dois salários-mínimos.

No Paraná, entre os anos de 2015 a 2020, segundo levantamento da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, o déficit habitacional subiu de 400 mil para 511.746 domicílios, dos quais 92,8% (474.777) são urbanos e 7,2% (36.968) são rurais, e referem-se tanto à construção efetiva dos domicílios quanto de regularização fundiária, assentamentos ou construção de infraestrutura de energia elétrica e saneamento básico para esses locais.

Em 2021, o número do déficit habitacional paranaense de mais de meio milhão foi covardemente maquiado para 322 mil domicílios, sob a insígnia do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social. O número foi mascarado a partir da metodologia da pesquisa, que deixou de considerar diversos tipos de irregularidades que atingiam quase 200 mil domicílios, apresentando números mais baixos e propagandeando que os 30 mil novos domicílios do “Programa Casa Fácil Paraná” corresponderiam a 10% dos domicílios em déficit no estado, o que o tornaria ‘o maior programa do país’, com 450 milhões de reais injetados.

Há também os programas “Viver Mais Paraná”, “Vida Nova/Nossa Gente” e “Financiamento Cohapar”, que visam facilitar as condições de aquisição de imóveis para famílias com renda de um a seis salários mínimos e atendem 9.221 famílias. Outro programa, o “Casa Fácil”, prevê a destinação de 450 milhões e pretende atingir 30 mil famílias, o que representa apenas aproximadamente 5% do total do déficit habitacional. Ou seja, a política habitacional aplicada no Paraná não chega nem perto da demanda real da classe trabalhadora.

Os programas habitacionais promovidos pelo Estado e Municípios apresentam editais para construtoras e empreiteiras que escancaram a execução de lobbys políticos dos partidos da ordem e da burguesia do setor de infraestrutura e construção civil. A intervenção do Estado burguês em suas políticas de moradia, além de sempre estar orientada ao lucro e ao lobby com mega-construtoras e empreiteiras, limita-se a prover energia elétrica e saneamento básico, sem nenhuma visão de planejamento urbano e desenvolvimento social.

Só em Curitiba, cerca de 58 mil famílias não têm onde morar, vivem na rua, em lugares irregulares ou em coabitação. Com base em números do IBGE, existem cerca de 56.300 imóveis vazios em Curitiba, que poderiam ser utilizados para reduzir em caráter emergencial o déficit de habitação da cidade. Em Londrina, de acordo com a

Cohab, em 2022, o déficit habitacional é de 7.500 moradias, sendo que cerca de 4.000 famílias vivem em ocupações irregulares.

Contraditoriamente às estatísticas avassaladoras do déficit habitacional urbano, há uma imensa quantidade de imóveis ociosos sem função social em áreas urbanas, sejam prédios, edifícios e construções que estão abandonados há anos sem pagar IPTU ou loteamentos imensos nos centros que servem para estacionamentos ou à especulação imobiliária.

Ocupar áreas abandonadas que descumprem sua função social torna-se a forma possível para muitas famílias brasileiras conseguirem garantir o acesso à moradia, quando o Estado deixa de garantir esse direito.

É preciso ressaltar que, ao falarmos de déficit habitacional, moradia de risco e moradia irregular, falamos não apenas de termos negado o direito à moradia: falamos também de analfabetismo, de mortes por causas evitáveis [como frio, fome e males tratáveis], de mortes ligadas à falta de saneamento básico, de falta de acesso à educação pública de qualidade nas proximidades da residência, de falta de acesso ao transporte público e ao mercado de trabalho nas proximidades da residência, etc.

Aproveitar os vazios urbanos, destinando imóveis e terrenos abandonados ou subutilizados para programas habitacionais de interesse social é uma das bandeiras defendidas pelo PCB.

Nosso programa busca agir na política de moradia em sua totalidade, de modo que o governo do Estado não seja agente do lucro privado e atue efetivamente nos interesses da classe trabalhadora, a partir de uma visão radical de desenvolvimento e planejamento urbano conjunto com a ampliação e fortalecimento da participação popular, para coletivamente garantir o acesso ao trabalho, transporte

público, equipamentos de saúde e assistência social, assim como, espaços de lazer e fomento ao esporte e à cultura.

Em suma, as condições de vida em um domicílio irregular tratam de um amplo leque de negação de direitos, e por isso o PCB propõe uma política radical de planejamento urbano nas áreas de moradias populares.

Propostas

1. Despejo Zero! Reconhecer a luta dos movimentos populares por moradia e garantir que as famílias tenham o direito à moradia a partir do incentivo à Reforma Urbana radical nas grandes cidades, sob controle popular.
2. Promover a construção de moradias populares acompanhada de desapropriação de edificações que não cumpram com o papel social para que sejam destinadas à habitação ou outros fins sociais.
3. Confisco sem indenização dos imóveis ociosos nos grandes centros urbanos, visando a construção de residências populares e de praças, parques e áreas de lazer nas grandes cidades, medida que deverá ser acompanhada de uma ampla campanha popular de plantação de árvores, visando a melhoria da paisagem e do clima urbanos.
4. Constituição de frentes de trabalho emergenciais para a construção de habitações populares e saneamento de forma a superar o déficit habitacional e garantir infraestrutura de saneamento básico para toda a população paranaense no período de quatro anos.
5. Construção de comitês populares de luta por moradia e em defesa de melhores condições habitacionais nos bairros.
6. Finalização da construção das obras de moradia popular que estão paradas e abandonadas pelas próprias COHAB e COHAPAR.
7. Coordenar e articular com os movimentos sociais e por moradia juntamente com os conselhos populares em área urbana, a reforma das diversas unidades de moradias populares que estão abandonadas, inacabadas precisando de reparos, para que sejam efetivamente regularizadas para habitação.
8. Construção de creches e restaurantes populares nas áreas de moradia popular, retirando da responsabilidade das mulheres chefes de família a manutenção primordial do lar, possibilitando o acesso destas ao mercado de trabalho, bem como proporcionando locais seguros para as crianças locais, ofertando refeições saudáveis a preços acessíveis e fortalecendo o microssistema econômico local através da geração de empregos.
9. Garantir o acesso das crianças e jovens ao ensino público de qualidade através da construção de escolas nas áreas de moradias populares e do fortalecimento

do transporte público estudantil, com linhas específicas para estudantes de áreas de moradia popular.

10. Construção de espaços para a prática de esporte nas áreas de moradia popular e a ampliação das áreas coletivas de lazer, bem como criando e fortalecendo centros culturais populares, desenvolvidos pelos próprios moradores e moradoras das áreas de moradia popular, a partir de suas próprias demandas, necessidades e interesses, proporcionando qualidade de vida para a classe trabalhadora nas áreas de moradia popular.

9. Transporte público

Nas maiores cidades paranaenses, onde está grande parte da classe trabalhadora, o transporte, que deveria ser público e gratuito, foi entregue à iniciativa privada. Os contratos são verdadeiros segredos de estado, e os dados estão longe de serem públicos. Ocorre que em grande parte das cidades paranaenses existem verdadeiras máfias associadas ao transporte público, com transferência de recursos públicos para empresas em troca de favores e negociatas políticas. São inúmeras denúncias de abuso no preço nas tarifas, que aumentam todos os anos segundo a lógica do lucro, sem preocupação com a qualidade do serviço e a população.

A realidade do transporte público é de um verdadeiro caos na maioria dos centros urbanos no estado: superlotação; ônibus com idade de vencida; tarifas altíssimas que são anualmente reajustadas acima da inflação; baixa oferta de horários e de itinerários; pouca ou nenhuma acessibilidade para pessoas com deficiência.

As tentativas de investigação dos superfaturamentos no serviço do transporte coletivo nas cidades não avançam, ao passo que dados atualizados dão conta de que a desoneração fiscal às empresas privadas de transporte público coletivo no Paraná ultrapassa a casa dos R\$40 milhões de reais. Desde 2020, as empresas de transporte coletivo continuam recebendo do governo federal pacotes de "auxílio emergencial", com aporte de R\$ 200 milhões dos cofres públicos.

Observamos em grande parte do estado, medidas que visam aumentar ainda mais o lucro das empresas do transporte, tal como a extinção do posto de trabalho de cobradores, sobrecarregando motoristas e prejudicando a qualidade do serviço.

É preciso romper com a lógica de privatização do transporte público das cidades, intermunicipais e rodoviário e da precarização do trabalho nesses setores, que durante a pandemia registraram inúmeras situações de demissões, redução e atraso no pagamento de salários, além da piora na qualidade desses serviços.

Outro ponto que envolve a mobilidade da população são os pedágios nas rodovias em território estadual. O Paraná possuiu até 2021 um dos pedágios mais caros do país e agora, com o fim da concessão que vigorou por 24 anos, são previstas novas concessões com duração de 30 anos que devem implementar 15 novas praças (de 27 para 42 praças), ou seja, uma praça a cada 70 km de estrada. Esse esquema de novas concessões deve produzir um aumento no faturamento das empresas concessionárias de aproximadamente R\$ 200 milhões, ao passo em que aumentará a tarifa paga pela população em média em 30%, segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Ou seja, a população paranaense deverá enfrentar mais praças de pedágio com tarifas mais altas ainda. É preciso acabar com o pedágio

no Paraná através da não abertura de novas concessões e a estatização das rodovias.

Propostas

1. Controle popular sobre o transporte público e a sua planificação para atender as demandas sociais e populares e não ao lucro.
2. Estatização do sistema de transportes coletivos e de massas, com a redução das tarifas a nível dos custos do sistema.
3. Estatização das rodovias estaduais com o fim das concessões.
4. Expansão da malha metroferroviária de transporte de passageiros e cargas por todo o estado.
5. Passe-livre para estudantes, desempregados e trabalhadores isentos do imposto de renda (até cinco salários mínimos).
6. Realizar um escrutínio dos contratos de transporte sob controle popular, e deixar transparente ao público qual é a capacidade de operação das empresas e o orçamento necessário para que operem com qualidade.
7. Revisão dos subsídios pago pelo governo do estado para empresas de ônibus (empresas estatais).
8. Política de redução dos preços dos combustíveis com desoneração de impostos.
9. Planejamento dos itinerários do transporte público municipal e intermunicipal para que tais regiões sejam plenamente atendidas, proporcionando fácil deslocamento para trabalhar, estudar, etc. e fortalecendo o direito à cidade.
10. Desenvolver, na área de ciência e tecnologia, soluções de transporte coletivo que usem energia limpa.
11. Incentivar a criação de faixas ou trajetos exclusivos para o transporte público, visto que isso diminui acidentes em vias públicas.
12. Incentivar o uso de outros modais de transporte, tal como a implementação de bicicletários com estrutura gratuita.
13. Garantir condições de trabalho e salário dignas aos motoristas, cobradores e demais trabalhadores do transporte.

10. Segurança Pública e população carcerária

A política de segurança pública no Paraná tem funcionado a serviço da proteção da propriedade burguesa e do latifúndio, com viés claramente racista e anti trabalhadores. Os governos que se sucederam no comando do estado têm repetido a mesma política de truculência ilimitada contra os/as trabalhadores/as, sob o manto de discursos falaciosos como “segurança cidadã” (a exemplo do Beto Richa que levou as UPS para a periferia de Curitiba) e “segurança com eficiência” (com o “investimento em tecnologia contra o crime” de Ratinho Jr). O resultado é sempre mais violência contra a classe trabalhadora pelas forças de segurança do Estado.

Historicamente, as polícias no Paraná sempre serviram ao extermínio da classe trabalhadora, especialmente dos pretos e pretas. A violência do aparato repressor do estado cumpre a função de fazer o controle sobre o segmento mais vulnerável da classe trabalhadora que constitui 55% da população brasileira. Pela violência aberta e brutal, seja pelo encarceramento em massa ou pelo extermínio sistemático dessa população, que as classes dominantes garantem a manutenção do modo de produção capitalista dependente.

A violência sistemática do aparato repressor do estado no Paraná contra a população negra está ligada, portanto, à manutenção dos interesses da burguesia e da contínua e brutal expropriação da classe trabalhadora. Num cenário em que a classe trabalhadora encontra dificuldades para sobreviver ante a barbárie do capital, os governos burgueses no Paraná têm usado da violência para impedir a revolta. São inúmeros os casos de violência do estado contra famílias trabalhadoras que resistiram às investidas da burguesia sobre sua sobrevivência, a exemplo do que ocorreu na Ocupação Nova Esperança em Campo Magro, nos inúmeros atos de violência policial na Portelinha, em Curitiba, no Massacre do 29 de Abril contra os professores ou na truculência da PM contra o MST em Querência do Norte.

A militarização da segurança pública, que tem contaminado inclusive as Guardas Municipais, tem como fim colocar em marcha o uso da violência do estado burguês contra o “inimigo” interno, representado sobretudo pela juventude trabalhadora negra das periferias.

No que tange à violência policial em relação à classe trabalhadora negra paranaense, dados recentes do Ministério Público do Paraná acerca das mortes resultantes de “confrontos” com policiais civis, militares e guardas municipais durante o ano de 2021 demonstram a desproporcionalidade da violência engendrada pelas forças de segurança contra população negra. Segundo esse levantamento, no ano de 2021 foram mortas pelas policiais do Paraná 417 pessoas. Desses 62,16% eram de pessoas de até 29 anos, sendo 53,3% dessas vítimas negros (47,7% pardos e 5,6% pretos) e 46,7% eram brancos. As cidades com o maior número de mortos nesses “confrontos” foram as cidades de Curitiba (105), Londrina (32) e São José dos Pinhais (26). Vale ressaltar que a população negra do Paraná é de apenas 34%, segundo

dados do IBGE de 2018, o que mostra mais uma vez uma desproporcionalidade na violência contra essa população.

Em 6 anos, as mortes registradas em ações envolvendo as polícias do Paraná cresceram quase 70%, tendo sempre como vítimas preferenciais pretos e pretas.

No Paraná, 28% da população carcerária é composta por presas e presos provisórios, ou seja, que ainda estão aguardando julgamento, sendo a maioria formada por pessoas acusadas de tráfico de drogas, o que revela a forma como o estado burguês tem operado para criminalizar a classe trabalhadora pobre e periférica.

A maior responsável pelo aumento do encarceramento é a lei de drogas aprovada em agosto de 2006 (Lei no 11.343/2006) durante a gestão petista, com o intuito de diferenciar usuários e traficantes e visando uma punição maior para os traficantes, a lei dependia de uma análise subjetiva sobre a quantidade que classificaria o portador como usuário ou traficante, em um país que tem o racismo como pedra angular da sua constituição e uma polícia extremamente seletiva que afirma que as abordagens nas periferias não devem ser iguais às feitas em bairros nobres, não é novidade que tal lei só poderia funcionar como a ferramenta perfeita para a criminalização e encarceramento de pretos e pobres. Desde a sua implementação, a população carcerária feminina cresceu mais de 600% e a masculina mais de 300% segundo dados do INFOPEN.

Ainda usando os dados do CNJ-BNMP, dos quase 1 milhão de presos, 400 mil são presos provisórios, ou seja, não condenados que aguardam a sentença privados da liberdade, 76,1% do total estão respondendo por tráfico de drogas ou crimes contra o patrimônio e apenas 11,4% por crimes contra a pessoa. A suposta guerra contra as drogas, é a forma como o estado burguês lida com a população de excluídos, racializados, pobres e descartáveis do seu modo de produção.

Olhando para o cenário paranaense, em julho de 2019, a população carcerária do Paraná era de 29.767 pessoas, sendo a maioria homens, 28.172 detentos. 1.595 mulheres encontram-se presas, 332 declararam-se brancas, 211 negras (pretas e pardas), uma amarela e 0 indígenas; é importante observar que não há informações sobre cor/raça de 1.050 mulheres, 8 dessas mulheres são lactantes, e 9 gestantes/parturientes mas apenas 3 estabelecimentos apresentam cela adequada para gestante; somente 1 estabelecimento tem berçário e creche. 12.135 detentos declaram-se brancos, 8.410 negros (pretos e pardos), 104 amarelos e 10 indígenas; não há informações sobre cor/raça de 7.437 homens. A falta de informação acerca da cor/raça da maioria das pessoas presas no Paraná chama atenção.

Com relação aos 67 estabelecimentos no estado, apenas 8 possuem ala ou cela exclusiva para pessoas LGBT e 3 com ala ou cela exclusiva para idosos. 62 estabelecimentos não seguem as regras de acessibilidade, somente 2 (com capacidade de 31 pessoas) seguem integralmente e 3 (com capacidade de 86

peessoas) seguem parcialmente. Existem 119 presos que são pessoas com deficiência.

Jovens abaixo de 18 anos também têm sido criminalizados. São mais de 900 adolescentes cumprindo medidas de internação no Paraná, sendo cerca de 200 provisórios. A maioria foi acusada de cometer tráfico de drogas.

As mulheres encarceradas sofrem todo tipo de violações. Existem inúmeros casos de presas usando materiais impróprios para conter a menstruação, pois muitas vezes elas não recebem em quantidade adequada absorventes. Além disso, as mulheres são abandonadas pela família quando estão presas, não recebendo o mesmo volume de visitas que os homens. Quanto às gestantes, a questão se agrava mais ainda. Mulheres dando à luz algemadas, separadas de seus filhos, sofrendo violência obstétrica. Tampouco há atendimento ginecológico dentro dos presídios com regularidade e qualidade.

Ante ao que se vê dos dados levantados, a política de segurança não tem atendido à proteção da classe trabalhadora. Num país com a maior taxa de homicídios do mundo, em que 77% das vítimas de violência letal são negros e negras, que ocupa o quinto lugar mundial na lista de países mais perigosos para as mulheres (com altíssimas taxas de feminicídios e violência sexual) e que está na 1ª posição dos países que mais matam pessoas LGBT e entre os mais perigosos para indígenas e campesinos, a “segurança pública” tem sido nada mais que um dístico para esconder

a real política de extermínio levado a cabo pelo estado em prol dos interesses burgueses.

Propostas

1. Total desmilitarização das polícias e desarmamento da GCM em paralelo com políticas públicas que garantam alimentação, moradia, emprego, educação, saúde e lazer nas comunidades periféricas de todo o estado.
2. Abolição do emprego de força policial contra a classe trabalhadora, mesmo que seja para dar cumprimento a decisões do Judiciário, como em caso das chamadas “desocupações”.
3. Desarmamento dos agentes penitenciários.
4. Imediata soltura de todas as pessoas detidas provisoriamente e/ou que já cumpriram o equivalente a pena correspondente ao delito cometido.
5. Revisão de pena de todas as pessoas condenadas, haja visto que os processos criminais são baseados na seletividade penal de cunho racista e classista.
6. Conversão a prisão provisória de gestantes ou mães de crianças até 12 anos em prisão domiciliar, seguindo a orientação do STF datada de 2018.
7. Absolvição de todas as pessoas que foram detidas cometendo o conhecido Furto Famélico, entendemos como responsabilidade do estado e previsto pela constituição a garantia da alimentação digna.
8. Imediata desmanicomialização de pessoas com transtornos mentais que estejam cumprindo medida de segurança.
9. Distribuição de absorventes suficientes para todo o período menstrual de todas as pessoas presas que menstruam, bem como garantia de atendimento ginecológico às presas.
10. Abolição das revistas vexatórias em presídios, que expõem sobretudo as mulheres a abuso por agentes penitenciários.
11. Reestatização de todo e qualquer presídio que está sob gestão de parcerias público-privadas, pois a administração privada em nada se interessa em melhorias das condições das instituições penitenciárias, mas sim no lucro obtido por cada ser humano em restrição de liberdade.

11. Combate à violência policial

As forças policiais e o Estado atuam expressando seu caráter classista e racista, onde a classe trabalhadora pobre e essencialmente negra é vista como sendo inimiga do estado, a fim da manutenção do modo de produção capitalista dependente brasileiro, com utilização sistemática da força violenta, seja na forma do encarceramento, seja através do extermínio como controle político, por parte das classes dominantes. Isso pode ser observado desde o início do Brasil Colônia, primeiramente com os povos originários e depois com a chegada dos primeiros elementos africanos escravizados.

As formas de controle social do Estado brasileiro adaptaram-se com os tempos, respondendo às necessidades das classes dominantes de cada época. Ou seja, nenhum grupo político que eventualmente geriu os interesses da classe burguesa no Brasil o fez sem abrir mão do capital político de governabilidade que o sangue preto e indígena oferece: mesmo setores progressistas fizeram uso da militarização, repressão, encarceramento e extermínio dessas populações.

Sob o governo petista (2002-2016) tivemos tímidos avanços em questões de políticas públicas para não-brancos em contrapartida ao acirramento do controle destes corpos para manutenção do capital e da dominação da classe parasita burguesa. A ocupação do Haiti pelo exército brasileiro, sob os governos petistas, durou 13 anos e contou com violações de direitos humanos como estupros e assassinatos de haitianos por parte dos militares brasileiros e serviu como preparo ideopolítico para as tropas brasileiras posteriormente participarem da implantação das UPPs no Rio de Janeiro. Relatos das moradoras das favelas ocupadas reforçam que a utilização do estupro como tática de ocupação também foi utilizada. Quando da realização de megaeventos, como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), criou-se todo um aparato jurídico para frear as mobilizações populares e criar brechas para a perseguição de militantes.

Desde a redemocratização, em 1988, após longos 21 anos de ditadura empresarial-militar no Brasil, foram assassinados, segundo dados oficiais, mais de 1,4 milhão de pessoas no país. Lembrando que a taxa média anual de 60 mil mortos é um número maior do que países em estado de guerra civil ou sob intervenção militar estrangeira. “O Brasil tem um George Floyd a cada 23 minutos”, foi a frase estampada há algum tempo em um muro da cidade de São Paulo mas, na verdade, no Brasil não morre um George Floyd a cada 23 minutos, morre um João Pedro, uma Ágata, um João Guilherme, um Amarildo, uma Cláudia Ferreira, um Jadson, um Beto, um Genivaldo, um Moïse a cada 23 minutos.

Numa parceria entre o portal G1, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da USP, 11 estados brasileiros, incluindo o estado do Paraná, não fazem a divulgação completa dos dados de raça/cor das pessoas mortas em ações das polícias do estado. Das 6113 pessoas mortas em “confronto” com as forças policiais no Brasil no ano de 2021, quase 2500 dessas não tiveram os dados sobre raça/cor divulgados, cerca de 41% dos casos. As justificativas levantadas pelas secretarias de segurança dos estados são de que não haveria uma obrigatoriedade

do preenchimento do campo de raça/cor nos boletins de ocorrência, o que acaba por se expressar nessa subnotificação dos dados. Utilizaremos a palavra confronto sempre com aspas, porque é assim que o braço opressor do estado caracteriza a violência dirigida a população preta, pobre e favelada.

No que tange o aspecto sobre a violência policial em relação a população negra paranaense, os números apresentados pelo Ministério Público do Paraná acerca das mortes resultantes de “confrontos” com policiais civis, militares e guardas municipais durante o ano de 2021, demonstram a desproporcionalidade com que a população negra é vitimada. Segundo esse levantamento, no ano de 2021 foram mortas pelas forças de segurança do Paraná, 417 pessoas. Desses 62,16% eram de pessoas de até 29 anos, sendo 53,3% dessas vítimas negros (47,7% pardos e 5,6% pretos) e 46,7% eram brancos. As cidades com o maior número de mortos nesses “confrontos” foram as cidades de Curitiba (105), Londrina (32) e São José dos Pinhais (26). Vale ressaltar que a população negra do Paraná é de apenas 34%, segundo dados do IBGE de 2018, o que mostra mais uma vez uma desproporcionalidade na violência contra essa população.

Em 6 anos, as mortes registradas em ações envolvendo as forças militares do estado do Paraná, cresceram quase 70%. O que vemos aqui é a negação dos direitos da população, onde quem deveria garantir segurança, são os próprios promotores da barbárie. Assim, há uma dificuldade grande em encontrar dados que envolvam a população negra. Entendemos que essa é uma movimentação proposital do estado burguês, que se interessa em invisibilizar a vida e a realidade dessas pessoas, marginalizando e não estimulando políticas públicas eficazes para a diminuição dos impactos violentos gerados pelo próprio sistema. A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral, estado de exceção esse experienciado pela população negra no país há quase 500 anos.

Em um cenário de ofensiva da exploração por parte da classe burguesa, onde temos uma realidade com mais de 10 milhões de desempregados, entre os “empregados” ao menos 40% deles estão na informalidade, 100 milhões de brasileiros vivendo níveis de insegurança alimentar em meio a uma pandemia que vitimou quase 700 mil trabalhadores, além dos prejuízos econômicos às camadas mais desamparadas da sociedade, podemos acreditar que tais números estão além de desatualizados também estão subnotificados e bem longe da realidade, um cenário ainda mais brutal existe fora dos dados aqui apresentados.

Propostas

1. Extinção da Polícia Militar, entendida como uma completa desmilitarização e reestruturação da segurança pública, sob um marco civil unificado e sob o controle direto da população trabalhadora, com participação popular direta, organizada e coletiva na segurança pública.

12. Cultura

A luta nos campos da cultura e da comunicação se colocam hoje para nós como importantes espaços na disputa política. Isso porque a cultura e a arte são produtos do povo, mas cada vez mais esses produtos têm sido cooptados pela classe dominante. Encontramos então uma cultura de mercado, feita não pelo povo, mas por empresas e artistas desligados da base popular, que tentam impor de cima para baixo os valores e as obras que devemos consumir e aplaudir. No momento em que se adere à lógica privatista, o acesso à cultura se restringe a quem tem poder econômico, e a produção da cultura fica a favor dos detentores do poder, excluindo a produção cultural do povo.

Subverter a lógica privativa significa, fomentar a criação de espaços de cultura por parte dos/as trabalhadores/as e fomentar a participação da classe trabalhadora em conselhos populares de cultura e da comunicação social. É importante também apontar que para que seja possível que a classe trabalhadora esteja inserida na cultura, é preciso que existam condições materiais que permitam acesso ao lazer e tempo livre, como a redução da jornada de trabalho e o aumento real do salário mínimo.

Não nos representa essa cultura de mercado: as músicas que versam sobre o consumismo acrítico enquanto o povo passa fome; os filmes de empresas que dominam a indústria; as pinturas que custam milhões e ficam escondidas nas salas de bilionários enquanto a/o artista de rua, a/o grafiteira/o, a/o muralista, são perseguidas/os e batalham para que sua arte seja vista e permita tirar seu sustento dela.

Defendemos uma cultura verdadeiramente popular. Uma cultura que emane do povo e que dialogue com ele. Uma cultura em que todas e todos tenham acesso à arte e ao fazer arte. Uma cultura que não se satisfaz em transformar som em música e letra em poesia, mas que almeja transformar os sujeitos e a sociedade. Uma cultura verdadeiramente combativa e revolucionária, com espaço e condições materiais para acontecer.

Entendemos que isso só é possível através de uma política cultural firme e radical, que não se deixe ser assimilada pelos interesses de mercado e de lucro. Uma política que quebre as amarras do individualismo e da competitividade alimentada pelo capitalismo, que reforce a solidariedade de classe e promova o trabalho em conjunto. Que compreenda que as/os artistas são também trabalhadoras/es e que, portanto, precisam viver de seu trabalho.

O esforço do governo federal tem sido de destruir a cultura brasileira, a começar pela extinção do MinC (Ministério da Cultura) em 2019, após 33 anos de existência, fundindo-o ao Ministério da Cidadania. Os recursos gastos com cultura em nosso país são baixíssimos, representando apenas cerca de 0,2% do orçamento. Isso mesmo: de cada 100 reais gastos no país, apenas 20 centavos vão para a cultura. A Lei Rouanet faz parte dessa porcentagem e nós acreditamos que ela deve, de fato, ser

criticada, mas pelos motivos corretos. Defendemos a cultura como um direito básico a ser garantido pelo Estado, fora da lógica do mercado, e que se priorize o sustento das/os trabalhadoras/es desse ramo.

A Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) é uma lei federal de fomento à cultura que permite a empresas realizarem o que se chama de renúncia fiscal. O governo abdica de uma parcela do imposto que receberia de uma empresa em troca de que ela destine esse valor a projetos culturais. Apesar de ser uma fonte de financiamento para inúmeros projetos, há a contradição de beneficiar com isenções fiscais empresas privadas e consequente propaganda dessas empresas como “bons capitalistas”, ao passo em que os projetos e processos de acesso aos editais promovidos a partir desta lei são burocráticos e de difícil acesso para artistas, com altíssima concorrência, devido a ausência e escassez de outras formas de financiamento e promoção pública da cultura.

Nos âmbitos estadual e municipal temos leis com o mesmo funcionamento, mas que recebem outros nomes. Em Curitiba, há o Mecenato Subsidiado, que tem as categorias Iniciante e Não-Iniciante. Como a verba é muito reduzida, pouquíssimos são contemplados. A título de exemplo, ano passado foram 710 projetos inscritos e pouco mais de 70 foram aprovados para prosseguirem a captação. Além disso, receber o aval do órgão público para captar a verba necessária não é garantia de que de fato o valor será recebido. Mesmo depois do exaustivo processo de elaboração de um projeto, a captação pode não acontecer e aí vai tudo por água abaixo: perde-se o trabalho inteiro.

Também existem os editais dos Fundos de Cultura, que são de financiamento direto do governo. No entanto, o orçamento destinado a eles é ainda menor que o dos editais no modelo de Lei de Incentivo, o que faz, mais uma vez, com que o mercado tenha maior poder de decisão sobre os rumos da cultura do país, tanto a nível federal quanto a nível estadual e municipal.

Além da escassez de verbas, com consequente aprovação de um pequeno número de projetos perante a demanda, há uma tendência à aprovação de projetos de artistas já conhecidos no circuito cultural e de propostas tidas como “vendáveis”, ou seja, mais adequadas às concepções de arte hegemônicas e vinculadas à indústria cultural. Isso leva à exclusão de artistas “sem currículo” e “anônimas/os”, além do reforço da arte sob a perspectiva mercadológica. Além disso, com esse formato de financiamento da cultura, esses/as trabalhadores/as são empurrados para a pejetização, com contratos via CNPJ e MEI, levando à condição de ausência de estabilidade salarial e de direitos trabalhistas no setor. O Estado se exime, portanto, de financiar diretamente a cultura, delegando essa tarefa ao setor privado e jogando os trabalhadores do ramo à própria sorte, com relações de trabalho precárias e sem direitos trabalhistas garantidos.

Uma pesquisa do IBGE, divulgada em 09 de dezembro de 2021, apontou perda de 700 mil empregos no setor cultural e de entretenimento entre 2019 e 2021. O estudo ainda aponta que a informalidade subiu 41,2%, num setor estratégico que

ocupava 4,8 milhões de empregos, que representavam 5,6% do total de trabalhadores ativos no Brasil. Esse estudo mostra o grande número de abandono das profissões relacionadas à cultura, pela falta de oportunidades, de renda, e devido à grande parte dos/as trabalhadores/as não terem conseguido empregos ou mesmo recursos da Lei Aldir Blanc.

No Paraná, o setor da cultura enfrenta hoje momentos de puro descaso e desvalorização. Durante o governo do Ratinho Junior, atual governador do estado do Paraná, a secretaria de cultura foi desmanchada: de 2016 até 2019 ocorreu uma redução de 45% de trabalhadores da secretaria estadual de cultura do Paraná. Hoje em dia, a secretaria da cultura está unida à secretaria de comunicação, num explícito movimento de desvalorização e de dificultar que os setores culturais tenham autonomia e espaço para debater suas pautas. Além disso, a unificação dessas duas secretarias da cultura e da comunicação é evidência da tentativa desse atual governo de transformar as produções em propagandas para si próprio, obrigando que a cultura feita pelo povo se enquadre dentro dos padrões neoliberais, assim minando cada vez mais o potencial libertador e emancipatório da cultura. Essa unificação das secretarias não se trata apenas de uma diferenciação da nomenclatura, ela é uma ação estrutural e ideológica para desarticular a classe trabalhadora da cultura, para restringir e dificultar o seu acesso e o seu subsídio.

Os principais gerenciadores de arquivos públicos e museus no Estado possuem conhecida defasagem de funcionários, de infraestrutura e de equipamentos de qualidade para a correta manutenção dos bens históricos do Estado. Por exemplo, na Fundação Cultural de Curitiba, principal órgão da capital de gerenciamento de museus e arquivos municipais, está há mais de 15 anos sem concurso para novos servidores, criando situações de alocação de funcionários sem experiência em arquivos, sobrecarga e necessidade de estagiários para cumprir grande parte da demanda de trabalho. ^[10] O gerenciamento do patrimônio é feito conjuntamente com o gerenciamento geral da Cultura, que por sua vez foi alocada em uma Secretaria juntamente à Comunicação, que conta com poucos servidores para lidar com ambos os assuntos em âmbito estadual.

Os centros de memória e preservação histórica estão concentrados em sua maioria na Região Metropolitana de Curitiba, Paranaguá e Antonina. As demais regiões do estado seguem com pouquíssimos espaços reconhecidos para a preservação da memória de sua população. Por sua vez, os museus e espaços de memória existentes no estado privilegiam uma memória dos imigrantes europeus e por muitas vezes ignoram ou até mesmo apagam a memória de negros e indígenas, ambos fundamentais na construção e consituição da nossa identidade paranaense. O discurso eugenista, comumente escutado e difundido na mídia, possui ligação direta com a falta de espaços que contemplem verdadeiramente a história da resistência quilombola e dos povos originários, negras/os e demais lutas populares.

Para que haja uma mudança significativa no acesso à cultura e lazer, abarcando as periferias e os diversos movimentos culturais, é necessário que o Estado desenvolva políticas públicas que proporcionem o financiamento público e o

fomento da cultura, nas suas mais diferentes expressões, com participação ativa da população produtora de cultura, valorização desses trabalhadores e criação de centros de produção de cultura popular nos bairros dos principais centros urbanos. É preciso romper com a lógica da parceria com empresas para o financiamento da cultura e investir na produção cultural periférica e dos diferentes artistas e produtoras/es que hoje estão à margem, como os movimentos Hip Hop, Slam Poesia, Funk, Teatro de Rua, entre outros.

Hoje, há um nítido isolamento e descaso com o que é produzido nas periferias e mostra como a cultura é entendida de forma elitista pelo Estado. A falta de uma gestão ativa com participação popular da cultura é reflexo do sucateamento do sistema de cultura. É preciso valorizar as/os artistas locais, com a expansão das políticas culturais como um direito básico e fundamental de toda a população. Sem

essas ações, continuaremos reféns do mercado e da precarização extrema dos profissionais da cultura.

Propostas

1. Garantir o acesso das comunidades a produções culturais e espaços artísticos que se relacionam com a cultura local, sem a interferência dos interesses da iniciativa privada.
2. Incentivar a produção, difusão e circulação das expressões culturais regionais, nas diversas áreas da cultura.
3. Estimular o desenvolvimento de uma arte emancipatória e produzida pela classe trabalhadora em todo o estado.
4. Garantia de preservação, difusão, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Paraná.
5. Abertura de concursos e fontes de trabalho no estado, com salários dignos, para promoção, divulgação e criação cultural.
6. Abrir concursos públicos para trabalhadores das Fundações Culturais dos municípios do Paraná, possibilitando uma participação ativa no cadastramento e acompanhamento das manifestações culturais já existentes de cada região.
7. Fomentar as pesquisas no campo da cultura, fornecendo recursos materiais para que artistas e pesquisadores possam desenvolver seu trabalho.
8. Promover uma maior participação das artes marginalizadas (hip hop, arte de rua, funk, etc) no incentivo à cultura.
9. Garantir a gestão pública de recursos, a valorização dos artistas locais e a expansão das políticas culturais como um direito básico e fundamental de toda a população.
10. Fomentar uma cultura crítica acerca de sua realidade, trazendo para a arte um veículo de debate sobre a cultura popular.
11. Criação de centros culturais populares em bairros da classe trabalhadora, com cursos diversos e incentivo à produção cultural revolucionária e crítica em suas mais diversas expressões.

13. Acesso à informação

A concentração de mídia que vemos hoje no Brasil foi impulsionada por uma legislação fragmentada, pouco efetiva no combate à concentração de propriedade, frágil no estímulo à diversidade de vozes e ineficiente na garantia de transparência no setor. O contexto é resultado de um domínio dos setores empresariais na definição de leis e na agenda do Estado burguês.

Assim como em todo o país, o estado do Paraná, reflete muito os efeitos dos monopólios, através da detenção do aparato midiático e de comunicação nas mãos da burguesia. Para caracterizar o controle ao acesso à informação está o Grupo Massa, pertencente a família do atual governador do estado, é um dos maiores grupos de comunicação do país, com 5 emissoras de televisão, a Rede Massa, afiliada ao SBT, e possui cobertura em todos os municípios do Paraná e a rádio Massa FM, que tornou-se a segunda maior rede de rádio do Brasil, com 65 afiliadas espalhadas por 10 estados, contam ainda com o portal de notícias Massa News.

Como resultado de um histórico de legislações e políticas construídas sob pressão ou em articulação com o setor empresarial, o marco normativo brasileiro adquiriu poucos mecanismos de controle da concentração de propriedade. Embora a Constituição proíba, em seu Artigo 220, práticas de monopólio e oligopólio, tal diretriz não possui efetividade prática.

Entre os poucos limites relativos à propriedade, estão o máximo de 30% de capital estrangeiro em empresas jornalísticas (Constituição, Art. 222), a possibilidade de um agente possuir no máximo dez emissoras de TV (Decreto-Lei 236/1967) e a proibição de que um sócio tenha participação em duas empresas prestadoras do mesmo serviço de radiodifusão na mesma localidade (Decreto 52.795/1963).

Um problema central desse modelo é a vinculação dos limites nacionais ao controle direto. Tais restrições não atacam o modelo de concentração brasileiro, organizado em torno de redes nacionais. Apesar do Decreto-Lei 236/1967 falar em uma proibição à formação de cadeias, tal dispositivo não é adotado. Dessa maneira, o Grupo Globo, ao manter cinco emissoras próprias, não viola a lei, mas atinge quase o total dos municípios brasileiros por meio de suas redes de TV e rádio afiliadas.

A pesquisa mais recente sobre a abrangência da internet no estado foi realizada em 2019 pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), apontando que uma a cada cinco pessoas não têm acesso à internet no Paraná. Embora seja uma realidade crítica, o apelo da mídia se dá na justificativa de que não há amplo interesse da população em usar a internet, buscando enfatizar esse dado de maneira completamente acrítica, transformando a questão do acesso à informação em uma curiosidade desinteressada, e colocando o acesso e o uso de maneira equivalente.

De acordo com os dados da PNAD, 8,15 milhões de pessoas declaram ter usado a internet no Paraná, um estado que conta com uma população de aproximadamente 11 milhões de habitantes. A mídia veicula essa informação de

forma positiva, sem questionar quem são e onde estão essas pessoas que não têm acesso, também não coloca em pauta por quê 42% dessas pessoas não sabem utilizar a internet, ou 36% "não tem interesse".

O fato de que 18% da população do Paraná não utiliza a Internet por encontrar diversas barreiras ao seu acesso exclui essas pessoas de muitas maneiras, o que está de acordo com os interesses do Estado burguês, pois dificultar o acesso a fontes para questionar as informações veiculadas pela mídia, aliado a um ensino ideologicamente alinhado com os interesses da burguesia, é uma maneira efetiva de afastar o povo do pensamento crítico.

Nesse contexto, é inaceitável que o governo de Ratinho Junior tenha vendido a Copel Telecom, empresa pública referência em telecomunicações e em rede de fibra óptica, que foi entregue ao capital em 2020. É fundamental que essa importante empresa pública seja reestatizada e passe a atender aos interesses da classe trabalhadora, em especial as populações de maior vulnerabilidade que não possuem acesso à internet.

Durante a pandemia, as relações de desigualdade no Brasil foram escancaradas, quando milhões de brasileiras/os foram privadas/os do acesso ao auxílio emergencial e às aulas online, por não terem um aparelho celular e internet de qualidade em casa e sem que houvesse garantias do Estado para que toda a população pudesse continuar os estudos, também impedindo que as pessoas mais fragilizadas pela crise sanitária tivessem acesso ao auxílio emergencial.

Além disso, é fundamental olhar para o movimento estratégico das empresas privadas de telefonia ao oferecer acesso gratuito a certos aplicativos como o WhatsApp e o Facebook, restringindo o acesso a outras fontes de informação e aprisionando aqueles que dependem de pacote de dados nas redes de notícias falsas e desinformação.

O Brasil tem seu último censo demográfico feito no ano de 2010, tendo a partir de então números estimados, demonstrando o descompromisso dos governos em conhecer de fato sua população e o interesse em privar o povo do acesso à informação.

Propostas

1. Reestatização da Copel Telecom com ampliação dos serviços e concurso público para ampliar oferta de internet para a população.
2. Integrar o jornalismo e a comunicação social ao projeto de educação popular, inserindo nas aulas de português e sociologia a importância de estudar a ideologia

da grande mídia e interpretação de texto para desenvolver o senso crítico dos/as estudantes.

3. Garantir o acesso à internet nas áreas com pouca ou nenhuma cobertura de rede, buscando maior abrangência da Copel 100% estatal no território estadual.
4. Defender a criação de um canal de comunicação público subsidiado pelo Estado, com a abertura de concurso público para formação do quadro organizativo da empresa pública, com a jornada de trabalho de 30h dos jornalistas e equipe e com salários dignos.
5. Estimular comitês populares de cultura e comunicação, que contribuam para a formação política da classe trabalhadora e a elevação da consciência da classe.

14. Luta ambiental e reforma agrária

No Brasil, vemos a privatização das terras começando a criar bases mais sólidas para o crescimento e desenvolvimento capitalista a partir de 1850, quando a propriedade privada é juridicamente instituída como absoluta e inviolável. A Lei de Terras permitirá realizar a manutenção da estrutura fundiária desigual do país, além de cumprir com o papel de desapropriação de milhares de sujeitos que não viam a terra enquanto mercadoria, mas como estruturante para todo o desenvolvimento social local. Para indígenas, caboclos, quilombolas e tantos outros, a terra tinha muito mais a oferecer do que sua capacidade produtiva. Ela era o lar, a história, a existência, o passado, presente e futuro de tantos sujeitos que estruturavam suas comunidades, vilas, aldeias, em torno da terra, do que ela produzia e do que ela representava. Tudo isso foi violentamente suprimido em nome do “progresso” capitalista.

O território onde hoje se encontra estabelecido o Paraná possui vestígios arqueológicos de populações que o habitam há pelo menos três milênios. Tais povos estiveram espalhados por todo o território e, pela distinção de etnia, deixaram marcas culturais distintas ao longo de sua extensão. Não eram necessariamente povos amigáveis entre si, muito embora vivessem sob outra dinâmica social. O desenrolar histórico de nossa região encontra um ponto de inflexão a partir do século XVI centralmente. O período compreendido pela colonização direta das forças portuguesas e espanholas, em um processo extremamente violento de ocupação das terras e apropriação dos múltiplos recursos naturais e humanos aqui existentes. Tivemos aqui a conformação de grandes colônias baseadas centralmente no fornecimento de matérias-primas às metrópoles europeias, bem como na compra das mercadorias e maquinários.

O Paraná, antes de ser parte da dominação espanhola ou do império português era o Paraná indígena, abundantemente habitado pelos povos guaranis, kaingang e xetás. Assim que, entre as raízes de nossa conformação social estão as marcas de uma colonização estruturada em grandes latifúndios, tendo nas meações, parcerias, colonato e principalmente na escravidão suas formas de trabalho e de socialização, e contando com uma classe dominante e dirigente economicamente concentradora e politicamente autocrática. Esta conformação nos aparece ainda hoje como uma forma de sociabilidade baseada na ampla concentração fundiária e em traços históricos de desigualdade social agravadas pelas condições de classe, gênero e racial.

Sobretudo a partir do século XVII é que se organizam os primeiros polos urbanos do Paraná, especialmente aqueles do litoral – Paranaguá – e do primeiro planalto – Curitiba. A consolidação de Curitiba como principal centro dinamizador da vida econômica da região se deu, de um lado, pelo esvaziamento do ciclo aurífero paranaense e, de outro, pelos entroncamentos logísticos que propiciaram a incorporação de uma fração da classe dominante aos circuitos do comércio interno e externo em maior escala. Esses são os fundamentos sobre os quais se edificou, no século XVIII, o período conhecido pelo tropeirismo paranaense: responsável direto pelo desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas produtivas e comerciais, bem como na consolidação de núcleos urbanos nos campos gerais e norte do estado.

O tropeirismo cumpriu um papel econômico e cultural na região, uma vez que estabeleceu centros comerciais e de pastagem para a pecuária bovina ao longo dos campos gerais. A consolidação das rotas comerciais foram sedimentadas mormente quando da organização das ferrovias, sobretudo pelo desejo de interligar os portos do Atlântico aos do Pacífico. Esta estruturação aconteceu sob impacto direto da Revolução Industrial e da intensificação da lógica colonialista em relação ao Brasil.

A independência jurídico-política e institucional do Brasil não significou, certamente, o mesmo destino para os aspectos econômicos. As grandes extensões territoriais que conformaram os latifúndios continuavam direcionados pela lógica da exploração das matérias-primas para exportação. Por aqui, entre as mercadorias de maior volume de comercialização estava a erva-mate. Planta nativa da região paranaense, a erva-mate era item de consumo de inúmeros povos da região platina. Portanto, o desenvolvimento de seu mercado internacional, entre fins do século XVIII e início do XIX, foi determinante na estruturação de cadeias produtivas relacionadas.

Mesmo com um desenvolvimento desigual das forças produtivas no Paraná, a produtividade da erva-mate e a alta demanda regional (Paraguai, Argentina, Chile, Rio Grande do Sul, etc.) possibilitou a ampliação e reformulação da classe dirigente e dominante local. A sua confirmação como Província politicamente emancipada de São Paulo em 1853 foi consequência direta deste período que combinou o ciclo da erva-mate e o início da exploração madeireira na região centro-oeste e sudoeste do Estado.

Sob impacto da proibição do comércio escravista e com a promulgação da Lei de Terras, ambos na década de 1850, as formas produtivas no campo (e também nas cidades) paranaense começam a sofrer os influxos mais agudos da marcha capitalista. A comercialização das terras devolutivas, bem como o estímulo à ocupação dos “vazios demográficos” do Estado, foram responsáveis pelo surgimento dos grandes empreendimentos econômicos. Destacam-se aqueles da região norte e noroeste do Estado, especialmente relacionados à expansão cafeeira e também à colonização dirigida, como o caso da subsidiária brasileira da Paraná Plantations: Companhia de Terras Norte do Paraná.

Desta maneira, o Paraná é um estado marcado pelo desenvolvimento capitalista fundado em formas predatórias de exploração da natureza. Enquanto exportador de produtos primários (madeira, erva-mate, café, pecuária e soja), a relação entre o uso do solo, florestas, biodiversidade e tais atividades econômicas resultou no processo histórico de devastação em larga escala do meio ambiente e das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e faxinalenses.

A cobertura florestal do Paraná no final do século XIX e início do XX era estimada em 80% da área estadual. O início do ciclo da madeira por volta de 1888, a construção de estradas de ferro, junto ao uso do solo levou ao começo de um processo de destruição das florestas que culminaria em 1990, cem anos depois, com a manutenção de apenas 5,2% da cobertura florestal. Um total de 119 mil km² de

florestas derrubadas de um montante inicial de 167 mil km². Gerando aquilo que alguns especialistas em meio ambiente chamam de pradarização artificial.

OBJ A pradarização artificial está ligada também ao grande passivo ambiental do estado, que é a erosão (urbana, periurbana e rural). A derrubada das matas via ferro e fogo, levou a modificação do solo, tornando-o mais suscetível à erosão; consideramos essenciais projetos de recuperação de áreas degradadas.

Atualmente, o Paraná conta com 35% da área estadual coberta por florestas, tanto naturais quanto plantadas. Mas isso não significa um equilíbrio, uma vez que grande parte dessa cobertura é destinada ao cultivo de *pinus* e eucalipto, vinculadas às empresas madeireiras e de celulose. A implantação do complexo da Klabin em Ortigueira, em 2017, aprofundou o processo de avanço da silvicultura no estado, e segundo o IBGE, a área efetiva de florestas plantadas é de 3,5 Mha.

Em termos de preservação, o estado conta com 69 Unidades de Conservação, mais áreas administradas diretamente por prefeituras, tais como parques, matas, reservas, florestas, etc. Dentre as Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, temos como destaque: Parque de Guaraqueçaba, Parque Estadual das Lauráceas, Canion Guartelá, Mata dos Godoy etc. Conforme o Inventário Florestal Nacional, o Paraná detinha 5,8 milhões de hectares de vegetação natural. Desse total, 58% estaria na Região Metropolitana de Curitiba, 11% no Noroeste, e o restante dividido em pequenas porções pelo estado - ou seja, as políticas de preservação ambiental são desiguais ao longo do estado e a estrutura fundiária do interior do Paraná não está focada na preservação, e sim na agropecuária.

Em termos de incentivo público para a preservação temos o ICMS Ecológico, criado em 1991, que procura redistribuir cerca de 5% do ICMS para a proteção à biodiversidade, sendo 2,5% para mananciais e 2,5% para Unidades de Conservação. De 1991 até hoje, foram 7 bilhões direcionados para 260 municípios paranaenses. Alega-se que tal incentivo ajudou no aumento das áreas protegidas, em 159% entre 1991 a 2001, mas o total de 1997 a 2021 ficou na casa dos 57,28%. Atualmente, o ICMS Ecológico é responsável pela movimentação de 400 milhões para os municípios.

Outro fator de destaque, é a forma como a atual gestão estadual reorganizou a área ambiental. O governo Ratinho Junior, a partir das orientações da Fundação Dom Cabral, fundiu os órgãos de proteção e fiscalização ambiental, o IAP (entre outros), formando o IAT (Instituto de Terras e Águas). Além disso, extinguiu a SEMA e criou o SEDEST (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Turismo), com a proposta de unir a área ambiental junto com as propostas de crescimento econômico. Essa secretaria é responsável pela liberação de licenças ambientais, e segundo o governo, agilizaria os processos ambientais e estimularia os investimentos

no estado. Consta que não há concursos para as agências ambientais no Estado há mais de 30 anos.

Tudo isso tem impactos na totalidade do meio ambiente paranaense. Um dos aspectos se refere à construção dos portos, também sob orientação privatista, ditada pelo capital. E o Porto de Paranaguá é um exemplo nítido neste sentido.

Tendo recebido o maior investimento para dragagem do Brasil em 2021 e sem nenhum diálogo com a população local, a obra teve sua licença ambiental contestada por instância judicial (11ª Vara Federal de Curitiba) por falta de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental. Ainda assim, posteriormente outra instância judicial (TRF - 4ª região) liberou as obras, mesmo sob fortes protestos da comunidade local. As dragagens preocupam os moradores e pesquisadores, mas para as atuais classes dominantes o lucro vem antes da vida, e não se importam com os impactos locais.

Da mesma forma vemos o objetivo do lucro orientar a política agrária da burguesia e do governo paranaenses.

Sabemos que o Paraná é um dos principais estados do agronegócio, do agrotóxico, do latifúndio. Isso acarreta uma série de crimes ambientais por parte dos capitalistas agrários.

Recentemente, o Paraná passou por dois anos de crise hídrica e sanitária severa. Foram cerca de 649 dias de rodízio no abastecimento de água. Marcado por uma política de priorização das áreas centrais, o rodízio afetou os bairros periféricos, que sofreram com um desabastecimento mais rigoroso. Além disso, o governo estadual promoveu uma campanha pela redução em 20% do uso da água pela população, priorizando o abastecimento para o agronegócio, que é a indústria que mais consome água no Brasil.

A escassez hídrica despertou os interesses privados e o Congresso Nacional aprovou o Projeto de (PL) 4162/2019 que facilitou a privatização da água e do saneamento básico no Brasil. Rapidamente o Governo do Paraná, também aprovou na Assembleia Legislativa o PL 416/2020, que adequou a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) à nova lei federal. Infelizmente, a privatização da Sanepar não é algo novo. Desde 2011, a empresa que deveria ser pública vem sendo privatizada, com a distribuição cada vez maior de lucros e dividendos a acionistas nacionais e estrangeiros e o consequente aumento da tarifa acima da inflação.

O Paraná é o terceiro maior estado exportador do agronegócio brasileiro. A crise hídrica é consequência direta da falta de políticas públicas ambientais que limitem a atuação do agronegócio e promovam uma relação ecologicamente sustentável entre a população urbana, do campo e com os povos originários. Infelizmente, essa não será a última crise hídrica no estado, que em sua história possui um longo trajeto de violações dos direitos contra povos indígenas, desde a colonização portuguesa, passando pela Guerra do Paraguai, a marcha para o oeste

e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que expulsou milhares de indígenas de seu território.

A política extrativista e exploratória em aliança com setor privado, representado principalmente pelo agronegócio, polui e envenena as águas, promovendo o desmatamento e contribuindo para as mudanças climáticas. O agronegócio também é responsável pela redução populacional e territorial dos povos originários em razão da expansão violenta das propriedades agropecuárias. O Paraná tem 18 ocupações, em áreas públicas e privadas. A maior parte delas se concentra na Região Oeste. Somente em Guaíra, cerca de 1,3 mil indígenas estão espalhados por oito áreas.

A aprovação do Projeto de Lei 6.299/2022 (PL do veneno) pelo Congresso Nacional representa mais um retrocesso aos direitos humanos em favor do lobby do agronegócio no Brasil. A população do Paraná já é vitimada pelo alto uso de agrotóxicos antes mesmo da aprovação de tal projeto. Ao menos 11 agrotóxicos com níveis elevados foram identificados na água que abastece 127 cidades produtoras de grãos no oeste do Paraná, afetando mais de 5 milhões de pessoas e levando a um aumento nos casos de câncer. Segundo estudos, foi identificado na água do Paraná o valor de 189,84 ppb (partes por bilhão) em agrotóxicos, muito acima do recomendado pela OCDE e ONU.

A política do agronegócio - tóxica, excludente, exportadora e poluidora - é o total oposto da política defendida por trabalhadores/as rurais sem terra. É urgente pautar a reforma agrária em nosso estado.

Até 1982, o INCRA não havia realizado no Paraná nenhuma desapropriação e regularização fundiária de terras de posseiros assentados. Com o fortalecimento das lutas no campo e a criação do MST, foi instituído nacionalmente o I Plano Nacional de Reforma Agrária. Para que este pudesse ser executado no estado, foi criada em 1986 a Secretaria de Estado Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária - SECRA, sendo posteriormente substituída pelo cargo de Secretário Estadual de Assuntos Fundiários que, sofrendo boicote da Bancada Ruralista, foi extinto. A questão agrária no estado voltou a ser gerida pela SEAB. De acordo com dados do INCRA (2017), o Paraná possui 329 assentamentos onde vivem 18,772 famílias, em uma área total de 429.771,28 hectares.

A política agrária do campo democrático-popular propagandeou a Reforma Agrária (com a elaboração do II PNRA), mas não a efetivou. Atualmente no Paraná, por meio do Programa Nacional Crédito Fundiário, trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra podem financiar um imóvel rural com juros de 2,5%-5,5% ao ano, serviço intermediado pela EMATER. Para que se consiga entrar na linha de financiamento, não se pode ser assentado ou ter participado de algum programa que tenha recursos do Fundo de Terras da Reforma Agrária. O incentivo ao crédito rural em detrimento da Reforma Agrária é uma forma de endividamento dos trabalhadores

e trabalhadoras rurais, em um país onde 15,8% dos pequenos produtores estão endividados.

A fusão da EMATER-IAPAR (IDR) levou ao corte de investimentos em políticas de extensão rural essenciais para o desenvolvimento da autonomia, soberania e segurança alimentar e econômica de pequenos produtores. A fusão das entidades leva à sua precarização, denotando que a prioridade do desenvolvimento agrícola no estado do Paraná não está na assistência à agricultura familiar. As políticas de extensão rural são essenciais para que os trabalhadores rurais tenham condições de vida dignas.

Dessa forma, é essencial, que as políticas de extensão rural sejam ampliadas e permanentes - não como forma meramente de assistência técnica, mas de um diagnóstico participativo com as comunidades rurais que promova a autonomia dos produtores e incentive sua organização política.

Em suma, o latifúndio e o agronegócio são tóxicos para as águas e para o solo. E essa realidade não irá se alterar sem uma profunda reforma agrária, levada a cabo por trabalhadores rurais sem terra. Uma reforma agrária que faça valer, de fato, a função social da terra.

Propostas

1. Regularização imediata dos acampamentos e assentamentos rurais.
2. Realização de uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, com a imediata desapropriação sem indenização de todos os latifúndios improdutivos, das fazendas com trabalho escravo e as que não estejam cumprindo a função social conforme regulamenta a legislação.
3. Em cada município, estimular a formação dos comitês populares do campo, organismos para articular a luta, a organização e o trabalho no campo, bem como assegurar os direitos trabalhistas.
4. Promover a estadualização e a planificação da produção de alimentos e demais insumos de primeira necessidade.
5. Formar o comitê popular do campo em esfera estadual com representação dos comitês municipais e dos movimentos sociais e sindicais de luta no campo. Esse comitê estadual será responsável pelo planejamento e pela coordenação das ações a serem desenvolvidas no campo paranaense.
6. Criação de uma nova política agrícola, ecologicamente sustentável, com incentivo à produção de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos a serem disponibilizados a preços mínimos para a população.
7. Avançar na democratização da posse da terra e garantia de sua propriedade pelos trabalhadores através do incentivo à constituição de grandes cooperativas

agropecuárias visando racionalizar o sistema produtivo e ampliar a oferta de alimentos básicos.

8. Construção de empresas públicas para a produção de vacinas e insumos para a agricultura e agropecuária, com vistas ao atendimento da demanda do estado.
9. Ampliação e reorganização popular da pesquisa e das políticas de extensão, educação e assistência permanentes, realizadas pelas universidades estaduais e federais no estado, com o objetivo de atender as necessidades das/os produtoras/es e de incentivar a produção científica popular;
10. Fortalecimento dos órgãos de abastecimento alimentar e dos estoques reguladores, visando a garantia da segurança alimentar da população.
11. Incentivo para que a produção no campo seja reorientada conforme a perspectiva agroecológica e agroflorestal, recompondo espécies nativas, preservando os solos, as nascentes de água, os lençóis freáticos e prezando pela soberania e segurança alimentar no estado.
12. Promoção do intercâmbio entre produtores do campo que utilizem sistemas agroflorestais, como troca de experiências e estabelecimento de feiras permanentes de trocas de semestres crioulas em todo o estado;
13. Incentivo ao desenvolvimento de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta e Pastoreio Racional.
14. Revisão da lista de agrotóxicos aptos para comércio e uso no Paraná, com o objetivo de se abolir, em longo prazo, o uso de agrotóxicos no estado.
15. Criação e ampliação de bancos de sementes crioulas em cada microrregião geográfica.
16. Criação de uma rede de restaurantes e mercados populares nos bairros dos principais centros urbanos do estado como forma de reduzir emergencialmente a fome e o preço dos alimentos, devendo o governo suprir essas instituições mediante a aquisição de grãos, verduras e legumes diretamente do produtor.
17. Alimentação escolar 100% estatal com seus produtos vindos totalmente da agricultura familiar, com gestão popular e comunitária das cozinhas das escolas de todo o estado; além da criação de hortas comunitárias organizadas e geridas pelos estudantes e pela comunidade escolar em todas as escolas estaduais;
18. ~~OBJ~~ Criação de órgãos de controle popular para a fiscalização e a proteção ao meio ambiente e controle pelas comunidades tradicionais das unidades de conservação.
19. Contratação de profissionais qualificados, via concurso público, para as agências ambientais do estado: estabilidade para trabalhadores do setor ambiental do estado. Devem ser contratados não apenas técnicos administrativos, mas

engenheiros ambientais e florestais, graduados de gestão pública, técnicos em meio ambiente, geólogos, geógrafos e biólogos.

20. Revisão de todos os contratos, concessões ambientais e obras dos últimos 6 anos.
21. Defendemos a recuperação de todos os órgãos unidos ao IAT (ITCG, Mineropar, Instituto de Águas do Paraná e Instituto Ambiental do Paraná).
22. Reestatização da Sanepar e a imediata retirada da oferta pública na bolsa de valores.
23. Prover um serviço de abastecimento de água de qualidade e barato para a população do Paraná, com seus lucros revertidos em investimento em infraestrutura, saneamento básico e planejamento, a fim de evitar futuras crises hídricas.

15. Povos indígenas

Desde o ano de 2004, povos indígenas de todo o Brasil se reúnem em Brasília para o Acampamento Terra Livre (ATL). O ATL é a maior mobilização nacional dos povos originários, e neste ano a pauta principal foi a luta contra o Marco Temporal, representado no Projeto de Lei no 490/07, que altera a legislação de demarcação de terras indígenas.

☐Durante o governo de Bolsonaro, nenhuma terra indígena foi identificada, declarada ou homologada. A gestão da FUNAI está nas mãos de Marcelo Xavier, delegado bolsonarista, que vem garantindo na prática a manutenção da agenda anti-indígena do governo.

As mortes dos indigenistas Dom Phillips e Bruno Araújo Pereira são exemplos claros da barbárie que ocorre nos territórios tradicionais. O papel da FUNAI durante as buscas por notícias dos indigenistas foi de acusá-los de entrada em território sem autorização e de difamação das organizações indígenas. Houve repercussão mundial e mobilização nacional em torno deste caso, porém sabemos que as disputas territoriais ocorrem diariamente e a perseguição e morte de lideranças indígenas é uma realidade no Brasil, a exemplo do massacre de Guapo'y Mirin Tujury, que em um processo de retomada de território tradicional em Amambai no Mato Grosso do Sul, indígenas Guarani e Kaiowá sofreram ataques que culminaram em feridos e na morte de Vitor Fernandes Kaiowá.

No Oeste do Paraná, os Avá Guarani sofreram inúmeras violências, tiveram seus territórios tomados e posteriormente alagados pela Itaipu. No século XIX, as terras indígenas foram concedidas à empresa Matte Laranjeira, submetendo as comunidades à servidão. A construção da Itaipu, entre os anos de 1975 e 1982, afetaram e ainda afetam os modos de sobrevivência dos Avá Guarani na região, a partir de um apagamento da presença indígena nos territórios, foi permitido pelo governo e FUNAI que a usina hidrelétrica alagasse territórios tradicionais. Comunidades inteiras ficaram embaixo d'água, locais históricos e sagrados aos Avá Guarani foram destruídos, famílias foram obrigadas ao deslocamento e atualmente as condições de vida são precárias, com poucos territórios reconhecidos e demarcados e algumas áreas de retomadas.

Uma das formas de resistência dos povos indígenas é a retomada, que consiste em acampamentos de famílias para a reocupação das terras ancestrais. Nesses locais, o conflito pela terra é constante e as condições são precárias. Algumas famílias residem em casas construídas com lonas ou materiais recebidos de doação, o acesso à saúde é negligenciado e a educação escolar indígena, com a garantia de alfabetização na língua materna não ocorre, sob a justificativa de não estarem em territórios demarcados.

Outra questão importante a se considerar são os impactos causados pela proximidade de aldeias indígenas às rodovias. A maior terra indígena do estado do Paraná, a Terra Indígena Rio das Cobras é atravessada por duas rodovias, a PRT 473 e a BR 277. Por estarem no entorno das aldeias e ser a única forma de acesso

ao município de Nova Laranjeiras, indígenas são frequentemente atropelados na pista. Além do deslocamento, a população indígena realiza a venda de artesanatos nas margens das rodovias, visto ser esta a principal fonte de renda das famílias da terra indígena. Porém, os locais de exposição dos produtos são perigosos e não existem acostamentos para a parada de motoristas para a compra dos artesanatos.

Foram realizados estudos pela FUNAI sobre os atropelamentos nas rodovias, e existem processos que são acompanhados pelo Ministério Público desde o ano de 2012, com solicitações da população indígena para a construção de uma via de acesso ao município que passe por dentro da terra indígena, evitando a exposição nas rodovias. Porém, até o momento não houve nenhuma ação.

As populações indígenas lutam pela demarcação de terras para que possam viver de acordo com seus costumes, valores, crenças e modos de vida, porém, com a restrição de espaços para o trabalho e sustento nas terras indígenas, a população busca por empregos formais e/ou informais nos municípios e fazendas nos entornos das aldeias. Os postos de trabalho mais comuns no estado do Paraná ocupados por indígenas são em frigoríficos, plantações (de fumo, erva mate, entre outras), serviços de pavimentação, calçamento de ruas e trabalhos em fazendas.

O atendimento à população indígena, conforme estabelecido na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNAPSI), deve ser garantido de acordo com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS). A oferta do atendimento na atenção primária em saúde é de responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), já os atendimentos/tratamentos relacionados à atenção secundária e terciária devem ser garantidos pelos municípios e estados. Desta forma, todos os estabelecimentos de saúde devem estar preparados e amparados para receber as demandas específicas das populações indígenas, sejam elas demandas compreendidas como biomédicas e/ou demandas relacionadas a questões culturais, como a alimentação diferenciada em locais de acolhimento e internação, presença de acompanhante familiar e intérprete, inclusão de tratamentos dos cuidadores tradicionais, respeitando as diferentes cosmovisões e formas de organização social dos povos.

Atualmente, é comum que as mulheres indígenas no Paraná realizem partos hospitalares, visto que as condições e concepções de parto tem mudado com o passar das gerações e com a intervenção das equipes de saúde em territórios indígenas. Desta forma, é essencial que os procedimentos e protocolos hospitalares sejam adequados às necessidades dessas mulheres. Deve ser respeitado o desejo da mulher indígena em levar a placenta para ser enterrada em seu território, conforme suas tradições. Além de respeitar o direito de não registrar a criança de imediato no ambiente hospitalar, visto que para algumas etnias, a criança indígena é nomeada apenas pelo rezador em um ritual de batismo.

A venda de artesanato é uma das principais atividades geradoras de renda para as famílias indígenas do estado do Paraná, em especial para os indígenas da etnia Kaingang. Para a comercialização dos produtos, as famílias se deslocam aos municípios e permanecem em trânsito sem as condições mínimas necessárias à

sobrevivência, como alimentação e locais adequados para pernoitar nas cidades. A implantação de Casas de Passagem para o abrigo dessas famílias se faz urgente em todo o Estado, com a garantia de alimentação de acordo com os costumes de cada povo e o acolhimento das necessidades das crianças e adultos no período de estadia.

Em abril deste ano, durante o Acampamento Terra Livre realizado em Brasília, lideranças e movimentos indígenas de todo o país elaboraram um documento intitulado: “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política” com reivindicações que foram descritas em 5 grandes eixos: I - direitos territoriais indígenas – demarcação e proteção aos territórios indígenas já!; II - retomada dos espaços de participação e controle social indígenas; III - reconstrução de políticas e instituições indigenistas; IV - interrupção da agenda anti-indígena no congresso federal; e finalmente o Eixo V, que trata da criação de uma agenda ambiental.

^[OBJ] Uma das propostas do documento final referente aos direitos territoriais é a constituição de uma Força Tarefa Interministerial para criar Planos Permanentes de Proteção das Terras Indígenas, bem como assegurar recursos e condições necessários para a sua manutenção e a participação direta das comunidades indígenas.

Em relação ao exercício do direito de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas em conformidade com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), destaca-se a importância do respeito aos protocolos autônomos de consulta e consentimento elaborado pelos povos e comunidades e apontaram para a necessidade de criação de mecanismos específicos de proteção a indígenas defensores de direitos humanos, com recursos financeiros e estrutura administrativa condizente.

Também foi proposto o reconhecimento da contribuição dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais na preservação da biodiversidade

brasileira, criando mecanismos de reconhecimento pelo serviço ambiental prestado e incentivando iniciativas indígenas.

Propostas

1. Defesa de uma política radical de demarcação de terras, garantindo a restituição de seus territórios, acompanhada de programas de reflorestamento da mata original, proteção das áreas preservadas e monitoramento do sistema aquífero.
2. Criação de Centros Culturais Indígenas, espaços para eventos culturais, vendas de artesanatos, encontros culturais e exposições, com o objetivo de divulgar e fortalecer a identidade e cultura dos indígenas no Paraná.
3. Fomento à agricultura familiar e comunitária indígena, de acordo com a demanda local e possibilidades territoriais para a plantação e criação de animais.
4. Fortalecimento de projetos internos das comunidades indígenas, como projetos de jovens comunicadores, encontros geracionais e de parteiras. A fim de incentivar e valorizar a transmissão de conhecimentos intergeracionais.
5. Criação de planos de proteção locais de indígenas em territórios demarcados e em áreas de retomadas.

16. Combate ao machismo e violência de gênero

Ainda que não seja um fenômeno de caráter exclusivamente contemporâneo, discutir e elaborar estratégias de enfrentamento à problemática da violência doméstica e familiar tem sido uma pauta recente na sociedade brasileira, onde o movimento feminista em suas mais diferentes vertentes teve, e segue tendo, um papel fundamental, sobretudo a partir das décadas de 70 e 80.

Durante a Ditadura Militar de 1964, quando alguns segmentos mais combativos se organizaram para reivindicar a anistia política aos militantes e ativistas que foram vítimas de violência militar, houve avanço também na denúncia da violência cometida contra as mulheres dentro dos lares.

Assumindo que a violência doméstica é não somente uma violação dos direitos humanos, mas também um importante problema de saúde pública, uma resposta do Estado foi necessária a esta demanda, e após inúmeras mobilizações envolvendo movimentos sociais, juristas da área e demais entidades governamentais, no ano de 2006 ocorre a promulgação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que considera a violência doméstica nos termos do seu artigo 7º, nas formas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e violência moral.

Somente no ano de 2019, o Ministério Público do Paraná (MPPR) recebeu 15.462 denúncias de violência doméstica e familiar em todo o estado, e no ano de 2020, mesmo sabendo do aumento dos casos devido ao contexto de isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19, esse número ficou em 12.741 casos registrados, demonstrando uma subnotificação devido a dificuldade enfrentada pelas mulheres em conseguir acessar os instrumentos formais de denúncia.

Já a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), responsável por realizar atendimentos aos casos de violência doméstica na capital do Estado através do seu posto avançado localizado na Casa da Mulher Brasileira, afirmou por meio da sua Coordenadoria de Planejamento que, ao passo que tenham sido registradas 2.857 casos de denúncias no ano de 2020, em 2021 esse número saltou para 6.540, representando um aumento de 129% se comparado ao mesmo período do ano anterior, demonstrando, igualmente, que, no início da pandemia as mulheres que se encontravam em situação de violência doméstica e familiar em Curitiba também acessaram menos os canais de denúncia uma vez que se encontravam sob o jugo de seus parceiros em uma dinâmica violenta de relacionamento durante o isolamento social.

Entendendo que a violência doméstica se apresenta enquanto uma das expressões possíveis da violência de gênero, e que sua expressão última se traduz no feminicídio de milhares de mulheres, vale destacar que somente entre os anos de 2008 à 2018 o Brasil apresentou um aumento de 4,2% nos homicídios de mulheres. De acordo com o Atlas da violência de 2021, no ano de 2019 houve 3.737 homicídios de mulheres no país, porém se a violência letal contra as mulheres for analisada a partir dos registros de mortes violentas por causa indeterminada (quando não há a

especificidade da morte ter ocorrido por meio de homicídio, acidente ou suicídio), o número salta para 16.648 casos em âmbito nacional.

Aqui cabe frisar a diferença existente entre casos considerados enquanto homicídios de mulheres, dos feminicídios propriamente, uma vez que o homicídio pode se dar em contextos onde a mulher é assassinada sem que haja qualquer motivação de gênero, por exemplo, em um latrocínio ou um acidente de trânsito. Diferente do feminicídio, onde a motivação de gênero está expressa em casos onde, por exemplo, a mulher acaba sendo assassinada após dar fim a um relacionamento mediante a inconformidade do ex-companheiro frente ao término, indicando que por ser considerada uma extensão da propriedade privada, a mulher é entendida como pertencente ao homem, e só cabe a ele por fim ao relacionamento quando este lhe for conveniente.

Em 2015 houve a promulgação da Lei 13.104, que alterou o Código Penal e instituiu o feminicídio enquanto uma qualificadora do crime de homicídio, passando a considerar casos em que as mulheres são assassinadas no contexto que envolve violência doméstica e familiar em decorrência da sua condição de gênero, como exemplificado anteriormente, e portanto o feminicídio passa a ser considerado um tipo específico de homicídio doloso.

Contudo, ainda que o feminicídio exista na legislação brasileira, esta categoria não costuma aparecer nos atestados de óbito produzidos pelo sistema de saúde, tendo em vista que a tipificação legal é de responsabilidade da esfera da justiça criminal, o que faz dificultar o entendimento de qual é de fato a realidade das nossas mulheres no país. Mas considerando que grande parte das mortes violentas ocorridas dentro das residências são consumadas por conhecidos ou parceiros íntimos dessas mulheres, os dados disponíveis nos dão um parâmetro para entendermos essa realidade.

De acordo com a Polícia Civil do Paraná, entre os anos de 2019 a 2021, das 981 mortes violentas de mulheres registradas, 291 casos foram de feminicídios, onde o perfil majoritário da mulher era jovem/adulta (de 35 a 45 anos) representando 32% das vítimas, 63% destas mortes ocorreram dentro de suas residências e 78% foram cometidos dentro de uma relação íntima, seja a atual ou a anterior em que as mulheres estavam envolvidas. Curitiba e região metropolitana figuram em primeiro lugar com 55 feminicídios notificados, seguido de Cascavel com 26 e Maringá com 25 casos registrados, e entre o mesmo período foram solicitadas ainda 90.594 medidas protetivas de urgência em todo o Estado.

Já os dados de 2021 do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) trazem que somente no ano de 2020, por meio das suas Promotorias de Justiça em todas as comarcas do Estado, a instituição ofereceu denúncia criminal em 165 casos de feminicídios (considerando também neste íterim as tentativas de homicídio

cometidos contra mulheres levando em conta sua condição de gênero), e no ano de 2019 os números ficaram em 176 denúncias.

Ao analisarmos do ponto de vista da raça/etnia, ao passo que o total de mulheres negras vítimas de homicídios apresentou um aumento nacional de 2% entre os anos de 2009 e 2019, passando de 2.419 vítimas para 2.468, o número de mulheres não-negras assassinadas teve uma redução de 26,9% durante o mesmo período, passando de 1.636 para 1.196 vítimas registradas, e somente no ano de 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, sendo que no Estado do Paraná esse percentual fica em 37%.

Sabemos o quanto o patriarcado e o racismo são fundamentais para a vigência do modo de produção capitalista, uma vez que por meio dessas estruturas são viabilizadas não somente uma maior exploração da força de trabalho de um contingente de mulheres que seguem recebendo os menores salários e ocupando os piores postos de trabalho, mas também as submetendo a opressões e violências diárias devido a sua condição de gênero, tornando a problemática da violência doméstica e a sua expressão mais bárbara - o feminicídio, numa realidade cada vez mais recorrente em nosso cotidiano, sobretudo quando nos referimos às mulheres negras que sofrem de forma muito mais ostensiva com toda a opressão e exploração imposta pelo racismo, pelo patriarcado e pelo capital.

Como forma de combate à violência de gênero e suas múltiplas expressões, defendemos que esta temática seja reafirmada primordialmente enquanto um problema pertencente à esfera da saúde pública, para que limpemos o campo do fundamentalismo religioso que, com o ascenso da extrema direita nestes últimos anos, tem atravessado de forma cada vez mais reacionária essa pauta. Sobretudo a nível nacional, após a eleição do governo Bolsonaro à presidência da República, e de figuras como Damare Alves que ocupa hoje o cargo de ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, e postula um discurso ideológico conivente com o ideal de família burguesa, defendendo a premência da moral e bons costumes conservadores que em nada auxiliam no cenário de violência doméstica e familiar apresentado, uma vez que diante de discursos como estes, as mulheres sentem-se coibidas a continuar na dinâmica do relacionamento violento em prol da sustentação do seu papel enquanto esposas e mães, ainda que suas vidas sejam constantemente colocadas à prova nesse contexto.

Diante da imediatez da problemática, propomos também que haja o fortalecimento, qualificação e ampliação dos instrumentos formais de denúncia, como as Delegacias da mulher, Patrulha Maria da Penha, e núcleos da Defensoria Pública, Ministério Público e do Poder Judiciário que estão voltados para as questões de gênero e enfrentamento da violência doméstica, além do incentivo a construção de casas abrigo e centros de atendimento à mulher para que o Estado consiga acolher e proteger de maneira mais efetiva e célere a vida das mulheres. Não fazemos, porém, uma defesa cega do fortalecimento dessas instituições, entendendo seu papel na luta de classes em manter o poder nas mãos da classe dominante, trabalhando pela manutenção do racismo estrutural com políticas de encarceramento em massa da

população negra e em alinhamento com o patriarcado e o Estado burguês, protegendo a propriedade privada e os interesses da burguesia.

Segundo dados de 2021, apenas 5% das cidades do Paraná contam com Delegacias da mulher, e o cenário atual é de falta de profissionais qualificados para atender às demandas das vítimas, sem preparo com uma perspectiva de gênero - um cenário que se intensifica nos casos que são atendidos em unidades tradicionais sem acompanhamento especializado. O despreparo dos profissionais faz com que muitas vezes as vítimas sejam recebidas com hostilidade e culpabilização, gerando novas violências que as afastam de denúncias formais, pois, além dos constrangimentos relatados nos atendimentos, as vítimas ainda podem ter sua segurança comprometida.

Dessa forma, nossa proposta visa a ampliação das delegacias especializadas com a qualificação dos profissionais para que possam efetivamente acolher as demandas e assegurar as medidas de proteção à vítima, com ampla divulgação para a população sobre os mecanismos de denúncia para violência de gênero. Entendendo que o próprio Estado não se configura enquanto uma entidade abstrata que se localiza acima dos interesses de classe, nós, comunistas, compreendemos que somente as vias legais e que perpassam os campos da segurança e saúde pública nos limites das instituições burguesas, ainda que com os devidos esforços para o seu aprimoramento, não dão conta sozinhas de solucionar este complexo problema.

Pois, ainda que compreendamos que é responsabilidade do Estado desempenhar um papel imprescindível para salvaguardar a vida e a integridade das mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e familiar, entendemos que é urgente também o avanço de consciência da própria classe trabalhadora em relação a esse problema, de modo que a classe compreenda que a relação existente entre a violência de gênero e suas múltiplas expressões, é inerente e impossível de ser descolada da própria luta de classes, e que, portanto, a sua superação só será possível mediante a superação da sociedade de classes.

Para tanto, dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendemos que a própria classe se encontre em condições para se auto organizar, se fortalecer e se emancipar para além dos ditames do Estado burguês e de suas instituições que o sustentam. No que concerne à problemática da violência doméstica, cientes da dependência afetiva e financeira em que as mulheres se encontram, defendemos que estas tenham acesso às discussões e debates que perpassem o tensionamento entre os papéis de gênero desempenhados em nossa sociedade, e qual é a sua importância para a divisão sexual do trabalho, que aprisiona e reduz as mulheres às tarefas do cuidado e de reprodução da força de trabalho, além de tensionarmos também o papel da família mononuclear burguesa neste contexto, e que diante de espaços de debate, escuta e acolhimento, possamos desenvolver estratégias coletivas que visem engendrar a autonomia emocional e financeira das mulheres — sem que nos deixemos enganar pela falácia do empreendedorismo —,

para que elas possam, enfim, desenvolver mecanismos que contribuam no rompimento do ciclo da violência.

Há que considerar também a dinâmica patriarcal nos espaços - sabidamente limitados - de representatividade política mesmo na institucionalidade burguesa. Segundo o Mapa das Mulheres na Política publicado pela ONU em 2020, o Brasil está em 142º lugar no ranking de representatividade feminina no Parlamento, apontando que também na política institucional as mulheres se encontram marginalizadas. O mesmo relatório indica que as mulheres compõem apenas 25,4% dos parlamentares do mundo; no Brasil a situação mostra-se ainda mais agravada, com mulheres ocupando apenas 15,2% dos cargos na Câmara e 12,4% dos assentos no Senado. Em 2018, as mulheres representaram 15,49% dos deputados eleitos e 3,7% dos governadores. No Senado são 12 senadoras para 68 senadores e 77 deputadas federais para 436 deputados homens eleitos, destes cargos apenas 2,36% são ocupados por mulheres negras.

Neste mesmo sentido, o estado do Paraná também apresenta números críticos. A ALEP, por exemplo, teve a sua primeira deputada somente em 1947. Quando a Mesa Diretora é analisada, a situação se acentua: em 168 anos, apenas três mulheres estiveram presentes na mesa executiva. Em 2022, a ALEP possui cinco deputadas (9,25%) e nenhuma delas está na mesa diretora. Quanto às comissões permanentes, só são mulheres presidentes ou vice-presidentes as de duas: Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência e a Defesa dos Direitos da Mulher. É possível perceber um grave isolamento da mulher apenas às questões referentes ao trabalho do cuidado e ao gênero, quando a mulher deve participar de toda a esfera política e não apenas dessas pastas. Temos plena consciência de que apenas a representatividade não é suficiente para realizar a necessária política feminista e classista, mas esses dados apontam para a profundidade da questão também nessa esfera institucional.

Defendemos veementemente a criação de lavanderias, cozinhas/restaurantes, creches e escolas públicas e de qualidade, para que possamos coletivizar o trabalho do cuidado, que hoje é majoritariamente relegado às mulheres. Nosso compromisso é que, com a ruptura radical e revolucionária com a ordem burguesa, possamos construir um Estado Socialista que oportunize às mulheres ocuparem cada vez mais os espaços de educação para a sua qualificação, e que com a reorientação das forças produtivas, as mulheres possam estar cada vez mais inseridas no processo produtivo para além das ocupações hoje tidas como “femininas”, e que possam também participar cada vez mais de uma vida política verdadeiramente comprometida com os interesses e necessidades da nossa classe, pois defendemos um Estado que seja feminista, anti-rascista, anti-LGBTfóbico e socialismo, e em rumo ao comunismo.

Propostas

1. Fortalecimento, qualificação e ampliação dos instrumentos formais de denúncia, como as Delegacias da mulher, Patrulha Maria da Penha, e núcleos da Defensoria

Pública, Ministério Público e do Poder Judiciário que estão voltados para as questões de gênero e enfrentamento da violência doméstica.

2. Ampliação das delegacias especializadas com a qualificação dos profissionais para que possam efetivamente acolher as demandas e assegurar as medidas de proteção à vítima.
3. Incentivo a construção de casas abrigo e centros de atendimento à mulher para vítimas de violência.
4. Ampla divulgação para a população sobre os mecanismos de denúncia para violência de gênero.
5. Criação de espaços de debate, escuta e acolhimento, possamos desenvolver estratégias coletivas que visem engendrar a autonomia emocional e financeira das mulheres.

17. Mulheres Trabalhadoras

Muito se fala sobre as mulheres terem adentrado espaços de trabalho fora do âmbito doméstico a partir da década de 1960. Essa narrativa, porém, ignora que mulheres pobres e negras sempre mantiveram ofícios no exterior de suas casas, muitas destas sendo as únicas provedoras e chefes de família. Foram, na verdade, as mulheres da classe média que adentraram de forma massiva o mercado de trabalho extra-doméstico na segunda metade do século XX. Para este grupo restrito de mulheres, de maioria branca, até o século XIX, os ambientes público e privado eram bem delimitados. Isso se relacionava à referência de família burguesa, na qual os homens seriam os responsáveis pelo sustento financeiro enquanto à cargo das mulheres estava o trabalho doméstico e de cuidado. Nesse quadro, era mal visto que uma mulher trabalhasse “fora”, pois isso indicava incapacidade do homem de prover. Entretanto, a partir deste período, a divisão imaginária entre estas esferas se tornará menos rígida com a introdução das mulheres na vida social e pública a partir dos cafés, teatros e outros ambientes de socialização que passarão a surgir e a se consolidar no século XX.

Ao longo dos últimos séculos e, particularmente, nas últimas décadas, as mulheres tomaram postos de trabalho tornando-se cada vez mais imprescindíveis para o giro da máquina capitalista. Esta importância se dá não apenas pela sua força de trabalho, mas também pelo papel que as mulheres desenvolvem ao exercerem a dupla ou tripla jornada, ou seja, exercem seus ofícios remunerados e ainda são incumbidas do cuidado com a casa, a família e os filhos, atuando como profissionais de suas respectivas áreas no ambiente público e no privado como mãe, dona de casa, cozinheira, profissional doméstica e babá.

A própria compreensão da ideia de trabalho, de modo que não se restrinja ao trabalho remunerado e inclua, portanto, também as atividades exercidas historicamente pelas mulheres no âmbito doméstico, é fruto da luta feminista. Foi a partir das décadas de 1960 e 1970 que o movimento feminista, além de movimento social, passa a ser construído também enquanto projeto intelectual, com a maior participação das mulheres nas universidades, o que levou a, dentre outros questionamentos, uma crítica do conceito vigente de trabalho, que não considerava o trabalho doméstico como trabalho.

O quadro atual de sobrecarga feminina se agravou perante a pandemia. Um estudo (SEMPARAR, 2021) realizado entre abril e maio de 2020, contando com a colaboração de 2.641 mulheres, apontou que 50% das mulheres entrevistadas tiveram de cuidar de outra pessoa, na zona rural este índice atinge 62%; desses percentuais, 52% foram mulheres negras que tiveram de assumir esta função extra de cuidado, entre as brancas o índice foi de 46% e entre indígenas foi de 50%. O mesmo estudo apontou que 55% das mulheres desempregadas entrevistadas eram negras, dado este que corrobora para a perspectiva geral de que as mulheres pretas

estão em uma situação de vulnerabilidade muito maior em comparação com as brancas.

É importante chamar atenção para outras questões que afetam as mulheres e sua relação com o trabalho. Segundo a amostragem feita pelo IBGE, as mulheres compõem 51,2% da população paranaense, compondo as mulheres negras 34,5% da população feminina estadual. O mesmo estudo aponta o aumento crescente de mulheres responsáveis pelos domicílios: em 2012 a porcentagem era de 32,7%, já em 2019 a taxa aumentou para 47,7%. E mesmo em caso de relações matrimoniais ou por união estável, a sobrecarga feminina se mantém como uma constante: como aponta a relatoria da PNAD, o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico semanal pelas mulheres, tanto a nível estadual quanto a nível nacional, fica em torno de 21 horas, já os homens dedicam cerca de 11 horas semanais. O Plano dos Direitos das Mulheres, em sua segunda edição, aponta inclusive que a existência de um cônjuge masculino faz com que as mulheres tenham de aumentar o tempo de dedicação às atividades domésticas, ou seja, mulheres solas costumam necessitar de menos tempo para concluir seus afazeres domésticos semanais, tendo sua carga de trabalho aumentada ao conviver com um homem, necessitando devotar 40% a mais de dedicação nas atividades nesta circunstância.

Nesse sentido, é ilustrativo o que mostrou a pesquisa da PNAD de 2018 com relação a distintas tarefas domésticas. Assim, “preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça” foi a atividade com maior diferença de participação entre homens e mulheres dentre todas as tarefas domésticas. No ano da pesquisa, 95,5% das mulheres realizaram esta atividade, contra 60,8% dos homens. É importante ressaltar que nestes mapeamentos não está incluso a tarefa de gerenciamento de atividades domésticas; a antecipação e planejamento são quase invariavelmente tarefas designadas às figuras femininas das famílias, fazendo com que haja uma carga de trabalho somada ao tempo despendido à execução das funções domésticas.

De acordo com relatório desenvolvido pela CEPAL (2021), cerca de 118 milhões de mulheres latino-americanas estariam em situação de pobreza, portanto, houve um aumento de 23 milhões se comparado com os dados de 2019. Concernente ao período atual no Estado paranaense, devido a pandemia, podemos notar um crescimento na taxa de pessoas sem empregos formais, embora as mulheres sejam mais afetadas por este fenômeno, PNAD elaborado em 2021 aponta que o Paraná possui a terceira menor taxa de desocupação feminina. A mesma pesquisa, porém, aponta que o Paraná está em terceiro lugar no que compete à maior diferença salarial entre homens e mulheres, estas recebendo em média 28,5% a menos do que os homens exercendo a mesma ocupação, esta disparidade se agrava ao considerarmos questões de etnia: as mulheres negras recebem 54,9% a menos que homens brancos, 28,9% a menos que homens negros e 33,3% a menos que mulheres brancas. Já os homens negros recebem 36,6% a menos que homens brancos e a discrepância salarial entre homens e mulheres brancas é 32,4%.

Alguns fatores influenciam na desvalorização salarial feminina, dentre os quais podemos citar as oportunidades reduzidas de emprego se comparado com as

oportunidades fornecidas aos homens. Concernente à questão étnica podemos evidenciar o nível de escolaridade, tendo em vista que a população negra historicamente possui acesso reduzido ao ensino de uma maneira geral, culminando na ocupação de vagas de trabalho precarizadas e mal remuneradas. Outro ponto a ser elucidado é o ônus da maternidade às mulheres delegado, fazendo com que as mulheres mães possuam rendimentos menores, tendo muitas vezes que lidar com a ausência de vagas em creches e necessidade de abandono de emprego ou demissão por questões relacionadas à maternidade devido a intolerância por parte das empresas.

Embora a RAIS aponte que as mulheres ocupam cerca de 45% dos cargos gerenciais, este índice se mostra insuficiente devido ao percentual de homens em empregos formais que é superior aos índices femininos, além disso, é necessário mencionar que, se em alguns setores as mulheres são a maioria na força de trabalho, em outros, sua presença é minoritária. O relatório ONU Mulheres (2020) indicou que cerca de 70% dos trabalhadores da área de saúde no mundo são mulheres, corrobora com este dado o índice de mulheres no setor de enfermagem brasileiro que atinge 85%; em outros setores, como citado acima, as mulheres apresentam participação laboral muito inferior, sendo o caso da Extração Mineral, Construção Civil e Agropecuária, não ultrapassando 20% de participação. Outro ramo que possui participação laboral feminina maciça é no setor doméstico, contando com ocupação de 92,2%, ou seja, cerca de 10% da população feminina trabalhadora ocupa empregos na área doméstica (PNAD, 2021)

Propostas

1. Garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres sem rebaixamento dos salários.
2. Ampliação da licença maternidade, com garantia de estabilidade no retorno ao trabalho e regulamentação da licença paternidade.
3. Emancipação da mulher dos trabalhos domésticos através da construção de creches, refeitórios e lavanderias públicas e coletivas.
4. Direito universal ao trabalho, com garantia da estabilidade no emprego para todas as trabalhadoras, proibindo a demissão sem justa causa e redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução de salário.

18. Combate ao racismo e violência contra a população negra

O racismo, como processo histórico e político, é definido por seu caráter sistêmico. Como herança do colonialismo não se configura como sendo apenas uma conduta e/ou “ato discriminatório”, mas também como um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem e influenciam nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas com o objetivo de dominação. O racismo é sempre um fenômeno estrutural, pois é decorrência e determinante da própria estrutura social, política, econômica e jurídica do Estado burguês.

A população negra veio para o Brasil sequestrada e foi escravizada durante séculos, tendo sido, junto com os indígenas, os responsáveis pela construção do país, pois eram eles os trabalhadores. Após a abolição, em 1888, a situação do povo negro continuou precária, pois nesse período o Estado incentivou a vinda de imigrantes europeus, os quais, além de outros benefícios, tinham preferência para compor a nova classe trabalhadora assalariada. Essa vinda de imigrantes foi parte de um projeto de embranquecimento da população. Nesse contexto, em muitos casos, a única possibilidade de sustento para essa população veio das mulheres negras, por meio do trabalho doméstico.

A sociedade capitalista, que tem em sua base a exploração de uma classe sobre a outra, desde sua gênese dependeu da opressão e da força para submeter um grupo de pessoas ao outro. A escravidão como instrumento de acumulação de capital já ocorria na Europa, mas foi em África que se consolidou o mercado de pessoas escravizadas, tendo como motor para tal processo, a chegada dos europeus à América, sua colonização e exploração de matérias primas.

Durante o processo colonial, diante da necessidade de justificativa da opressão e exploração escravizada dos povos originários do Brasil e daqueles trazidos de África, o racismo estrutura-se como fator basilar na constituição do Estado Brasileiro, resultando na legitimação da exploração e escravização desses povos. Com destaque para a prática sistemática de estupro de indígenas e negras, além das mais cruéis formas de violência e tortura, levando até mesmo a morte.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil (1807) é acompanhada da formação de um órgão de segurança para atuar como agente repressor permanente de insurreições: a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia. Tal órgão, surge tendo como símbolos pistolas cruzadas, uma coroa e ramos de cana de açúcar e de café, explicitando o objetivo de manutenção da propriedade privada da realeza e dos grandes senhores de plantations. Essa articulação se dá sobretudo diante do histórico de luta e resistência do povo negro que já havia demonstrado sua força em episódios como o Quilombo dos Palmares e a Revolução Haitiana (1791-1804).

A passagem da escravidão para o trabalho livre, no final do século XIX, não garantiu a liberdade propagandeada pelos liberais. Por conta da ideologia racista de branqueamento e o estímulo à vinda de imigrantes europeus para substituir a força de trabalho escravizada até então composta por negros e negras, o fim da escravidão

acabou por produzir marginalização e segregação. A mudança para cidades, não absorveram a massa de desempregados, aliado a ideologia racista, que estigmatizou e dificultou a integração da população negra na nascente sociedade capitalista brasileira, resultou no subemprego, o crime e a miséria.

A criação da categoria “pardo” serve à despolitização da população negra, uma vez que leva à identificação dessas pessoas como “não negras”, portanto, supostamente não afetadas pelo racismo. A suposta democracia racial, muito difundida até hoje, constitui-se como barreira para compreender a questão racial brasileira. No Paraná, essa ideia tomou vias extremas através do movimento Paranista, um movimento artístico e ideológico que serviu de base para a construção de uma identidade paranaense que exclui a presença da população negra na formação social do estado, centrada em imigrantes europeus e seus descendentes em conjunto com o determinismo climático (concepção igualmente eugenista). Isso se desdobra nos dias de hoje com a contínua negação da cultura negra e indígena no Estado do Paraná e falta de políticas estaduais direcionadas à essas populações.

Com isso, a estrutura capitalista está intrinsecamente relacionada com o racismo. Negros e negras ocupam os empregos mais precários e são a maioria entre a população desempregada, possuem as maiores dificuldades para acesso à educação formal e são a maioria da população vítima de violência estatal. A possibilidade do aumento dos lucros para os capitalistas, através de menores salários para a população negra, permite que a taxa de exploração sobre a classe trabalhadora seja ainda maior.

Propostas

1. O combate permanente ao racismo deve realizar-se não apenas em uma dimensão cultural e de valores, mas por meio da efetiva garantia dos direitos e condições dignas de vida.
2. Defesa da política de cotas raciais.
3. Defesa da liberdade de culto religioso, combate ao preconceito e aos ataques às religiões de matriz africana e o fim do genocídio dos povos indígenas e do povo negro.

19. Violência contra a população LGBT

Há anos o Brasil carrega o título de país que mais mata pessoas LGBT no mundo e todo esse fenômeno da violência contra a população lésbica, gay, bissexual, transgênero, intersexo e demais dissidências sexuais e de gênero (LGBT), é um fenômeno histórico e político, com duas dimensões principais, a simbólica e a física.

Na dimensão simbólica a violência atua pela imposição da ideia de um modelo único e compulsório da família nuclear burguesa, cisgênero, heterossexual e biparental, que anula as dissidências sexuais e de gênero. Aqui o recurso dos estereótipos e estigmas é usado para marcar as pessoas LGBT como agentes desviantes, de contaminação e degeneração, com discursos morais, sociais, biológicos, religiosos e médicos para manter essas pessoas em condições de precariedade e exploração. Já na dimensão física, a violência é corporal e mais explícita, se materializando na forma de abandonos, de estupros corretivos desses corpos desviantes, tortura, espancamentos, suicídios e por fim, homicídios.

Essas dimensões se sobrepõem, visando o extermínio, apagamento e silenciamento de sexualidades e expressões de gênero dissidentes no capitalismo dependente no Brasil.

Abordar as questões da violência contra as pessoas LGBT é sempre um desafio, primeiro porque só recentemente em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o primeiro levantamento de dados dessa população, dados esses que causam espanto e questionamentos, por apresentarem uma população muito menor do que encontramos na realidade, devido problemáticas que envolvem a amostragem do estudo e características do público alvo (LGBT).

Além disso, o Censo 2022 não incluirá questões referentes à orientação sexual ou identidade de gênero, demonstrando a invisibilidade que a população LGBT está submetida pelo Estado brasileiro. Com a ascensão de movimentos reacionários, moralistas e conservadores nos últimos anos no país, políticas públicas contra a LGBTfobia sofreram desmontes e extinções no governo de Jair Bolsonaro e Damares Alves, causando um desfalque quantitativo e qualitativo nas pesquisas de dados sobre a violência LGBTfóbica.

Com esse descaso e despreocupação do Estado em relação ao fenômeno da violência LGBTfóbica, a sociedade civil organizada passa a assumir a tarefa de mensurar esses dados e indicadores, é o caso do Grupo Gay da Bahia (GGB), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e o Observatório de Mortes e Violências contra LGBT no Brasil, que realizam contagens de casos de pessoas LGBT vítimas de violência e apresentam relatórios anuais disponibilizados em suas páginas na internet com metodologias limitadas ao alcance de suas redes.

Segundo o relatório de 2021 do GGB, 300 LGBT sofreram morte violenta fruto da LGBTfobia no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). Sendo a região nordeste com mais incidências de mortes violentas. O dossiê do Antra mostrou o assassinato de pessoas transgênero durante

2021 no Brasil, pelo menos 140 pessoas trans foram assassinadas por transfobia. Já o dossiê do Observatório, denuncia que durante o ano de 2021 ocorreram 316 mortes LGBT de forma violenta no país. Dessas mortes 285 foram assassinatos, 26 suicídios e 5 outras causas.

Segundo esses relatórios, em 2021 ocorreram no Paraná, 19 mortes violentas de pessoas LGBT, sendo 7 de pessoas trans durante o período. Esses relatórios chamam atenção para o aumento considerável de casos de violência e/ou assassinato no ano passado em comparação com 2020. Sendo homens gays, travestis e mulheres transexuais a maioria das vítimas.

Para comparação, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) através do portal “Atlas da Violência” reúnem, organizam e disponibilizam informações sobre violência no Brasil, passaram a reunir dados sobre a população LGBT no seu relatório anual somente a partir de 2019. No Atlas de 2021, foram trabalhados com dois conjuntos de dados: um referente à produção do Disque Direitos Humanos (Disque 100), vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); e o outro produzido pelo Sistema Nacional de Informações e Agravos de Notificações (Sinan), do Ministério da Saúde.

O Disque 100 é um meio de conexão direta da população com o poder público e serve para a denúncia da violência sofrida por diferentes grupos sociais, os dados da violência contra as pessoas LGBT vão até o ano de 2019, ano em que ocorre uma queda drástica nas denúncias em relação aos anos anteriores. O discurso conservador predominante, faz com que essa população sintam-se cada vez menos segura em denunciar a violência LGBTfóbica.

Os dados do Sinan, são referentes as LGBT que sofreram violência e procuram atendimento no sistema de saúde brasileiro e apresentam um outro efeito da violência brutal. As pessoas LGBT costumam esconder suas orientações e identidades e isso causa problemas quando buscamos estabelecer indicativos e combater a invisibilidade recorrente. Escondem porque é perigoso e temem que seus direitos sejam negados, incluindo direitos sociais básicos, como o acesso à saúde. Novamente vemos um crescimento da violência em relação a anos anteriores.

As LGBT estão nos empregos precários, nos setores mais explorados e isso não é por acaso, a opressão é lucrativa para o capital, seja como consumidoras com o *pink money*, seja para manter a nossa classe desorganizada e produzindo riquezas na base do medo e invisibilidade.

É verdade que os direitos civis como o casamento homoafetivo, a adoção por casais homoparentais, e a alteração do nome e gênero no registro civil que foram conquistados nas últimas décadas impactaram positivamente a vida das LGBT, mas para enfrentar a violência sistêmica é preciso ir mais a fundo na defesa de direitos sociais.

O direito à moradia digna é importante às LGBT, boa parte é expulsa de casa quando sai ou é retirada a força do “armário”, vive em condição de rua e abandono e

por acessar empregos precários, arriscados como, por exemplo, a prostituição, ficamos reféns de aluguéis abusivos ou moradias em locais violentos e marginalizados. As políticas públicas de moradia raramente incluem a população LGBT como público prioritário, principalmente quando falamos de travestis, mulheres e homens transexuais.

As populações LGBT vivem no contexto de preconceito, discriminação e violência, fatores que causam adoecimento nessas populações, bem como dificultam o acesso ao SUS. No Paraná, em 2016, foi criado o Centro de Pesquisa e Atendimento a Travestis e Transexuais (CPATT), uma unidade ambulatorial que oferece assistência diagnóstica e terapêutica especializada às pessoas com indicação para a realização do processo transexualizador. Contudo, esse serviço é único no Paraná e se propõe a acolher usuários de todos os municípios do estado.

O CPATT - Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais do Paraná - inaugurado em 2013 atendeu, até o momento, cerca de 850 usuários, sendo 54% mulheres trans e 46% homens trans. Destes, aproximadamente 400 permanecem como usuários ativos e em efetivo acompanhamento multiprofissional. O número de usuários ativos informado pela Sesa é muito pequeno quando comparado à estimativa da população trans e travesti total residente no Paraná. Em junho, o portal de jornalismo investigativo Livre.jor fez cálculo para estimar a população LGBT no Paraná, tendo como base dados do Ministério da Saúde. O resultado é um total de 973 mil pessoas, sendo 57 mil pessoas trans e travestis. Estima-se que em todos os 399 municípios do Paraná existem pessoas LGBT.

Um ponto fundamental para o tratamento da população de transexuais e travestis é o tratamento hormonal, sendo que seu uso errado ou indiscriminado tem consequências nocivas para seus usuários. Deste modo, é preciso que o uso seja feito de forma humanizada para toda a população que necessita. No Paraná, o acesso ao tratamento adequado e gratuito vem sendo dificultado. Dos 399 municípios do estado, apenas a capital, Curitiba, oferece a hormonioterapia e essa falta de acesso tem consequência para essa população que já tem seus direitos de vida violados. As condições financeiras impedem a permanência na capital para realizar o tratamento adequado, tendo que recorrer ao apoio de ONGs, como o Grupo Dignidade que auxilia a população LGBT do Estado que não possui condições de sobrevivência.

Propostas:

1. O combate permanente a violência contra a população LGBT deve realizar-se não apenas em uma dimensão cultural e de valores, mas por meio da efetiva garantia dos direitos e condições dignas de vida.
2. O movimento organizado das LGBT no mundo e também no Brasil, surge em reação à truculência e violência policial, sendo assim, fundamental a desmilitarização das polícias e o fim da Polícia Militar.
3. As LGBT necessitam em muitos casos de um sistema de saúde especializado nas suas particularidades, assim, defendemos o fortalecimento do SUS, gratuito,

universal e 100% público, visando um atendimento humanizado, garantido o respeito à identidade de gênero e orientação sexual.

4. A população trans, as mulheres lésbicas e bissexuais, pessoas intersexo e pessoas portadoras do HIV/AIDS precisam de atenção maior com políticas públicas de formação de trabalhadores da saúde que vise a eliminação de preconceitos e estigmas médicos bem como o combate de violências sexuais.
5. As políticas públicas de moradia devem incluir a população LGBT como público prioritário, principalmente quando falamos de travestis, mulheres e homens transexuais.
6. Por uma educação não sexista, antirracista e antiLGBTfóbica nas escolas públicas. Educar para a diversidade e o respeito às questões de gênero.
7. Campanhas de conscientização que combatam a violência contra a população LGBT.
8. Garantia ao nome social nas instituições de ensino e o combate ao assédio sexual no ambiente escolar.

20. População LGBT e trabalho

De acordo com a pesquisa inédita feita em 2019 pelo IBGE, pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) - Quesito Orientação Sexual cerca de 2,9 milhões de pessoas se declararam homossexuais ou bissexuais no país, o que corresponde a 1,8% da população adulta, maior de 18 anos. Em 2019, havia 159,2 milhões de pessoas de 18 anos ou mais no país, das quais 53,2% eram mulheres e 46,8% eram homens. Desse total, 94,8% se declararam heterossexuais; 1,2% homossexuais; 0,7% bissexuais; 1,1% não sabiam sua orientação sexual; 2,3% não quiseram responder e 0,1% declararam outra orientação sexual, como assexual e pansexual.

Não houve diferença estatisticamente significativa entre brancos (1,8%) e pretos ou pardos (1,9%) que se declararam homossexuais ou bissexuais. Pelos dados, é possível identificar uma diferença entre as pessoas que vivem na área urbana (2,0%), pois foi mais que o dobro das que vivem na zona rural (0,8%) dos municípios.

Do total de 1,1 milhão que se declarou bissexual, 65,6% eram mulheres. Por outro lado, homens eram maioria (56,9%) no total de 1,8 milhão de pessoas que se auto-identificaram como homossexuais.

Quanto às questões socioeconômicas, o percentual de pessoas que se declararam homossexuais ou bissexuais foi maior entre aquelas com maior nível de instrução e renda. No grupo de pessoas com nível superior, 3,2% se declararam homossexual ou bissexual, percentual significativamente maior do que os sem instrução ou com nível fundamental incompleto (0,5%).

Os maiores percentuais de homossexuais ou bissexuais também foram observados nas duas classes de rendimento mais elevadas, sendo de 3,1% para os que moravam em domicílios cujo rendimento per capita era de mais de três a cinco salários mínimos, e de 3,5% naqueles com mais de cinco salários mínimos per capita.

Se analisarmos por regiões, as regiões Sudeste, Sul e Norte são as que possuem o maior percentual de pessoas adultas autodeclaradas homossexuais e bissexuais: 2,1% no Sudeste, 1,9% no Sul (e na região Norte); seguidas por 1,7% no Centro-Oeste e 1,5% no Nordeste.

Dada a dificuldade de encontrar dados relacionados à população LGBT e trabalho nas bases de dados nacionais como IBGE, PNAD, RAIS, o levantamento foi realizado a partir de pesquisas feitas por ONGs e alguns órgãos representativos (TODXS, ANTRA, ABLGT, GGB), mesmo sabendo das dificuldades de se basear nessas fontes de pesquisa em questão.

Quando falamos de pessoas trans no Brasil - hoje, quase 3 milhões, conforme pesquisa realizada em 2021 pela Faculdade de Medicina da USP -, a taxa de desemprego é alta: apenas 10% têm carteira assinada em um emprego formal, conforme revelado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Essa situação foi agravada pela pandemia de Covid-19 e de acordo com um

levantamento do coletivo VOTELGBT, no contexto pandêmico a taxa de desemprego padronizada entre pessoas LGBT é de 21,6%. Além dessa dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, para quem já está nele, o que pesa é a discriminação.

Na pesquisa feita pelo VOTELGBT com a população LGBT no ano de 2020, 3 em cada 10 dos desempregados estavam sem trabalho há 1 ano ou mais; 1 em cada 5 pessoas LGBT não possuía nenhuma fonte de renda individual; 1 em cada 4 pessoas perderam o emprego em razão da Covid-19; 44,3% dos entrevistados tiveram suas atividades totalmente paralisadas durante o isolamento; 40% das pessoas LGBT+ e metade das pessoas trans (53,35%) não conseguiriam sobreviver sem renda por mais de 1 mês caso perdessem a fonte financeira durante a pandemia.

Na mesma pesquisa, outro sentimento frequente foi o de alívio de alguns que puderam trabalhar em home office justamente por não precisarem mais enfrentar o ambiente de trabalho. Já as pessoas que moram com a família e não contribuem com as finanças da casa têm 30% mais chances de indicar problemas de convivência familiar como maior dificuldade do isolamento social. Quanto aos recortes mais vulneráveis: para 10,6% a falta de dinheiro é o maior impacto da pandemia, mas se olharmos esse dado com alguns recortes, é possível perceber que essa tem sido a maior dificuldade para 14% das pessoas trans e 9% das pessoas cis, bem como pretos, pardos e indígenas possuíam 22% de chances a mais de indicar esse ponto como a maior dificuldade. Em relação à falta de trabalho, para 7% foi o maior impacto da pandemia.

De acordo com o Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021, publicado pelo ANTRA em 2022, com aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de miseráveis, a crise econômica, a política e aumento do desemprego, acredita-se que se mantém atual a estimativa de que apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Da mesma forma, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021).

Como conclusão, devemos ter em mente a formulação de um programa de lutas que não só reconheça as demandas da população LGBT na área do trabalho, mas que as acolham de fato. Quanto às questões de previdência e seguridade social, as discussões acerca desses temas ainda partem de uma concepção política universalista, incapaz de reconhecer as opressões ligadas à raça/etnia, gênero, faixa etária, pessoas com deficiência e orientação sexual. Quando as políticas públicas olham para essas categorias, como por exemplo, a de gênero, centram suas formulações apenas nas mulheres cisgênero, excluindo, portanto, as mulheres trans e travestis.

A criação de comitês populares LGBTs combativos com a finalidade de organizar a população trabalhadora LGBT também é urgente, pois a partir da análise

mais profunda da realidade dessa população no país hoje, percebemos que os movimentos sociais estão cada vez menos combativos, isto é, suas íntimas ligações ao aparato governamental. Existe uma presença hegemônica de uma ideologia de conciliação de classes e a consequente priorização dos interesses da classe dominante. Será apenas a partir da construção de um programa revolucionário capaz de compreender as limitações e erros do Movimento LGBT ao longo da história, buscando superá-los através da construção do Poder Popular, rumo ao Socialismo.

Um dos problemas enfrentados pela população LGBT brasileira é a falta de índices censitários voltados para essa população. De acordo com o IPEA, no Atlas da Violência (2020), a escassez de indicadores ainda é um problema central que precisa ser superado a partir da inclusão de questões relativas à identidade de gênero e orientação sexual nos censos oficiais e, também, a inclusão de variáveis para os crimes de violência de LGBTfobia. A coleta de dados realizada pelo IBGE, a maior pesquisa do tipo realizada no país, encontrou-se propositalmente esvaziada de recursos para ser realizada, e para além disso, dados sobre a população LGBT que antes eram disponibilizados em páginas e plataformas do governo federal passaram a ser retirados.

A falta de indicadores sociais em relação à população LGBT contribui para que essa população continue às margens e reforça ainda mais a não formulação de políticas públicas e ações afirmativas, pois não há dados que registrem as condições em que essa população vive atualmente. Um exemplo recente desse apagamento é o comunicado do IBGE, emitido em junho deste ano, informando que não seria possível incluir uma pergunta sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo Demográfico de 2022.

Além de contribuir para a não formulação de políticas públicas para a população LGBT, essa falta de indicadores sociais é uma das facetas do Estado burguês de manter a violência com esse grupo social, pois indica que esta violência sempre existiu e está atrelada a traços essenciais e não necessariamente sociais. Para nós, comunistas, compreender as determinações sociais de diferentes identidades políticas é tarefa fundamental para identificar e combater as causas dessas violências e estabelecer estratégias para a sua superação de fato. Essa falta de indicadores sociais, então, é uma das melhores estratégias do Estado burguês de esconder quais são as bases materiais e econômicas que produzem as relações de violência e exploração. Não há racismo e LGBTfobia sem estruturas políticas e econômicas que os sustentem.

Dito isso, é importante mencionar uma breve contextualização histórica que nos informe a partir de quais fontes são coletados dados da população LGBT. De acordo com o a Nota Política intitulada “Movimento LGBT: da luta antissistêmica à institucionalidade” publicada em maio de 2021 pelo Coletivo LGBT Comunista de São Paulo, o primeiro movimento organizado em defesa dos LGBTs no Brasil surgiu em São Paulo, com o SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual, no final dos anos 1970. Por conta da conjuntura, por ter surgido durante a ditadura empresarial-militar, no momento marcado pela censura, violência e dos “guetos”, o movimento tinha um

caráter antissistêmico (contra a ditadura e questionando as normas sexuais pré-estabelecidas), mas não tinha um caráter revolucionário.

Com o processo de redemocratização do Brasil, a conjuntura começou a se modificar. Em 1982, o HIV chegou ao Brasil e as mobilizações políticas que lutavam pelos direitos homossexuais se voltaram para a discussão de políticas e de saúde pública. Entretanto, o Governo Federal não deu atenção às demandas da população LGBT e isso gerou uma realidade onde as ONGs ficaram responsáveis por tutelar a população, notadamente o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA).

Outra realidade acabou sendo gerada a partir desse momento: a atuação negociada de movimentos pró-LGBT com parlamentares e empresas privadas, fazendo com que essas ONGs acabassem se tornando grupos com pouco caráter crítico e acabaram abandonando uma oposição política mais contundente às leis que não combatiam os problemas enfrentados pela população LGBT. Dada a atuação institucional dessas ONGs (com a proximidade e dependência do Estado, por meio da tática do Advocacy), estas tomaram para si uma lógica hegemonicamente empresarial na qual afasta o trabalho de base dos movimentos LGBTs. A tática do Advocacy consiste na busca por conquistas institucionais e imediatas, realizadas através de negociações com o Estado, com o setor privado e com a sociedade civil. Essas negociações tropeçam nos limites da institucionalidade ao tentar conciliar interesses antagônicos da população LGBT com os interesses do Estado Burguês e do setor privado. Isso resulta em um afastamento da base do movimento LGBT da tomada de decisões, sem participação popular de fato.

Não podemos nos esquecer que o Estado é controlado pela burguesia, que possui interesses de classe em manter a população LGBT trabalhadora no front da exploração capitalista e nos altos índices de violência e, para podermos lutar e criar o poder popular, é preciso ter conhecimento desses índices e dados da classe trabalhadora LGBT. Portanto, se fez necessário e com caráter de urgência a realização de pesquisas censitárias concernentes à população LGBT brasileira a fim

de que existam indicadores sociais que demonstrem as condições reais que vive a classe trabalhadora LGBT no Brasil.

Propostas

1. Educação não LGBTfóbica, anti-sexista, anti-racista, garantindo acesso à educação básica e superior pública paranaense.
2. Políticas de formação profissional inicial e contínua para possibilitar maior independência financeira.
3. A geração de empregos não precários é fundamental para o combate da violência LGBTfóbica.
4. Políticas públicas de fortalecimento e fomento da cultura LGBT e popular.
5. Estudo e realização de um censo demográfico e de pesquisas sociais sobre a população LGBT.

21. Combate ao capacitismo e inclusão de pessoas com deficiência

O Paraná conta com cerca de 11 milhões de habitantes, desta população 21,8% são pessoas com deficiência, sendo a média brasileira total de 23,9%, segundo censo demográfico de 2010 do IBGE. Neste levantamento, identificou-se 3.094.237 casos de deficiências, em um total de 2.280.548 pessoas; dentre a população local o índice de deficiência visual é de 76% (14% possuem deficiência grave), pessoas com deficiência motora compõem 31% (10,7% no caso de deficiência severa) e no caso de deficiência auditiva, os dados apontam para 22,6% (5,2% apresentam deficiência grave). As mulheres representam 53,64% das pessoas com deficiência no Paraná; o percentual também não apresenta grande disparidade em termos de etnia, sendo que a população preta apresenta índice de 26,6%, enquanto outras etnias têm percentual entre 21% e 23%. No que tange à questão etária, é possível identificar que pessoas acima de 30 anos representam uma porcentagem de 81%, sendo 32% composto por idosos e idosas.

A amostragem realizada aponta para um dado relevante: 76% da população com deficiências graves possuem ensino fundamental incompleto ou até mesmo a inexistência de qualquer instrução escolar. Apenas 3,6% (22.854 pessoas) dos/as paranaenses com deficiências severas possuem ensino superior completo, sendo 8,33% (869.660 pessoas) o total da população graduada no estado. O baixo acesso escolar das pessoas com deficiência culmina em rendas inferiores, devido à falta de oportunidades no mercado formal de trabalho ou às condições inadequadas de trabalho. A concentração de renda, tanto da população total quanto da população com deficiência, varia entre um quarto a dois salários mínimos, segundo IBGE em 2010.

Dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), revelam que no Paraná, até fevereiro de 2017, haviam 149.345 pessoas com deficiência cadastradas, representando 4,2% do total de cadastros. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) atende 109.463 pessoas com deficiência no Paraná e o Programa Família

Paranaense atende apenas, cerca de 40 mil famílias em situação de vulnerabilidade, destas, 4850 (13,13%) são famílias com, pelo menos, uma pessoa com deficiência.

Das 136.778 pessoas a partir dos 12 anos que responderam ao questionário do CadÚnico em 2017, o total de 37.565 (27,5%) não sabia ler e escrever; deficiências mentais e Síndrome de Down apresentaram os maiores índices de analfabetismo. De acordo com o Censo Escolar realizado pelo MEC, entre os anos de 2010 e 2015, o percentual de alunos paranaenses matriculados com deficiência ficou pouco acima de 4%; embora a taxa de estudantes com deficiência tenha aumentado desde 2010, o crescimento foi tímido.

Os espaços destinados à educação das pessoas com deficiência precisam avançar em relação às condições físicas e materiais para o pleno atendimento educacional. A grade curricular dos cursos de graduação destina pouco espaço para as práticas inclusivas. Nas universidades, em 2015, segundo a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), haviam 701 estudantes matriculados nas instituições de ensino superior estaduais paranaenses. Porém, a falta de formação dos profissionais, a falta de acessibilidade arquitetônica e digital são aspectos com os quais pessoas com deficiência precisam lidar diariamente.

Nos domicílios, 36.845 (28,4%) afirmaram não possuir calçamento nas ruas de suas casas, dificultando a mobilidade e qualidade de vida. Destas famílias, 2.016 afirmaram viver em domicílio particular improvisado, e 1.753 em residências coletivas. Apesar do número ser relativamente pequeno em comparação ao total de famílias entrevistadas, mostra um percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade que carecem de atenção especial e programas sociais mais eficazes que supram suas necessidades.

A falta de acessibilidade, dignidade e inclusão também são identificadas entre as pessoas com deficiência em regimes de privação de liberdade: no sistema socioeducativo estatal, em maio de 2017, 1007 adolescentes cumpriam medida, quatorze destes adolescentes foram identificados com alguma deficiência. Já no sistema prisional do Paraná, durante o mesmo período, foram identificadas 77 pessoas com deficiência. No que tange à estrutura prisional, das 36 instalações prisionais, 12 não possuem celas com acessibilidade. As informações sobre pessoas com deficiência no sistema carcerário são escassas e os dados encontrados podem ser maiores e mais graves do que se tem acesso.

Partindo da análise dos dados da RAIS, em 2015, 403,2 mil trabalhadores brasileiros afirmaram ter alguma deficiência e, embora o percentual destes trabalhadores tenha aumentado desde 2010, a participação da população com deficiência no mercado de trabalho continua sendo significativamente pequena; em 2010, o percentual de trabalhadores empregados formalmente era de 0,7%, com o crescimento acima informado, a taxa subiu para 0,84%, no estado paranaense o crescimento entre 2012 e 2015 foi de 9,02%, sendo a média de crescimento brasileira (durante o mesmo período) de 6,88%. Novamente é necessário reiterar que embora haja um avanço, os dados apontam para crescimentos reduzidos, pois o mercado de trabalho formal possui considerável relutância em empregar pessoas com deficiência,

julgando-as como incapazes e desqualificadas e, podemos afirmar, que se não houvessem leis amparando a pessoa com deficiência, exigindo vagas para PcD de acordo com o porte das empresas, os números supracitados seriam substancialmente menores. Além disso, temos falta de estrutura adequada em diversas empresas, falta de elevadores com painéis acessíveis, escadas com corrimão, largura apropriada das portas e de fácil abertura, piso tátil, comunicação e sinalização sonora, visual e tátil, dentre várias outras carências. A postura segregadora do mercado de trabalho não é algo isolado e desconectado da sociedade, é consequência da lógica capitalista que hierarquiza o valor das pessoas de acordo com sua etnia, gênero, condição socioeconômica, características física e mental.

Dentre os impasses no avanço das políticas públicas e do debate acerca das pessoas com deficiência, estão a falta de comprometimento dos órgãos governamentais e a participação social da comunidade: entra em questão os conselhos deliberativos, organismos que deveriam ter participação de amplos setores da sociedade para debater e elaborar propostas a serem encaminhadas para que possam ser aplicadas pelo poder executivo, entretanto, não cumprem com essa perspectiva.

Muitas PcDs não possuem acesso à alfabetização e a escolarização completa, quando inseridas no mercado de trabalho estão sujeitas a condições inadequadas e precárias. Falar de acessibilidade é falar sobre respeito, dignidade, acolhimento e inclusão que, é importante ressaltar, só é possível ser aplicada em sua forma mais plena com a derrubada do sistema capitalista, pois é este que possibilita a manutenção da lógica capacitista. Ao reduzir e categorizar as pessoas de acordo com suas exigências de produtividade, o capitalismo trata o corpo da pessoa com deficiência como um corpo doente, incapaz, patológico, contrário às demandas do mercado. A deficiência passa então a ter lugar na sociedade como característica de inferioridade, como algo a ser curado.

Algumas estratégias como campanhas de conscientização e de programas de inclusão digital, reestruturação arquitetônica e fiscalização rígida, desenvolvimento de pesquisas sociodemográficas com maior nível de especificidade, promoção de educação inclusiva e de qualidade para pessoas com deficiência, bem como a qualificação de profissionais para lidar com a diversidade são condições mínimas que o Estado deve garantir, minimizando as violências sofridas por pessoas com deficiência, uma vez que o total desaparecimento de tal segregação só será possível mediante o fim da exploração advinda do capitalismo.

Propostas

1. Serão realizadas campanhas contra o capacitismo, acessíveis e com ampla divulgação nos meios de comunicação de massa.
2. Garantia de equipamentos necessários para a permanência de estudantes e trabalhadores com deficiência nas escolas e universidades, como tablets, lupas

eletrônicas, impressoras braile e mesas de estudo para cadeirantes e pessoas obesas.

3. Garantia de leitores, intérpretes de Libras e mediadores concursados em todas as escolas e universidades.
4. Implementação de aulas de Libras Língua Brasileira de Sinais e Libras táteis como disciplina obrigatória nas escolas.
5. Acessibilidade arquitetônica e comunicacional em escolas, universidades, hospitais, centros de lazer e cultura, segundo os princípios do desenho universal.
6. Capacitação a trabalhadores da educação, saúde e cultura para o atendimento não capacitista.
7. Atendimento médico e vacinação da pessoa com deficiência com alto nível de dependência no próprio domicílio.
8. Construção de uma política pública do cuidado, com a garantia de profissionais de apoio para acompanhamento diário, no próprio domicílio, de idosos e pessoas com deficiência com alto nível de dependência.
9. Fornecimento, de forma gratuita, de equipamentos de tecnologia assistiva como tablets e lupas eletrônicas para todas as pessoas com deficiência.
10. Campanhas acessíveis de divulgação sobre os tipos de violência contra crianças e mulheres e sobre onde e como denunciar.
11. Campanhas de saúde acessíveis, com audiodescrição, intérprete de Libras e linguagem simples.
12. Acessibilidade arquitetônica das casas populares, para a garantia de moradia digna às pessoas com deficiência.
13. Construção de centros de moradia independentes para pessoas com deficiência, com trabalhadores em horário integral para oferecer o apoio necessário.
14. Criação do Programa Estadual do cão-guia, com a construção de centros de treinamento e garantia ao usuário da manutenção da saúde e bem-estar destes animais.